ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

CÂNDIDA SCHAEDLER

TRANSFORMAÇÕES DA NOTÍCIA NA IMPRENSA DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL:
ANÁLISE DA GAZETA DE ALEGRETE (1938-1968)

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

CÂNDIDA SCHAEDLER

TRANSFORMAÇÕES DA NOTÍCIA NA IMPRENSA DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA *GAZETA DE ALEGRETE* (1938-1968)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Dornelles

Porto Alegre
2018

CÂNDIDA SCHAEDLER

TRANSFORMAÇÕES DA NOTÍCIA NA IMPRENSA DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA *GAZETA DE ALEGRETE* (1938-1968)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Trabalho aprovado em: ____ de _____ de 2018

BANCA EXAMINADORA:

_____

Profa. Dra. Beatriz Dornelles - Orientadora

_____

Profa. Dra. Karla Maria Müller - UFRGS

_____

Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt - PUCRS

Porto Alegre

2018

DADOS CATALOGRÁFICOS

AGRADECIMENTOS

Elaborar uma dissertação de mestrado não é tarefa que se conclui sozinha, apesar de todo o processo de escrita e de pesquisa ser, *a priori*, solitário. Sou imensamente grata por ter, ao meu lado, pessoas que tornaram esse caminho mais fácil. Mesmo nos momentos mais complicados e confusos, nunca estive desamparada.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Dra. Beatriz Dornelles, cujo auxílio foi imprescindível para a conclusão desta pesquisa – e, também, para o início dela. Desde que fui bolsista de Iniciação Científica, em 2014, ela sempre confiou em mim e incentivou a continuidade da minha vida acadêmica. Auxiliando na elaboração de suas pesquisas, mudei minha percepção sobre diversas situações e temas – inclusive, sobre o próprio jornalismo interiorano, ainda carregado de preconceitos. Sinto que, de certo modo, enveredar pela história do jornalismo do interior foi uma incursão pessoal, no sentido de compreender melhor e valorizar mais o lugar do qual eu mesma vim – uma cidade interiorana, no Vale do Caí.

Por conseguinte, um mestrado não é só sobre a pesquisa, mas sobre toda a rede de relacionamentos que construímos e sobre as pessoas incríveis que cruzam nosso caminho, ensinando-nos muito mais do que seria possível encontrar em livros. Por isso, o auxílio dos colegas do Programa de Pós-Graduação da Famecos também tornou esse caminho mais leve. Agradeço, especialmente, aos colegas do Grupo de Estudos Interdisciplinar em Comunicação (Geisc), por terem me acolhido, em 2016, e tirarem muitas dúvidas que eu carregava. Ainda menciono, com carinho especial, os colegas do Geisc, em 2017, por toda a troca de experiências e de conhecimento e por compreenderam tão bem a coordenadora novata que fui. Também agradeço às meninas do grupo de *WhatsApp* Clube das Pesquisadoras, por terem me auxiliado, em diversos momentos de apuros.

Não é possível concluir, também, sem todos os ensinamentos que a sala de aula me proporcionou. Agradeço, em especial, a todos os professores do PPGCom da Famecos. Menciono, com gratidão ímpar, o professor Dr. Luís Carlos Martins, do PPG de História, cujas disciplinas auxiliaram uma jornalista a perceber a própria profissão de modo mais abrangente – ensinamentos que, tenho certeza, estão refletidos, nesta dissertação, e serão carregados durante toda a minha vida profissional.

Aos meus amigos de sempre – e espero que para sempre – Amanda, Fran, Flavi, Taci, Môni, Carlos e Laís, pela compreensão, apoio, confiança e torcida, mesmo que de maneira indireta.

Por último – e não menos importante –, sempre fui apoiada por minha família. Desde o momento em que apresentei a ideia de emendar a graduação no mestrado, eles apoiaram minhas decisões. Obrigada, mãe, pai e Ceci. Se não fosse por vocês – e pelo incentivo que recebo, desde criança – não teria sequer começado essa pós-graduação.

RESUMO

Nossa dissertação visa preencher uma lacuna existente no estudo da história dos jornais interioranos. Com foco na *Gazeta de Alegrete*, de Alegrete – o jornal mais antigo ainda em circulação no Rio Grande do Sul –, mostramos as transformações da notícia, no jornalismo interiorano gaúcho. Por meio da metodologia de análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2009), e as categorias de acontecimento, valores-notícia, técnicas de redação, procedência, fontes ouvidas e citadas e enquadramento, analisamos 36 manchetes publicadas, entre 1938 e 1968, no jornal. Acrescentamos, ainda, contribuições da História para o estudo das Teorias do Jornalismo, representadas por Barbosa (2005) e Luca (2005). A amostra é composta pela análise de um exemplar nos meses de março, junho, setembro e dezembro, nos anos de 1938, 1942, 1946, 1950, 1954, 1957, 1960, 1964 e 1968. Assim, verificamos os critérios de seleção das notícias, bem como sua apresentação final, com o objetivo de compreender, ainda, as relações entre jornalismo e política, no período, uma vez que a *Gazeta de Alegrete* era alinhada, primeiramente, ao Partido Republicano e, depois, ao Partido Libertador. Notamos que, mesmo com o posicionamento político e não se eximindo dos debates nacionais e estaduais, a *Gazeta de Alegrete* sempre priorizou a notícia local, por meio do valor-notícia de proximidade, fazia um jornalismo não declaratório e enquadrava as notícias de acordo com os interesses do partido que apoiava – exceto nos momentos em que era impedida por censura. Ainda assim, prestou um serviço à população alegretense, valorizando os acontecimentos da cidade e da região de abrangência. O jornal também acompanhou as mudanças jornalísticas nacionais, representadas pela introdução do *lide* e da *pirâmide* invertida, embora, na essência, ainda fosse difícil dissociar informação e opinião.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação. Gazeta de Alegrete. História do jornalismo. Jornalismo do interior. Notícia.

ABSTRACT

Our dissertation aims at filling a gap in the study of the history of the interior newspapers. With the focus at the Gazeta de Alegrete, from Alegrete – the oldest newspaper from Rio Grande do Sul that is still circulating -, we show the news transformations, in the interior journalism from Rio Grande do Sul. Through the methodology of content analysis, proposed by Laurence Bardin (2009), and the categories event, news-values, journalism techniques, source, heard and quoted sources and framing, we analyzed 36 published headlines, between 1938 and 1968, in the newspaper. We also added History contributions to the study of Theories of Journalism, represented by Barbosa (2005) and Luca (2005). The sample is composed by the analysis of a copy in the months of March, June, September and December, in the years 1938, 1942, 1946, 1950, 1954, 1957, 1960, 1964 and 1968. Thus, we check the criteria for selection of the news, as well as its final presentation, with the objective of understanding the relations between journalism and politics in the period, since the Gazeta de Alegrete was aligned, first, with the Republican Party and then, to the Liberating Party. We noticed that, even with the political positioning and not being exempt from national and state debates, Gazeta do Alegrete always prioritized the local news, through news value of proximity, did a non-declaratory journalism and framed the news according to the interests of the party it supported - except at times when it was prevented by censorship. Nevertheless, it provided a service to the population of Alegrete, valuing the events of the city and region. The newspaper also followed the national journalistic changes, represented by the introduction of the lead and the inverted pyramid, although, in essence, it was still difficult to dissociate information and opinion.

KEY-WORDS: Communication. Gazeta de Alegrete. History of Journalism. Local journalism. News.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Elenco de valores-notícia na bibliografia nacional e internacional.....64
Quadro 2 – Valores-notícia a serem considerados em nossa análise.....67
Quadro 3 – Valores-notícia encontrados na *Gazeta de Alegrete,* entre 1938 e 1968.....83
Quadro 4 – Valores-notícia em 1938 e 1942.....85
Quadro 5 – Incidência de valores-notícia no período de 1946 a 1960.....93
Quadro 6 – Incidência de valores-notícia em 1964 e 1968.....111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –

Figura 2 –

Figura 3 –

Figura 4 –

Figura 5 –

Figura 6 –

Figura 7 –

Figura 8 –

Figura 9 –

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 JORNALISMO E HISTÓRIA: INTERFACES E CONTRIBUIÇÕES 19

2.1 JORNALISMO: CARACTERÍSTICAS, DEFINIÇÕES E EMBATES TEÓRICOS 21

2.2 SURGIMENTO DO JORNALISMO 26

2.2.1 Jornalismo no Brasil: história e identidade 28

2.2.2 História do jornalismo no Rio Grande do Sul 37

2.2.3 Relações do campo jornalístico com o campo político 43

3 NOTÍCIA: DEFINIÇÃO, VALORES, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E ÂNGULO 46

3.1 O MITO DA OBJETIVIDADE 50

3.2 ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO: SELEÇÃO E CONSTRUÇÃO 53

3.3 OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE 57

3.3.1 Valores-notícia: atributos dos acontecimentos ou os óculos que os jornalistas utilizam 60

3.3 ENQUADRAMENTO: SELEÇÃO E SALIÊNCIA EM UM TEXTO JORNALÍSTICO 70

4 JORNALISMO DO INTERIOR: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS 76

4.1 JORNAIS DO INTERIOR DO SÉCULO XIX AINDA EM CIRCULAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL 79

4.2 *GAZETA DE ALEGRETE*: DE JORNAL REPUBLICANO A ÓRGÃO LIBERAL 80

5 TRANSFORMAÇÕES DA NOTÍCIA NA *GAZETA DE ALEGRETE* 84

5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA E PROCEDÊNCIA DA ANÁLISE QUALITATIVA 85

5.2 1938-1942 – ECOS DO ESTADO NOVO NO COMANDO DA FAMÍLIA PRUNES: FASE DE EXPERIMENTAÇÃO 86

5.2.1 Estado Novo, integralismo e situação do Rio Grande do Sul e de Alegrete 87

5.2.2 As notícias, na *Gazeta de Alegrete,* em 1938 e 1942 90

5.3 DIREÇÃO DE HEITOR GALANT: *GAZETA* COMO INSTRUMENTO DO PARTIDO LIBERTADOR 97

5.3.1 Como o Partido Libertador se inseria na política da época.....98

5.3.2 As notícias, na *Gazeta de Alegrete*, de 1946 a 1960: fronteiras tênues entre opinião e informação.....101

5.4 1964 E 1968 – ABRANDAMENTO DO TOM POLÍTICO E IMPORTÂNCIA DA NOTÍCIA LOCAL.....119

5.4.1 Ditadura Militar e imprensa: reflexos na *Gazeta de Alegrete*.....120

5.4.2 As notícias, na *Gazeta de Alegrete,* em 1964 e 1968 121

5.5 TÉCNICAS DE REDAÇÃO: INTRODUÇÃO DO LIDE E A PIRÂMIDE INVERTIDA.....129

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....131

REFERÊNCIAS.....135

1 INTRODUÇÃO

A história do jornalismo do interior ainda está por ser, em grande parte, escrita. Há um preconceito – ora velado, ora explícito – com as redações localizadas em cidades interioranas do Brasil, como demonstrado em duas pesquisas, realizadas em diferentes ocasiões (BUENO, 1977; DORNELLES, 2004). A maioria dos estudantes de Jornalismo aspira à vida de repórter, em redações localizadas nas capitais dos estados brasileiros. Assim, há um reforço das lacunas existentes, tanto por parte dos professores, quanto dos estudantes, na pesquisa histórica sobre esses jornais. Quando levamos em consideração a recente fundação dos primeiros Programas de Pós-graduação em Comunicação Social do Brasil, na década de 1990, a falta de estudos sobre o jornalismo local e regional tem explicação e compreende-se, com mais clareza, a necessidade de preencher esses espaços e de conduzir pesquisas com enfoque na história das práticas jornalísticas interioranas.

Com esse intuito, nossa dissertação objetiva mostrar as transformações da notícia, no interior do Rio Grande do Sul, analisando o jornal *Gazeta de Alegrete*, o mais antigo ainda em circulação no estado, fundado em 1882. Temos como objetivo mostrar a alteração dos valores-notícia, na imprensa do interior do Rio Grande do Sul, no período de 1938 a 1968. Nossa pesquisa não se preocupa em apenas identificar os valores-notícia, mas em compreender quais acontecimentos, especificamente, eram alçados ao patamar de notícia e à manchete, bem como o enquadramento dado pelos jornalistas, como o texto era redigido e quando houve a introdução do *lide* e da *pirâmide invertida*[1]. O período escolhido visa mostrar a evolução da imprensa interiorana, em comparação com o jornalismo brasileiro e gaúcho, tomando-se, como referência, no último caso, o jornal *Correio do Povo*.

Na década de 1950, ocorreu a chamada modernização da imprensa do Brasil (BARBOSA, 2007; RIBEIRO, 2003). Como os acontecimentos e as mudanças, no interior, são mais lentas, procuramos expandir o escopo, com o intuito de verificar quando essa transformação, que incluiu melhorias gráficas e a introdução de novas

[1] *Lide* é uma palavra originada do inglês *lead*, que significa *cabeça*, *líder*. No jargão jornalístico, designa o parágrafo inicial do texto, que responde a seis perguntas: o que, quem, quando, onde, como e por que. As mais importantes são as quatro primeiras. Geralmente, as duas últimas são respondidas nos parágrafos posteriores. A *pirâmide invertida* é uma forma de organização do texto jornalístico, de modo que as informações mais importantes apareçam antes, enquanto o menos importante, depois.

técnicas de redação, como o *lide* e a *pirâmide invertida*, ocorreu no jornalismo interiorano.

Portanto, nossas questões de pesquisa, que norteiam a análise deste trabalho, são as seguintes:

- Quais eram os valores-notícia que definiam a manchete do jornal *Gazeta de Alegrete*, de Alegrete, entre 1938 e 1968? Considerando-se os valores-notícia identificados, quais eram os acontecimentos alçados ao patamar de notícia, em cada período?
- Quando e como se deu a modernização do jornalismo interiorano do Rio Grande do Sul, comparando os moldes de modernização brasileiros, que ocorreram em 1950, e focando, nesta questão, as técnicas de redação?

  A partir do material coletado e da análise, colocamos outra pergunta:
- Que indícios podemos levantar que justifiquem a preocupação dos jornalistas com determinados assuntos e enquadramentos, no período delimitado, observando a estreita relação entre jornalismo e política, e as relações político-partidárias no comando da *Gazeta de Alegrete*?

Assim, nossa pesquisa ultrapassa um caráter meramente descritivo, interpretando e entendendo as práticas jornalísticas, dentro de seu contexto histórico, político, econômico e cultural.

Nesta dissertação, utilizamos aportes teóricos sociológicos, históricos e jornalísticos, porque, mesmo trabalhando com teorias do jornalismo e da notícia no jornalismo interiorano, não pretendemos descolar essas práticas do contexto no qual eram exercidas. Para tanto, nossa pesquisa é dividida em seis capítulos – contabilizando introdução e considerações finais, que são, respectivamente, o primeiro e o último.

No segundo capítulo, abordamos as relações entre jornalismo e história, buscando apresentar contribuições da segunda área para o estudo das teorias do jornalismo. Posteriormente, caracterizamos o jornalismo e arrolamos sua trajetória no Brasil e no Rio Grande do Sul. Por fim, fazemos uma revisão bibliográfica sobre a relação entre jornalismo e política no Brasil. Entendemos esse passo como essencial, na medida em que o jornal analisado era alinhado ao Partido Republicano e, posteriormente, ao Partido Libertador. Ademais, o campo jornalístico esteve, desde o início, imbricado com o político. Por isso, para compreender a imprensa brasileira, não se pode deixar de abordar a questão. Porém, utilizando aportes como

Alves (2001a, 2001b) e Hohlfeldt (2006), veremos que, mesmo alinhados a partidos, os jornais também tinham preocupações comerciais. Embora o foco do trabalho não seja o discurso partidário, mas a notícia, entendemos que a contextualização é necessária, pois auxilia na compreensão do que pensavam os jornalistas responsáveis pelas publicações e, portanto, influenciavam a seleção dos acontecimentos que viravam notícia.

No terceiro capítulo, versamos sobre o conceito de notícia. Pela extensão do assunto e de suas ramificações, importantes para a análise, começamos conceituando o principal produto do trabalho jornalístico, com arcabouço teórico sustentado, sobretudo, em Sousa (2002a, 2002b) e Schudson (2003). Posteriormente, explanamos sobre o mito da objetividade, utilizando, como aporte teórico, Tuchman (1999) e Schudson (2010). Em seguida, passamos à noção de acontecimento jornalístico, sustentado por Alsina (1989), Rodrigues (1999), Sodré (2009) e Berger e Tavares (2010). A teoria do *gatekeeper* e os critérios de noticiabilidade são embasados em autores como Hohlfeldt (2001), Wolf (2003) e Silva (2005). Em seguida, tensionamos os valores-notícia, embasadas, sobretudo, em Traquina (2005b), Bond (1962), Galtung e Ruge (1999), Beltrão (1969) e, novamente, Silva (2005), entre outros. A partir daí, elaboramos um quadro com os valores-notícia que embasam nossa análise. Por fim, conceituamos a teoria do enquadramento, sustentadas em Goffman (1986), Porto (2004) e Entman (1993), para compreender, com maior profundidade, como a notícia era apresentada aos leitores da *Gazeta de Alegrete*.

No último capítulo teórico, expomos o jornalismo do interior do Brasil e, especificamente, do Rio Grande do Sul, nos séculos XIX, XX e XXI, a fim de estabelecer uma comparação entre o desenvolvimento da imprensa brasileira, nas capitais, com o jornalismo do interior. Embasamo-nos, para tal, em Assis (2013), Bueno (2013) e Dornelles (2004, 2010). Também arrolamos sobre a *Gazeta de Alegrete*, utilizando Dornelles (2016, 2017) e contextualizando o jornal em sua respectiva área de abrangência, considerando os acontecimentos históricos que ditavam sua inserção na cidade.

Sabemos dos riscos e das limitações de conduzir esta pesquisa. O que nos resta da história são sempre resquícios, reinterpretados de acordo com o tempo histórico no qual o pesquisador se encontra (BARBOSA, 2005). O que desvelaremos serão vestígios das práticas jornalísticas, com um olhar que não deixa de estar no

presente. Se a pesquisa ilumina aspectos da atualidade, far-nos-á compreender melhor o jornalismo interiorano do passado, bem como o desenvolvimento das práticas jornalísticas como um todo.

Os procedimentos metodológicos que adotamos para atingir os objetivos são compostos por análise bibliográfica e documental, segundo Stumpf (2006) e Moreira (2006), e por análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2009).

O primeiro passo é a pesquisa bibliográfica, quando resumimos e tensionamos alguns teóricos estudados e apresentados nos capítulos 2, 3 e 4. Assim, conseguimos ter ideia do que já foi escrito sobre a área e organizamos as bases para a análise posterior. Este passo foi fundamental para a nossa dissertação – e o é para qualquer pesquisa científica –, pois dá ao pesquisador a noção do estado da arte, em sua área de conhecimento (STUMPF, 2006).

Por conseguinte, utilizamos a pesquisa documental. De acordo com Moreira (2011), para a pesquisa em Comunicação, os documentos mais comumente utilizados são acervos impressos, como forma de reconstituir a história dos veículos (jornais, almanaques, revistas etc.). A autora salienta que não há consenso se a pesquisa documental é técnica ou método: “Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras fontes de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário” (MOREIRA, 2011, p. 272). O acervo da *Gazeta de Alegrete* já está digitalizado, em um projeto conduzido pela professora Dra. Beatriz Dornelles, orientadora desta dissertação.

A metodologia empregada para a análise dos jornais é a análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2009). De acordo com Herscovitz (2008), a metodologia é apropriada para o estudo do conteúdo dos veículos de comunicação para detectar tendências, agendamentos, noticiabilidade, gêneros e formatos jornalísticos etc., pois ajuda na compreensão da lógica que compõe as mensagens. Este método reúne elementos quantitativos e qualitativos para a inferência dos dados. A autora o define da seguinte forma:

> [...] recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma aleatória ou digital encontrados na mídia, a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados, com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos, enquadrando-os em categorias previamente estudadas,

> mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2008, p. 126-127).

De acordo com a proposta de Bardin (2009), que foi aplicada em nossa dissertação, a análise de conteúdo é composta por três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, com posterior inferência e interpretação.

Visando a ultrapassar um caráter meramente descritivo, inserimos contribuições oriundas de Marialva Barbosa (2005) e Tania Regina de Luca (2005). Em relação à primeira autora, adotaremos o que ela considera como alguns pressupostos da história para o estudo das teorias do jornalismo e da notícia. Procuramos, com isso, não isolar o estudo do jornalismo, pois a notícia é resultado de todos os processos que envolvem suas rotinas de produção, o que considera o contexto no qual o jornal e os jornalistas que o escrevem estavam inseridos. Em relação às contribuições sugeridas por Luca (2005), adotamos um olhar mais profundo sobre os jornais, descrevendo o número de páginas, a periodicidade, os articulistas, entendendo que todas essas questões contribuem para o estudo da notícia.

Nossa amostra é composta pelos seguintes anos: 1938, 1942, 1946, 1950, 1954, 1957, 1960, 1964 e 1968. A amostra é aleatória, representando um espaço de quatro anos entre cada jornal analisado (exceto entre 1954, 1957 e 1960, pela falta das edições de 1958). Analisamos os meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com um exemplar por mês, o que totaliza 36 manchetes. Os anos foram selecionados devido a questões práticas. Por exemplo, um incêndio, em 1959, destruiu todo o acervo da *Gazeta de Alegrete*, que foi recomposto com a ajuda dos leitores, que doaram seus exemplares à redação. Todavia, restam lacunas significativas nos arquivos da publicação. Não há exemplares da *Gazeta de Alegrete* entre 1925 e 1938.

Para a análise, definimos as categorias de *valores-notícia*, *acontecimentos*, *técnicas de redação*, *procedência da informação* (se redigida pela redação da *Gazeta* ou oriunda de outros jornais do estado ou do país), *fontes ouvidas e citadas* e *enquadramento*.

Na categoria de valores-notícia, com base em tabela elaborada no capítulo três, verificamos quais valores guiavam os jornalistas da *Gazeta*. Na categoria de

acontecimento, compreendemos os fatos sociais que eclodiram e foram alçados ao patamar de notícia e de manchete. Nas técnicas de redação, verificaremos quando se deu a introdução do *lide* e da *pirâmide invertida*. Por meio da análise do enquadramento, podemos verificar as relações entre jornalismo e política e o ângulo pelo qual os jornalistas focavam o acontecimento. A procedência da informação dá-nos indícios de quais jornais a redação da *Gazeta* lia e se eles redigiam notícias por conta própria, de teor local, e as fontes ouvidas e citadas na matéria mostram se o tipo de jornalismo praticado já era declaratório ou não. Estas duas últimas categorias auxiliam, inclusive, na análise do enquadramento. A análise combina, como sugerido pela própria metodologia, os elementos quantitativos e qualitativos, quando possível (caso da procedência e dos valores-notícia).

Antes de prosseguirmos, porém, cabe colocar uma pergunta: por que estudar as transformações das notícias, no jornalismo do interior do Rio Grande do Sul? Acreditamos que a pesquisa permite verificar as diferenças e similaridades das práticas jornalísticas, em diferentes tempos históricos, bem como observar a transformação do que era notícia e como ela era apresentada no jornalismo interiorano e sua evolução, em comparação com os grandes jornais.

Embora não pudéssemos verificar todos os critérios de noticiabilidade e as próprias rotinas produtivas, a análise de conteúdo, focada nos valores-notícia, nos acontecimentos, nas técnicas de redação, nas fontes ouvidas e citadas, na procedência das informações e no enquadramento, permite-nos vislumbrar uma parte do processo noticioso, uma vez que considera os procedimentos de seleção de apresentação final. Incluímos a categoria de técnicas de redação, porque a introdução do *lide* e da *pirâmide invertida*, baseada no jornalismo estadunidense, foi parte do que se chama de modernização da imprensa brasileira, representando uma ruptura que visava à venda de um discurso centrado na objetividade e no jornalismo como espelho da realidade (BARBOSA, 2007) – o que entendemos, atualmente, alinhadas a autores como Traquina (2005b) e Tuchman (1999), como um mito. Além disso, a categoria de enquadramento permite-nos vislumbrar, mais adequadamente, as relações entre jornalismo e política, aprofundando a análise das relações entre ambos, na seleção das notícias e na construção de um texto jornalístico.

A pesquisa visa, por fim, ao incentivo de estudos posteriores sobre jornais interioranos e a contribuição para o preenchimento da lacuna que se refere à história desses jornais – representados, aqui, pelo mais antigo ainda em circulação no Rio

Grande do Sul. Acreditamos que é preciso desmistificar o olhar preconceituoso que ainda há sobre o jornalismo local e regional, que tanto contribui para registrar a história e a memória do cotidiano de cidades afastadas das capitais de cada estado.

Por meio dos resultados obtidos, podemos verificar que o jornalismo interiorano praticado pela *Gazeta de Alegrete* era centrado no valor-notícia de proximidade, embora não se eximisse dos debates políticos estaduais e nacionais, sobretudo na época em que o jornal era comandado pelo deputado Heitor Galant. Os enquadramentos mostram-nos que o veículo, no período do Estado Novo, neutralizou seu discurso republicano e, a partir de 1945, apoiava o Partido Libertador. Em épocas de eleição, defendia um candidato, geralmente vinculado à UDN. Os jornalistas da *Gazeta de Alegrete* liam os jornais da capital gaúcha e do restante do país, o que acreditamos ter influenciado no estilo de escrita, que, embora não alijasse os adjetivos e a carga opinativa, já trazia a pirâmide invertida e o *lide*, junto à modernização da imprensa brasileira.

2 JORNALISMO E HISTÓRIA: INTERFACES E CONTRIBUIÇÕES

Neste capítulo, resumimos a história do jornalismo no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, abordamos as características essenciais da profissão e arrolamos sua relação com o campo político. Acreditamos que este percurso é necessário para compreendermos o contexto do objeto analisado, nesta dissertação, e deslindarmos os aspectos que influenciaram na produção da notícia, em termos históricos.

Nossa abordagem, contudo, não prescinde de conhecimento histórico. Marialva Barbosa (2005) sugere que pesquisas, cujo arcabouço teórico é composto de autores das teorias do jornalismo e da notícia, utilizem as teorias da história para uma abordagem mais completa. Alguns postulados fundamentais que ela indica são a interpretação, a narrativa, o conhecimento como *episthéme*, a particularização e a noção de tempo e de espaço.

Os estudos devem ultrapassar o caráter descritivo, para alcançar a interpretação e explicar o porquê de os fatos terem ocorrido de tal forma, o que seria o primeiro postulado, a interpretação. Esse passo só pode ser realizado por meio da subjetividade do pesquisador, uma vez que se recupera apenas vestígios do passado (BARBOSA, 2005).

A segunda questão seria a *narrativa*, passo que aproxima a história e o jornalismo, pois ambos se ocupam de contar histórias. Assim, ao narrar um fato, o jornalista faz com que o tempo passado se prolongue no presente: “O texto jornalístico [...] é uma narrativa que recupera um tempo vivenciado por outrem, narrado por um locutor, que instaura o tempo das coisas contadas” (BARBOSA, 2005, p. 54).

O terceiro postulado refere-se ao conhecimento como *episthéme*, ou seja, que se diferencia da mera opinião (*doxa*). O pesquisador precisa ter consciência crítica, embora ela não sirva para punir ou reprovar o responsável por determinado acontecimento histórico. A história não serve de lição para o presente, mas como meio para lidar com os problemas da atualidade: “A mesma visão crítica, se aplicada aos estudos de jornalismo, pode transformar sua teoria numa espécie de médium para lidar com os problemas do presente” (BARBOSA, 2005, p. 55).

O quarto pressuposto refere-se à particularização. Barbosa (2005, p. 56) sugere que não se pode aplicar as conclusões a todos os contextos, pois “cada espaço social possui uma conformidade histórica, uma trajetória particular”.

> A produção da interpretação de uma dada realidade histórica está intimamente relacionada à conformação de um espaço social particular. Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais numa cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo (antes e depois) (BARBOSA, 2005, p. 56).

Por fim, o quinto pressuposto é a relação entre jornalismo e temporalidade, entendendo-a como “uma categoria conceitual que pode ser definida como o modo de inscrição das atividades humanas na duração” (BARBOSA, 2005, p. 58). Assim, ao estudar as práticas profissionais do passado, também se pensa historicamente a questão do tempo.

De acordo com Tania Regina de Luca (2005), em trabalho intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos*, a relação da História, como disciplina, e do Jornalismo, como campo científico, demorou para se consolidar. Os historiadores viam com desconfiança a utilização de jornais e de veículos midiáticos para reconstruir episódios históricos, alegando parcialidade e pouca objetividade no tratamento dos fatos. Com o surgimento de alguns trabalhos que utilizavam os jornais como fonte primária de pesquisa, a desconfiança foi, aos poucos, perdendo força. A imprensa é, hoje, largamente utilizada, também por historiadores, em pesquisas variadas.

Luca (2005) sugere que, nas pesquisas sobre a imprensa ou que tenham a imprensa como fonte primária, o pesquisador não atente apenas para conteúdos isolados nas páginas do veículo, mas considere outros aspectos, tais como: a materialidade dos impressos (quantas páginas tinham, como eram impressos, condições técnicas de produção vigentes etc.), indícios da função social do jornal e de qual público era visado e “a estruturação e a divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos” (LUCA, 2005, p. 139).

Todas essas características dão indícios dos sentidos assumidos pelos jornais, quando de sua circulação, além de considerá-los em seu contexto, dentro da história da imprensa e do jornalismo. Luca (2005) também cita a importância de se

observar quem eram os colaboradores mais assíduos, a relação do jornal com a política, a linha editorial etc., para delinear, com maior precisão, a identidade do jornal.

Resumindo as contribuições de Barbosa (2005) e de Luca (2005), as práticas jornalísticas estão inseridas em um contexto, que conseguimos apenas vislumbrar, de maneira subjetiva, com o olhar de quem já vive em outro tempo histórico, impregnado com novas tecnologias e formas de produzir a notícia. Portanto, a interface jornalismo e história será utilizada, nesta dissertação, para embasar melhor as análises posteriores e combinar as teorias do jornalismo, não com as teorias da história propriamente ditas, como proposto por Barbosa (2005), mas para nos ajudar a utilizar o conhecimento histórico e alguns pressupostos para iluminar nossos objetos e proporcionar resultados mais aprofundados.

Em nossa pesquisa, adotamos os postulados da interpretação, do conhecimento como *episthéme* e da particularização. Embora Barbosa (2005) tenha sugerido a vinculação entre teorias do jornalismo e teorias da história, acreditamos que as questões citadas são mais viáveis, considerando nossa construção teórica e, posteriormente, nossa análise. Pretendemos, também, esclarecer, logo de início, que nosso trabalho é assentado em arcabouço teórico de teorias do jornalismo e da notícia, mas que visa superar uma ótica descritiva e alcançar a interpretação, visível na principal questão que norteia este trabalho. Ademais, não temos a pretensão de generalizar os resultados obtidos a todos os jornais interioranos, considerando que cada um pertence a um contexto social, econômico e político específico.

Portanto, neste capítulo, abordamos as características do jornalismo, bem como seu surgimento e desenvolvimento, nas sociedades brasileira e gaúcha. Posteriormente, buscamos pensar sua vinculação – ora mais estreita, ora mais autônoma – com a política, visto que o objeto analisado é um jornal primeiramente vinculado ao Partido Republicano e, posteriormente, ao Partido Libertador.

2.1 JORNALISMO: CARACTERÍSTICAS, DEFINIÇÕES E EMBATES TEÓRICOS

O que exatamente é o jornalismo? Uma atividade, uma profissão, uma carreira? Qual é a sua principal função? Os teóricos dividem-se quanto à sua definição, sobretudo quando se buscam informações a respeito do jornalismo no passado – quando surgiu, quando se modernizou, quem o inventou. As perguntas

são muitas e os autores não chegam, em sua maioria, a um consenso. Procuramos resumir algumas contribuições teóricas consideradas clássicas, nos estudos da área.

Otto Groth (2011), teórico alemão considerado o fundador da Ciência dos Jornais, entende jornalismo da seguinte maneira:

> Como jornalismo em *sentido restrito (próprio)*, nós entendemos então o conjunto dos que atuam profissionalmente na produção de textos de jornais ou em revistas semelhantes aos jornais, seja direta ou indiretamente (no trabalho para organizações que colaboram na produção de textos). Segundo esta definição, são jornalistas não só os que fornecem profissionalmente textos para jornais e revistas e que trabalham para agências de notícia e demais, mas também aqueles que o fazem para assessorias de imprensa públicas ou privadas e empreendimentos semelhantes (GROTH, 2011, p. 324, grifo do autor)[2].

Para Groth (2011), o jornalismo possui quatro características essenciais. A primeira é a *periodicidade*, que reconhece como realidade imaterial, pois os exemplares não se constituem materialmente, mas como emanações do produto jornalístico. A periodicidade também é uma característica orgânica do ser humano e inerente à natureza. No jornalismo, tem a função de fidelizar o leitor, pois reforça o relacionamento e instrui o público continuamente (GROTH, 2011).

A segunda característica, elencada por Groth (2011), é a *universalidade*, descrita como imprescindível para o jornal. A subjetividade do que é universal obriga o jornalista a manter contato contínuo com o leitor, a fim de saber o que é importante ao público. Para compreender essa característica, entretanto, o autor pondera que é necessário saber que cada época histórica e cada país, estado e cidade tem o seu universal. Por meio da universalidade, Groth (2011) considera que os jornais exercem a função de integração social, por impedirem os indivíduos de se isolarem. É através do conhecimento do que se passa ao redor de si que o leitor consegue se inserir no mundo e entendê-lo melhor.

A terceira característica é a *atualidade*, também a menos contestada de todas. Refere-se a tudo o que é novo, conferindo ao jornalismo a função de mediar a

[2] Dos teóricos selecionados para compor este capítulo, Groth (2011) é o único que cita as assessorias de imprensa públicas e privadas no fazer jornalístico. Os demais se concentram apenas em redações tradicionais, sobretudo as de jornais impressos. Como o objeto desta pesquisa é um jornal interiorano impresso, a escolha se justifica. Abordaremos apenas brevemente as mudanças experimentadas pelo jornalismo, com a introdução de novas tecnologias.

atualidade – o que designa, portanto, uma relação espaço-temporal. Esta característica, todavia, não deixa de ser um tipo ideal, conforme Groth (2011). “Para mim, o presente é todo o acontecer que é ‘atual’ para mim, ou seja, aquilo que, na *minha respectiva situação atual, no meu agora*, move-me a uma tomada de atitude diante dele [...]” (GROTH, 2011, p. 232, grifo do autor). Mesmo assim, Groth (2011) reconhece que o jornal também contém partes que não são atuais, com espaços dedicados à diversão e ao entretenimento, como contos, folhetins, palavras-cruzadas, cuidados com a saúde e educação etc. – espaços que também podem trazer atualidade de maneira subjetiva, seja no tema de um conto, seja nas questões das palavras-cruzadas, por exemplo.

Nessa parte da obra, Groth (2011) elucida a diferença fundamental entre jornalismo e historiografia. Apesar de os jornais servirem como uma rica fonte histórica aos pesquisadores, eles não prescindem de uma leitura crítica e cuidadosa, justamente porque o jornalista retrata os acontecimentos a partir do dia – ou seja, no momento ou brevemente depois de terem ocorrido. O profissional é atravessado pelas dificuldades inerentes à atividade, pois o presente é multifacetado e complexo. “O conhecimento do presente é dificultado até o impossível pelo fato de que nós nunca podemos nos colocar diante do presente em uma contemplação pura, mas sim sempre somos atingidos por e temos que intervir nele” (GROTH, 2011, p. 255). Embora esse argumento não sirva como desculpa para eximir o jornalista de possíveis erros, os pesquisadores devem considerar as dificuldades da profissão, na hora de analisarem o material publicado nos jornais.

Por fim, a quarta e última característica, elencada por Groth (2011), é a *publicidade*, que se refere à acessibilidade do jornal – tanto no nível linguístico, quanto técnico. A palavra pode ser empregada no sentido de propagação e do conhecimento do tema e no sentido da visibilidade geral do jornal e dos assuntos por ele tratados. Assim como um jornal não pode crescer em áreas pouco desenvolvidas intelectualmente, sem que haja um público alfabetizado, também não pode se desenvolver sem o transporte e uma economia minimamente sólida. A densidade da publicidade depende consideravelmente da densidade e distribuição populacionais, bem como de aspectos econômicos (GROTH, 2011).

O brasileiro Luiz Beltrão (1992, p. 67), que foi inspirado pela obra de Otto Groth, definiu jornalismo como “a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir

conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum". Para Beltrão (1992), jornalismo é, basicamente, informar sobre o que interessa à população; não apenas transmitir as notícias, mas também interpretá-las.

Conforme Beltrão (1992), o jornalismo possui seis características essenciais. A primeira é a *atualidade*, uma vez que aborda o cotidiano, o presente, e transmite o que há de básico nos acontecimentos. A segunda é a *variedade*, como síntese de tudo o que ocorre e afeta o organismo social. Beltrão (1992) detalha melhor de que modo o jornalismo impacta na sociedade.

> O jornalismo, em qualquer das suas manifestações, busca satisfazer a três necessidades do espírito humano, integrado na vida social, a saber: 1. informar-se do novo, do imprevisto, do original e, através dele ou por causa dele, recordar-se do passado, do já sabido, do quase perdido nos arcanos da memória. 2. receber uma mensagem de advertência ou orientação, isto é, alertar-se para o futuro, para a ação. 3. entreter-se, descansar das preocupações no *humour*, na ficção, na poesia, nas belas letras, na arte (BELTRÃO, 1992, p. 75).

A terceira característica é a *interpretação*, que Beltrão (1992) reconhece variar de veículo para veículo. Frisa a importância do atributo, por orientar o leitor e não o deixar à mercê na compreensão dos fatos e de como eles impactam na sociedade. A quarta é a *periodicidade* – que insere como a característica mais objetiva e menos formal, sem a qual o jornal não atingiria seus propósitos (BELTRÃO, 1992). A quinta é a *popularidade*, uma vez que deve ser dirigido à população em geral, e não apenas a um círculo restrito. Nesse atributo, incluem-se a linguagem de fácil acesso e a penetração em todas as camadas sociais. Beltrão (1992) resume o elemento como o combustível do jornalismo.

Por fim, a sexta característica é a *promoção*, como modo de assegurar o bem comum, pois impulsiona o ser humano à ação. Neste ponto, Beltrão (1992) interpreta o jornalismo como uma atividade que influi na sociedade e é intrinsecamente ligada a ela. Não tem a capacidade de impulsionar o público à ação, mas de orientá-lo e de adverti-lo para que ele promova mudanças, em prol dos outros. Apesar de algumas modificações de nomenclatura e da inserção de dois itens, em relação ao estudo de Groth (2011), nota-se similaridade nas características elencadas por ambos.

Danton Jobim (1992)[3] afirma que os jornais podem ser uma boa fonte histórica para compreender a vida social de uma época, mas também diferencia as práticas jornalísticas da historiografia, uma vez que os jornalistas se movem na realidade do hoje. Jobim (1992) também distingue jornalismo de literatura. Embora não seja ficção, os textos jornalísticos podem constituir-se em exemplos de belas-letras. Na época em que Jobim proferiu as palestras que geraram o livro – entre 1953 e 1957 –, não havia faculdades de Jornalismo de maneira tão institucionalizada como atualmente, em 2017. Por isso, como era um "campo aberto à improvisação" (JOBIM, 1992, p. 42), muitos escritores se tornavam jornalistas. Ainda assim, o jornalismo finca suas bases no efêmero, enquanto a literatura possui contornos mais perenes.

De forma mais poética e romantizada, Traquina (2005a) define que o jornalismo é a vida, tal qual é contada nas páginas dos jornais, e vê os jornalistas como os modernos contadores de estórias, parte de uma tradição mais longa, que remonta à Antiguidade. De maneira prática, o jornalismo busca responder à indagação diária que as pessoas se fazem sobre o que está acontecendo ou aconteceu no mundo, no país e ao redor delas (TRAQUINA, 2005a).

O jornalismo também é, para Traquina (2005a), uma atividade intelectual. Contudo, ao mesmo tempo em que exige criatividade, é altamente condicionada, por conta da pressão do tempo, dos formatos e das hierarquias. Por mais que soe como a antítese da rotina, o jornalismo é uma profissão cheia de rotinas[4]. Utilizando o conceito de campo, cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1992), Traquina (2005) insere os jornalistas como jogadores, disputando o monopólio do que é notícia.

Para Sousa (2002a), não é possível falar de apenas um jornalismo, mas de jornalismos, no plural. Há diversos modelos que podem explicar a prática nos países ocidentais, que são diferentes em cada nação. Por exemplo, o jornalismo italiano é conhecido pela defesa de opiniões; o britânico, pela sobriedade; enquanto o francês, pelo caráter informativo (SOUSA, 2002a). Os modelos que o autor destaca são o

[3] Para melhor compreensão da importância e do pioneirismo de Danton Jobim para os estudos do jornalismo brasileiro, consultar o artigo: MARQUES DE MELO, José. O pioneirismo de Danton Jobim na pesquisa jornalística brasileira. **Contracampo**, Niterói, n. 12, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/555>. Acesso em: 27 abr. 2017.

[4] Os valores-notícia integram esta rotina e estão internalizados pela cultura jornalística, como explanaremos melhor no terceiro capítulo.

Modelo Autoritário[5], Modelo Revolucionário[6], Modelo Comunista[7], Modelo de Jornalismo para o Desenvolvimento[8] e, por fim, o Modelo Ocidental – e é, basicamente, esse modelo que será estudado, nesta dissertação.

Como visto, a prática jornalística não se desenvolveu de maneira homogênea, no mundo inteiro, nem é compreendida igualmente, em todas as nações. Ao mesmo tempo em que a definição do jornalismo que é e foi praticado, no Brasil, se assemelha, em muitos casos – e guardadas as devidas proporções –, ora ao caso europeu, ora ao modelo norte-americano (JOBIM, 1992), as práticas brasileiras possuem particularidades que explanamos nos capítulos a seguir.

2.2 SURGIMENTO DO JORNALISMO

Beltrão (1992, 2006) entende o jornalismo profissional como uma prática recente, mas como atividade humana antiga. O processo de transmissão de informações sobre caças ou abrigos e as estórias ao pé da fogueira já eram consideradas como primórdios da atividade jornalística, pois visavam à informação, orientação e entretenimento, com esforço de educação.

Alguns fatores que deram ao jornalismo o caráter de necessidade social, segundo Beltrão (2002), foram a ampliação e diversificação das atividades e aumento da população, incremento da mobilidade social e dos meios de comunicação e o fortalecimento do poder político e do interesse público, atribuindo ao jornalismo a função de informar os cidadãos sobre as atividades do governo.

As primeiras expressões jornalísticas foram as *actas diurnas*, dos romanos, publicações oficiais do governo para informar a população. Na Idade Média, havia a força da palavra falada como transmissão de informações, sendo comunicadas por

---

[5] "[...] jornalismo aparece subordinado aos interesses de uma classe dominante, aquela que governa o país, funcionando de cima para baixo: é o governo autoritário que decide, através dos organismos de censura e outros, o que deve e não deve e o que pode e não pode ser publicado" (SOUSA, 2002a, p. 29).

[6] "[...] pretende-se, geralmente, derrubar um sistema político. Mais raramente, a sua prática visa contribuir para o fim do controle estrangeiro de uma nação ou persegue um objetivo similar" (SOUSA, 2002a, p. 30).

[7] O Estado domina e é proprietário da imprensa. Jornalismo não se orienta pela procura à verdade, mas parte do princípio de que há acontecimentos que não podem ser publicadas, bem como de que há coisas que devem ser publicadas (SOUSA, 2002a).

[8] Praticado em países em desenvolvimento, mistura ideias e influências, tais como: concepções marxistas e neo-marxistas, atribuição de grande poder de transformação social e econômico à imprensa, ideias decorrentes da UNESCO, críticas ao conceito de livre informação e de diferenciação entre países pobres e ricos, no que diz respeito à capacidade de comunicação. O jornalismo deveria, basicamente, atuar em prol do desenvolvimento desses países (SOUSA, 2002a).

cantilenas, até o século XI. No Renascimento, o jornalismo era composto por folhas, escritas à mão. No século XV, surgiu a tipografia e a imprensa, com o invento do alemão Gutenberg. Concomitantemente, nos dois séculos seguintes, houve forte repressão aos impressos. Ao mesmo tempo em que surgiram os jornalistas – ou aqueles que exerciam a atividade, na época –, os governantes pensaram em utilizar a imprensa a seu favor. No século XVII, a imprensa periódica surgiu em toda a Europa (BELTRÃO, 1992).

Traquina (2005a) argumenta que a democracia foi essencial para a expansão da imprensa, junto a outros fatores, como os lucros do capitalismo, a maquinaria mais potente – que permitiu a impressão de mais exemplares por hora, com qualidade gráfica superior – e a formação de novos leitores, pois o número de analfabetos diminuía e o novo ritmo das cidades exigia a leitura de jornais. Traquina (2005a) frisa que o crescimento da imprensa esteve intrinsecamente ligado à liberdade de expressão.

De acordo com Jürgen Habermas (1984), a imprensa expandiu-se e autonomizou-se do campo político com o surgimento de uma burguesia crítica, que se libertou do poder do Estado e passou a criticá-lo. O jornalismo só existe na medida em que os fatos podem se tornar públicos. Primeiro, o Estado viu como poderia utilizar a imprensa a seu favor, e os primeiros jornais surgiram com subvenção estatal. Aos poucos, a expansão do capitalismo e a crescente troca de mercadorias fez com que surgisse a esfera pública burguesa, que lançou jornais e folhas independentes.

Assim, o surgimento do jornalismo moderno está ligado à esfera pública. A imprensa passa a ser aliada do comércio e a ser usada como instrumento de pressão ao governo. A esfera pública burguesa, para Habermas (1984), é a categoria da sociedade liberal que passaria a influenciar o poder decisório sobre as políticas da época, na Europa, no final do século XVIII. Nesse período, não só as informações se desenvolvem em relação à troca de mercadorias, mas a própria informação se torna mercadoria.

Com a mudança estrutural da esfera pública – que significa que ela se tornou parte do setor privado –, por volta do século XIX, a imprensa também passa a desempenhar outro papel. Surge a cultura de massa, cresce a contribuição de agências de notícias e de correspondentes. As novas mídias mudam a forma de se comunicar e a esfera pública assume, assim, contornos de propaganda

(HABERMAS, 1984). A visão de Habermas, em relação à imprensa e ao jornalismo, é, nesse sentido, muito negativa, exprimindo as relações que o campo jornalístico mantinha com o campo político e com o setor privado, enxergando-a como manipuladora.

Para Kunczik (1997), os precursores dos jornalistas modernos, na Europa central, foram os bardos viajantes, que relatavam o que viam nas feiras e mercados. Outras pessoas que exerciam funções de fácil acesso à informação também foram, para o autor, os precursores – em tempo parcial – dos jornalistas: editores de livros, administradores de correios, negociantes etc. Donsbach (1987 citado por Kunczik, 1997)[9] diz que a primeira confecção e distribuição comercial e profissional de notícias se deu em Veneza, no século XVI, nas quais os *scrittori d'avvisi* reuniam informações de todo o tipo e as vendiam. O primeiro jornal publicado, diariamente, foi o *Einkommende Zeitung*, em 1650, em Leipzig, na Alemanha. Porém, o jornalismo só passou a ser exercido, como profissão de tempo integral, no século XIX (KUNCZIK, 1997).

A expansão na distribuição e no alcance dos jornais é resultado de uma série de inovações sociais, que incidem sobre a sociedade como um todo. De acordo com Groth (2011), os jornais não podem ser distribuídos, nem ter crescimento de tiragem, em regiões pouco desenvolvidas intelectualmente. Além do mais, a forma, o horário de publicação e a periodicidade, por exemplo, dependem do desenvolvimento técnico, da organização da produção noticiosa e do transporte. Outros fatores que influenciam são a densidade e a distribuição populacional, situação econômica, a legislação e administração de um país, ideias religiosas, costumes e tradições dos moradores etc. (GROTH, 2011).

2.2.1 Jornalismo no Brasil: história e identidade

O jornalismo brasileiro é resultado de diversas influências estrangeiras, mas que, ainda assim, se fundem para formar uma identidade única. Os influxos foram, sobretudo, europeus e, a partir de 1950, norte-americanos (MARQUES DE MELO, 2006; SILVA, 1991).

---

[9] DONSBACH, W. Journalismus. In: NOELLE-NEUMANN, E. e outros (Eds.). **Wörterbuch der Publizistik**. Hamburg: s.e., 1997.

Para Marques de Melo (2006), o jornalismo brasileiro nutre-se de um modelo português, com influências igualmente francesas, britânicas e espanholas. As contribuições italiana, alemã e espanhola ficaram, num primeiro momento, restritas à imprensa produzida pelos imigrantes e, posteriormente, espalharam-se de maneira mais ampla. Na prática hispano-americana, a persistência dos traços espanhóis ainda é visível, com modificações inevitáveis por conta da penetração das técnicas norte-americanas. O jornalismo brasileiro, pelo contrário, distancia-se dos padrões portugueses, mas também não é cópia dos modelos franceses e norte-americanos:

> [...] a fronteira entre informação e opinião, metodicamente implantada pelo jornalismo inglês e levada às últimas consequências pelo jornalismo norte-americano, nunca existiu entre nós.
> Praticamos sempre formas de expressão jornalísticas que, a não ser residualmente, deixaram de seguir o exacerbado panfletarismo francês e tampouco absorveram o receituário da objetividade norte-americana. Construímos um arcabouço narrativo, onde o real transparece com nitidez, dissimulando embora as conotações ideológicas, sem contudo esconder as nuances da política editorial que tornam diferentes as instituições jornalísticas (MARQUES DE MELO, 2006, p. 69-70).

A imprensa[10], no Brasil, floresceu tardiamente em relação às colônias espanholas e inglesas, no continente americano[11]. Marques de Melo (2003b) atribui o atraso a diversos fatores. Enquanto, nas colônias hispano-americanas, os espanhóis e os ingleses inseriram uma estrutura burocrática, que exigia a imprensa como solução para a impressão de leis e de decretos, a colônia portuguesa seguira o caminho oposto. Outro motivo da introdução da imprensa nas colônias espanholas e inglesas foi a necessidade de manter a educação das elites. Para isso, era preciso imprimir livros – embora a maior parte proviesse da respectiva metrópole. Também é preciso ressaltar a participação da Igreja na implementação da imprensa, nas colônias americanas, cujas intenções eram evangelizadoras (MARQUES DE MELO, 2003b).

Em relação à introdução dos primeiros jornais nas colônias da América, Marques de Melo (2003b) destaca que praticamente todos foram criações governamentais, para difundirem seus interesses, até em relação aos movimentos

[10] É importante diferenciar, aqui, os termos *imprensa* e *jornalismo*. Imprensa refere-se a todas as publicações impressas, enquanto jornalismo designa atividades jornalísticas que tem as características especificadas no início deste capítulo.
[11] A primeira tipografia, implantada no continente americano, foi no México, em 1533 (MARQUES DE MELO, 2003b).

emancipacionistas[12]. A imprensa só se desenvolveu, com potencial e autonomia, depois que cada país adquiriu sua independência (MARQUES DE MELO, 2003b).

Conforme Beltrão (1992), embora a primeira tipografia tivesse sido instalada, no Brasil, em 1808 – 276 anos após o início da ocupação territorial –, o colono português ou o nativo já exerciam atividades similares ao jornalismo, por meio de folhas volantes e de pasquins. Em Ilhéus, já há registros de pasquins, em 1587. Todavia, as informações não prescindiam da oralidade para serem transmitidas.

> Centros de divulgação de notícias eram as feiras, os senados das Câmaras, os portos e os armazéns. As notícias oficiais eram transmitidas por bandos, dos quais eram incumbidos comandantes e capitães-mores, com acompanhamento de alguns soldados e tambores. Para o interior, seguiam bandeiras e tropas e, de engenho a engenho, de povoação a povoação, as notícias corriam pela boca dos capitães do mato, dos tropeiros e mascates – como na Idade Média pela voz dos jograis (BELTRÃO, 1992, p. 39).

A imprensa foi implantada, no Brasil, após a expulsão da Coroa Portuguesa de seu país, devido à invasão francesa. Quando a Família Real se mudou para terras brasileiras, foi necessário implementar uma série de modernizações, uma vez que o país estava atrasado, em comparação ao resto do continente americano. A imprensa surgiu, portanto, dentro de uma série de medidas para permitir as atividades do governo português, instalado provisoriamente, no Brasil. Não só boletins oficiais eram impressos, mas também livros (MARQUES DE MELO, 2003b).

O surgimento do jornalismo, no Brasil, gera divergências, sobretudo no que concerne à figura considerada pioneira em seu exercício. Marques de Melo (2003a) e Jobim (1992) defendem que é Hipólito José da Costa, com seu *Correio Braziliense*, produzido em Londres, e enviado, ao Brasil, a partir de 1808. Rizzini (1957) considera que o posto pertence a frei Tibúrcio José da Rocha, com o primeiro jornal a circular, em língua portuguesa, no continente americano. De caráter oficialista, sofreu as censuras do Estado, enquanto Hipólito José da Costa redigia em caráter noticioso e enviava os jornais, clandestinamente, ao Brasil.

Rego (1952, citado por Marques de Melo, 2003a)[13] afirma que nem Hipólito, nem frei Tibúrcio, podem ser considerados pioneiros, pois nenhum exercera a

[12] Os únicos países que fugiram à regra são Chile e Panamá, cujos primeiros jornais serviram à causa da independência, e o Equador, onde o jornalismo surgiu de maneira independente, mas logo sofreu a censura dos órgãos governamentais (MARQUES DE MELO, 2003b).
[13] REGO, Pedro da Costa. **Águas passadas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

atividade de forma autônoma, livre de pressões partidárias. Hipólito José da Costa foi um político vinculado ao capitalismo britânico e à maçonaria, enquanto Frei Tibúrcio, funcionário do governo português e da Igreja Católica. Para Costa Rego (1952, citado por Marques de Melo, 2003a), o pioneirismo pertence ao publicista Tavares Bastos, que rompia amarras governamentais e partidárias[14].

Morel (2011) pontua que a imprensa, no período oitocentista, era marcada pelo caráter artesanal e pela efemeridade dos títulos. Jornais oposicionistas e governistas tinham quase o mesmo alcance e o preço era mais acessível. Em questão de conteúdo, notícias locais, nacionais e internacionais se misturavam nas páginas. Também não havia distinção clara entre opinião e informação.

No período de Dom Pedro II, a imprensa abranda o tom político da fase anterior, de acordo com Sodré (2011). Com os novos tempos, marcados pelo desenvolvimento cafeeiro, pelo tráfico de escravos e pelos latifúndios, os jornais deveriam servir à consolidação dessa estrutura – e foi o que ocorreu, majoritariamente. Há, também, a fusão da imprensa de letras e da imprensa política, que, na fase anterior, estavam separadas.

“A imprensa, como todo o conjunto da cultura, refere-se as transformações da época” (SODRÉ, 2011, p. 281). A afirmação do autor é categórica e esclarece as inter-relações da imprensa com seu meio: não há como a dissociar das transformações da sociedade. A partir do início da segunda metade do século XX, o Brasil moderniza-se: desenvolve-se o comércio, a organização bancária, a indústria. A urbanização toma corpo, libertando-se da supremacia das zonas rurais (SODRÉ, 2011) – e, consequentemente, a imprensa reflete essas alterações. Ao mesmo tempo, a imprensa espalhava-se pelo interior. “Era exigência ligada à dificuldade dos transportes e do serviço de Correio, impedindo que os jornais da Corte e das capitais das províncias se difundissem, ilhados onde se editavam e um pouco além” (SODRÉ, 2011, p. 298).

Já durante a Primeira República (1889-1930), houve diversificação e fortalecimento dos títulos e dos formatos. Conforme Eleutério (2011), a política ainda tinha espaço, mas a urbanização exigia novos focos de notícia. Houve, concomitantemente, um progresso tecnológico, com a incorporação de ilustrações e

[14] Esta divergência ainda deve ser melhor esclarecida por pesquisadores da mídia, segundo Marques de Melo (2003a). Acreditamos, nesta dissertação, que separar, desta maneira, convicções políticas ou ideológicas de jornalismo é redutor.

de fotografias, além de um “ensaio da comunicação de massa” (ELEUTÉRIO, 2011, p. 84). A imprensa também estava a serviço do progresso:

> A imprensa tornava-se grande empresa, otimizada pela conjuntura favorável, que encontrou no periodismo o ensaio ideal para novas relações de mercado do setor. Logo, aquela imprensa periódica resultou em segmento polivalente, de influência na otimização dos demais, isto é, da lavoura, comércio, indústria e finanças, posto que as informações, a propaganda e a publicidade nela estampadas influenciavam aqueles circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz – veículos da palavra impressa – aliavam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem (ELEUTÉRIO, 2011, p. 84).

No período da Primeira República, o governo também censurava os jornais e os proibia de falarem mal do presidente – como no caso da Lei de Imprensa, de julho de 1922, promulgada no mandato do então presidente Artur Bernardes (ELEUTÉRIO, 2011). Enquanto Traquina (2005a) defende que a imprensa precisa da democracia para se desenvolver, no Brasil a história parece ter seguido o caminho contrário – pelo menos, na visão de alguns pesquisadores. Segundo Barbosa (2005), o jornalismo, enquanto atividade remunerada, no Brasil, não se desenvolveu no bojo da liberdade de imprensa. A profissionalização ocorreu nos momentos de maior repressão e censura, justamente pela vinculação estreita entre o jornalismo e a política.

De acordo com Marialva Barbosa (2007), em obra que se concentra no contexto carioca, houve duas modernizações da imprensa brasileira – uma, no início do século XX, e outra, mais expressiva, na década de 1950. As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela implementação de novas tecnologias, cuja influência mudou o cenário urbano e os periódicos que circulavam, na cidade do Rio de Janeiro. Com a introdução da linotipo, do cinematógrafo, do fonógrafo e do gramofone, por exemplo, o jornalismo praticado na época foi renovado, com a inserção da ideia de rapidez. Os jornais que desejavam se aproximar do público necessitavam acompanhar essas mudanças. Surgiu um novo mundo simbólico, tornando os acontecimentos globais mais próximos e visíveis (BARBOSA, 2007).

Na mesma década, a figura do repórter ganhou importância, pois ele ia a campo colher as informações estampadas na próxima edição do jornal. Consequentemente, cresceu o espaço designado às notícias locais, tanto de crimes

– construídas de modo sensacionalista –, quanto de informações que afetavam a vida da população. Barbosa (2007) ainda afirma que, por conta da figura do repórter, foram lançadas as bases para a construção do ideal de objetividade[15] – como uma espécie de criação de *distinção da classe jornalística* ou *lugar autorizado de fala*, nos termos bourdieusianos empregados pela autora.

Um ideal de modernidade foi, portanto, introduzido entre 1900 e 1910. Não chegou a ser tão profundo e revolucionário quanto as transformações jornalísticas da década de 1950, mas houve alterações técnicas e sociais significativas.

> Constrói-se, pois, paulatinamente, a imagem do jornalismo como conformador da realidade e da atualidade. As tecnologias são fundamentais para a construção do jornalismo como lugar da informação neutra e atual. Se o telégrafo torna os acontecimentos visíveis, há que informar os fatos que ocorrem próximos ao público. A opinião é, assim, gradativamente separada de uma ideia de informação isenta e, neste processo, os novos artefatos tecnológicos desempenham papel fundamental (BARBOSA, 2007, p. 24).

Na década de 1950, com os ideais de modernização e de desenvolvimentismo, introduzidos pelo governo de Juscelino Kubitschek, a imprensa passa pela transformação mais expressiva de sua história (BARBOSA, 2007). Após um período nos Estados Unidos, Pompeu de Souza trouxe ao Brasil o *lide*, a pirâmide invertida e o manual de redação, implantando as mudanças no *Diário Carioca* (RIBEIRO, 2003; SILVA, 1991).

Barbosa (2007) afirma que o que se buscou construir foi a autonomização do campo jornalístico, em relação ao literário, fundamentando a legitimidade da profissão. Os jornalistas defenderam seu trabalho como espelho da realidade e construíram a aura de neutralidade e de objetividade. Ainda que a carga opinativa não tenha sido alijada das páginas dos jornais, eles passam a ser reconhecidos, pelo público, como lugares importantes de difusão de informações. Ao mesmo tempo, pretendem não apenas atuar no campo político, mas mobilizar os leitores.

Para Lavina Ribeiro (2004), cujo estudo tem forte influência estruturalista e do materialismo cultural de Raymond Williams[16], a imprensa começara a tomar

[15] Explanamos mais sobre o conceito de objetividade no capítulo 3.

[16] "O esforço analítico de influência estruturalista resulta [...] do fato de que as práticas comunicativas, desde as suas origens históricas até os dias de hoje (e agora de modo inequívoco e determinante) têm como pressuposto necessário e fundamental de existência a manipulação de recursos materiais, o domínio de técnicas e habilidades que conferem uma substantiva e particular 'materialidade' às

contornos comerciais no início do século XX. A inspiração continuou fortemente política, mas mudanças comerciais foram introduzidas. Durante a Primeira República, esta institucionalização ficou clara, embora a estreita vinculação com o Estado impedisse a criação de uma esfera pública[17] no país.

Entretanto, no período de 1889 até a década de 1930, os jornais não eram, necessariamente, subordinados ao governo, mas procuravam constituir sua autonomia. Conforme Ribeiro (2004), a imprensa fazia parte do espaço público da época. Ela defende que as instituições de comunicação devem ser explicadas de acordo com a sua lógica discursiva específica, observando as transformações da imprensa carioca[18] sob a noção de processo.

A hipótese central defendida por Ribeiro (2004) é a correlação entre a configuração estrutural da comunicação e a legitimação institucional de seus processos. Essas empresas construíram, desde o início de sua existência, um lugar de ação próprio, legitimado pela sociedade. A autora aponta, ainda, a estreita vinculação do jornalismo com a política, o que impedia a autonomia entre as duas esferas – muito embora o jornalismo brasileiro, na década de 1950, seguisse, em teoria, o ideal estadunidense.

Para Sodré (2011), a imprensa da República exaltava a política em suas páginas. A partir de 1895, já ocorriam transformações tecnológicas que fariam os jornais se definirem como estrutura empresarial. A introdução dos serviços telegráficos também permite que as empresas inovem na cobertura e no conteúdo, embora a distribuição dos exemplares fosse feita em carroças. A passagem do século XIX ao XX marca a transição da pequena à grande imprensa[19], alterando, também, sua produção e circulação, bem como a relação entre os jornais com os

---

suas manifestações e aos termos de suas condições objetivas de sedimentação e transformação espaço-temporal" (RIBEIRO, 2004, p. 10).

[17] No artigo, utiliza-se o conceito de *esfera pública* de acordo com a definição de Habermas (1984), como um espaço de deliberação, no qual as pessoas se reúnem para discutir assuntos de interesse público que afetam a coletividade.

[18] "[...] tomam-se como objeto de análise as instituições jornalísticas criadas na cidade do Rio de Janeiro, pelo fato de que nela se desenvolveram, de forma significativa, todos os padrões predominantes da história da imprensa brasileira" (RIBEIRO, 2004, p. 99). Após a década de 1960, o eixo se desloca, de maneira mais contundente, para São Paulo (RIBEIRO, 2004).

[19] Reconhecemos que esta expressão é vaga e imprecisa e Sodré (2011) não detalha em qual sentido a emprega. Pelo contexto, podemos supor que ele acredita que pequena imprensa seriam os jornais de caráter mais artesanal, sem uma grande equipe, o que ficou relegado, a partir do início do século XX, ao interior. Luca (2011, p. 149) entende que grande imprensa "designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro", o que entendemos ser melhor explanado pela expressão *jornais de referência*.

anunciantes, com a política e com os leitores: “O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá como tal, até os nossos dias” (SODRÉ, 2011, p. 407).

Ribeiro (2004), porém, critica a afirmação de Sodré (2011), porque o autor teria esquecido os elementos de continuidade do modo anterior de esfera pública no Brasil. Há, no período, a passagem da comunicação direta para a representativa – na qual se destacam dois fenômenos: a separação entre a informação e a opinião e a ampliação da discursividade jornalística. Ainda assim, a política não permaneceu de lado:

> Apesar de estruturados como empreendimentos financeiros, dependentes da venda avulsa, das assinaturas e da publicidade, estes jornais continuaram a privilegiar a temática política, dispondo-a nas suas primeiras páginas, contratando, como já foi mencionado, personalidades do cenário público político para articularem os textos opinativos (RIBEIRO, 2004, p. 138).

As transformações iniciadas no começo do século XX impactaram todo o fazer jornalístico e culminaram na tendencial separação entre jornalistas e literatos. Cresceu a importância da reportagem, frente ao jornalismo opinativo, e deu-se preferência ao profissional de jornalismo treinado e educado para exercer a atividade. Escritores, no período, também eram jornalistas e a literatura brasileira era promovida nos jornais (RIBEIRO, 2004).

Ao longo do Estado Novo (1937-1945), cresceu o volume informativo oriundo de agências de notícias internacionais, como a *Reuters*, *UPI*, *Associated Press*, entre outras, uma vez que o governo Vargas censurava os jornais, por meio da atuação do Departamento de Imprensa em Propaganda (DIP), criado em dezembro de 1939. O DIP contava com censores nas redações e fornecia grande parte das notícias publicadas nos jornais cariocas, na época (RIBEIRO, 2004).

De 1946 a 1956, foram criados vários programas de incentivo à industrialização do país. Na esteira desses processos, os jornais adquiriram maquinário moderno e aumentaram sua capacidade de produção. Lavina Ribeiro (2004) reforça, assim, a relação do jornalismo com as condições materiais de produção da sociedade. É preciso considerar, para ela, todo o cenário político, cultural e econômico do período, para entender como os jornais se posicionam e se movimentam dentro da sociedade.

Ainda na década de 1950, a autora afirma que houve um retorno da importância do tema político, comparável ao final do Império e aos primeiros governos republicanos. Consolidou-se o ideal de objetividade, a ética profissional e o jornalismo tornou-se uma profissão especializada, com divisão de trabalho e hierarquização de funções dentro das redações cariocas. Contribuiu, ainda, o aumento dos anúncios publicitários, o surgimento de assessorias de imprensa e a publicação de matérias pagas (RIBEIRO, 2004).

Outros pesquisadores consideram questões diversas na demarcação de um período para a modernização do jornalismo brasileiro. Lattman-Weltman (1996) recorreu ao filósofo alemão Jürgen Habermas (1984) para explicar a transição do jornalismo brasileiro entre as fases literária e empresarial. Na década de 1950, ao lado das transformações econômicas, o Brasil teria passado do período denominado *jornalismo literário* – caracterizado pela predominância de temas políticos e opiniões, enquanto o lucro foi deixado em segundo plano – para o período de *jornalismo empresarial*. Este último é marcado por inovações técnicas, com a introdução de maquinário mais potente, maior cuidado no tratamento dos dados, das notícias e da diagramação, com menos artigos de fundo.

Na concepção de Lattman-Weltman (1996), se o modelo habermasiano for aplicado ao caso brasileiro, seria possível periodizar a história da imprensa, no Brasil, em três fases. A primeira seria formada nos primeiros anos, a partir de 1808, caracterizada pelo serviço, na era pré-capitalista, e pelos jornais governistas. A segunda fase surge com o aparecimento das primeiras folhas oposicionistas, abolicionistas e republicanas (na qual o autor insere o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa), e ocorreria concomitante à primeira fase. Por fim, a terceira seria constituída pela superação do modelo literário pelo modelo empresarial, o que teria ocorrido somente a partir de 1950, em função das dificuldades do estabelecimento de uma esfera pública efetiva no Brasil.

Para o autor, os motivos seriam os governos autoritários e a situação socioeconômica e cultural, que impediam a criação de um mercado de bens culturais, por conta dos elevados índices de analfabetismo e o caráter agroexportador da economia (LATTMAN-WELTMAN, 1996). Acreditamos, contudo, que a aplicação do modelo habermasiano ao caso brasileiro não é possível nestes moldes, uma vez que o jornalismo do país é diverso e não se desenvolveu, como já foi explanado, da mesma forma que o europeu. A aplicação do modelo

habermasiano foi bem-sucedida, de acordo com nossa leitura, no trabalho de Lavina Ribeiro (2004) – anteriormente citado.

De acordo com Ana Paula Goulart Ribeiro (2003), a modernização do jornalismo carioca ocorreu na década de 1950, quando o modelo empresarial substituiu o que ela denominou de político-literário. Concomitante às mudanças textuais e de organização das redações, com a introdução do *lide* e de manuais de redação, o jornalismo buscava se afastar da literatura e "obteve uma certa dose de autonomização, transformando-se numa comunidade discursiva própria" (RIBEIRO, 2003, p. 148). Passou a não ser mais reconhecido como um produto literário, mas como "um gênero de estabelecimento de verdades" (RIBEIRO, 2003, p. 148), abandonando a questão da polêmica e da doutrina e dando primazia à informação.

A influência norte-americana, por sua vez, impôs questões formais que concernem à linguagem e à estrutura do texto, como o uso da terceira pessoa e do modo verbal indicativo e a introdução da *pirâmide invertida*. Todas essas mudanças eram sedimentadas na alteração da vida urbana, cuja rapidez exigia adaptações (RIBEIRO, 2003). A partir de 1950, portanto, cresce a influência estadunidense sobre o jornalismo brasileiro – que, até então, se guiava pelo modelo francês, que continha mais opinião, crônicas e artigos de fundo (JOBIM, 1992; SILVA, 1991).

Os trabalhos citados concentram-se, em sua maioria, no desenvolvimento do jornalismo da cidade do Rio de Janeiro. As práticas sul-rio-grandenses têm peculiaridades e fases de desenvolvimento próprias, que explanamos melhor a seguir. Outro questionamento que se levanta, a partir das leituras acima e, sobretudo, da contribuição de Lavina Ribeiro (2004), é: quando se pode falar da modernização do jornalismo do interior gaúcho, considerando a urbanização, a compra de maquinários modernos e a profissionalização dos jornalistas, por exemplo? Se todas as questões materiais importam, também convém levantarmos dados que possibilitem inferências nesse sentido.

2.2.2 História do jornalismo no Rio Grande do Sul

Os primórdios da imprensa gaúcha estão ligados ao processo que desencadeou a Revolução Farroupilha. O primeiro jornal criado no estado foi o *Diário de Porto Alegre*, em 1827, para difundir opiniões sobre o governo da Província, no contexto de surgimento de um público letrado. Com o fortalecimento

econômico e o processo político em curso, surgiram novos jornais. Porém, seu conceito era somente político e os textos, por sua vez, doutrinários, opinativos, ideológicos e com linguagem virulenta (RÜDIGER, 2003).

Ao observar seu conteúdo, Rüdiger (2003, p. 23) afirma que "não chegaram a constituir o fundamento de um jornalismo. A concepção que os criou era uma mera tática, não lhes reconhecia um valor consistente". O período, que ele nomeia como de formação do jornalismo gaúcho e se estende até o terceiro quartel do século XIX, era caracterizado pelo acúmulo de funções, uma vez que os donos de tipografias e artesãos urbanos também eram os proprietários e diretores dos jornais.

> As raízes do jornalismo rio-grandense estão ligadas a homens como esses, que souberam compreender a demanda das facções políticas por meios de difusão e propaganda para desenvolverem o negócio da publicação de jornais e periódicos. Porém, em que pese sua contribuição para essa história, convém chamá-los de jornalistas com ressalvas. De fato, esses homens, como seu próprio tempo, não tinham um conceito preciso de jornalismo, restringiam sua atividade à direção dos periódicos, confundiam as práticas editoriais com prestação de serviços gráficos e assim reduziam o periodismo à transmissão de conteúdos com os quais propriamente não tinham participação (RÜDIGER, 2003, p. 28).

Ao analisar a gênese e a metamorfose do jornalismo[20] gaúcho, Rüdiger (2003) divide-o em duas fases[21]. A primeira seria a político-partidária, que vai desde sua formação até meados de 1930. A segunda é caracterizada pela informação e pela indústria cultural, que vai do início do século XX e se consolida com os atuais monopólios midiáticos. A transição entre os períodos não foi repentina e durou várias décadas.

O surgimento do jornalismo político-partidário remonta, segundo Rüdiger (2003), ao terceiro quartel do século XIX, quando os políticos perceberam a força dos jornais como veículos de difusão de ideias, e ocuparam, gradativamente, o lugar dos tipógrafos, na função social de jornalistas. Ainda assim, não havia, sobretudo no interior do estado, a separação absoluta entre as funções de redator e de direção do

[20] Rüdiger (2003) separa, logo de início, as nomenclaturas jornalismo e imprensa, designando o primeiro como "uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública" (RÜDIGER, 2003, p. 11). Ele não especifica, porém, o significado que emprega ao conceito opinião pública, em seu trabalho.

[21] Entendemos que a divisão de Rüdiger (2003) e de outros pesquisadores carece de uma revisão mais profunda e ampla sobre o jornalismo interiorano, a fim de também identificar sua evolução em fases.

jornal. Naquele período, o jornalismo era embasado na ideia de que o papel do jornalista era veicular, organizadamente, a doutrina de um partido e dirigir a opinião pública. Os recursos provenientes da publicidade eram irrisórios e a própria fundação do veículo não visava ao lucro. As páginas dos jornais eram um prolongamento da tribuna parlamentar e objetivavam a organização da sociedade civil (RÜDIGER, 2003).

A decadência do jornalismo político-partidário está relacionada às mudanças enfrentadas pela sociedade gaúcha, sobretudo na época do Estado Novo. As alterações estão relacionadas à estrutura econômica, à ascensão de camadas médias e à diversificação do público – condições criadas pelo Partido Republicano (RÜDIGER, 2003). Concomitantemente, houve o encarecimento dos insumos gráficos e do papel, o que forçou muitos jornais a diminuírem a qualidade de imagens e a decrescer a tiragem. Os jornais que atravessaram a crise buscaram se adaptar, adotando um caráter mais noticioso, que caracteriza a segunda fase, na divisão apresentada por Rüdiger (2003).

O segundo período é exemplificado pela trajetória do *Correio do Povo*, jornal porto-alegrense fundado, em 1895, por Caldas Júnior, que se tornou rapidamente modelo para todo o Rio Grande do Sul (RÜDIGER, 2003). Esta fase foi marcada pelo foco informativo e pelo surgimento de conglomerados de comunicação.

Jandira M. M. da Silva e outros (1986) criaram uma divisão em três fases, cada uma com, aproximadamente, 40 anos de duração. Para os autores, não há como desvincular a história da imprensa gaúcha do contexto brasileiro, uma vez que o que a impulsionava era a insatisfação política com a monarquia. A fase inicial divide-se em duas subfases. A primeira vai de 1827 a 1845, com a criação do primeiro jornal até o lançamento de *O Imparcial*, último veículo publicado antes do tratado que deu fim ao decênio farroupilha; a segunda subfase estende-se de 1845 a 1851, com os jornais pós-revolução. A segunda fase, intitulada de consolidação, é dividida em três subperíodos: 1852 a 1868, 1869 a 1884 e 1885 a 1895. A terceira, nomeada de fase moderna, é distinguida entre 1896 a 1910, que se inicia com a fundação do *Correio do Povo*, e de 1911 a 1935, que se inicia a partir do 75º aniversário da Revolução Farroupilha e vai até seu centenário (SILVA e outros, 1986). Porém, os autores não são muito específicos em relação à motivação da periodização supracitada.

No Rio Grande do Sul, também foi numerosa a imprensa feita por imigrantes alemães e italianos (GERTZ, 2004; POZENATO e GIRON, 2004). Ainda seriam necessários mais estudos para apontar se essa imprensa era, ou não, jornalística, e se seguia mais os moldes de conteúdo do país de origem dos imigrantes e colonos que a redigiam, ou se já haviam sido incorporados elementos brasileiros – e, se sim, quais e em que medida.

Hohlfeldt (2006), por sua vez, critica a divisão feita por Rüdiger (2003) e por Jandira M. M da Silva e outros (1986). Para ele, a periodização imprecisa incita os pesquisadores a criarem subfases que não se relacionam à própria história da imprensa.

A periodização de Hohlfeldt (2006) começa pela chamada pré-história da imprensa sul-rio-grandense, a partir de 1827, com a extinção da censura por Dom Pedro I, o que permitiu seu surgimento nas províncias. O autor considera imprensa em sentido estrito, ou seja, publicações informativas e opinativas. Essa fase, precária e pouco qualificada, se estende até 1835, quando se inicia a Revolução Farroupilha.

A segunda fase compreende a imprensa revolucionária, que surgiu no início de 1830 e foi até 1845. Ao fim do conflito, aparece a imprensa partidária ou panfletária civil, que se estende de 1850 a 1900. No período, os editores e donos de jornais se aliam, obrigatoriamente, a um partido, ação sem a qual o veículo não teria sustentabilidade financeira. Nessa fase, ainda era pequena a receita de publicidade, o que começa a mudar com o *Correio do Povo*, em 1895 (HOHLFELDT, 2006).

Quase concomitantemente, organiza-se uma imprensa literária, a partir do final da década de 1860, que se estende até o final do século XIX. Esse período compreende as revistas literárias, publicações de caricatura e de crítica social, bem como da imprensa operária. A imprensa industrial começa a tomar forma com o surgimento da clicheria[22], em 1912, perdurando até a década de 1960. O período é marcado pela diversificação das publicações, com o surgimento de revistas para a família, a jovens, mulheres etc. (HOHLFELDT, 2006).

A imprensa empresarial, que é marcada por grandes grupos de comunicação, modernização do maquinário e aproximação com o público, inicia-se logo após o Estado Novo e culmina, na década de 1970, com a indústria cultural e grandes

[22] Oficina onde se fabricam clichês; fotogravuras.

grupos. A imprensa de massa, de 1970 a 1990, dá prioridade múltipla às redes de comunicação, enquanto a imprensa de divertimento, que se inicia no final de 1990, ainda estava em desenvolvimento, quando da publicação do artigo de HohIfeldt (2006), e é marcada pela superação da função informativo-opinativa, para priorizar a prestação de serviços e proporcionar lazer.

Hohlfeldt (2006) pontua que o final da década de 1860 está caracterizado pelo surgimento do conceito de empresa jornalística, mesmo que alguns jornais ainda fossem vinculados a partidos. Mesmo assim, os diretores e editores tinham consciência da importância do público e adotaram algumas práticas, provenientes do centro do país, como a publicação de folhetins.

Em comentários gerais sobre a imprensa gaúcha, de 1860 a 1937, Hohlfeldt (2006) afirma que ela pode ser caracterizada pela introdução da imprensa industrial, com proprietários e editores preocupados em arrecadar receitas publicitárias, independentemente de sua posição político-ideológica. Além do mais, com a urbanização e o crescimento da alfabetização, o público se diversifica e, graças a essa nova faixa de leitores, as tiragens aumentam e os jornais se consolidam. O leitor é priorizado e os jornais publicam cartas enviadas pelo público, que começa a reclamar de problemas esquecidos pelas autoridades. Além disso, há uma crescente importância dada à informação, mesmo que ela ainda conviva com o proselitismo político-partidário. Os jornais também participam dos grandes acontecimentos nacionais e alinham-se aos debates correntes. Há modificações gráficas, de formatos e de quantidade de páginas. Soma-se a elevada intervenção governamental, por meio de censura ou perseguição policial. O período é, pelas características explicitadas, de radical transformação na história da imprensa gaúcha (HOHLFELDT, 2006).

Falar da imprensa gaúcha, no século XX, e não mencionar a história do *Correio do Povo* é deixar de registrar um dos jornais mais importantes do estado, como Rüdiger (2003) mesmo já explanou em sua periodização – considerado, portanto, de referência às demais cidades gaúchas. O *Correio* foi criado, em 1895, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, por Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior, com a intenção de fundar um jornal independente, livre do discurso político-partidário. Na primeira edição, Caldas Júnior deixou registrado que o *Correio* “será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo à feição característica dos jornais modernos e só subordinando

seus instintos às inspirações do bem público [...]" (GALVANI, 1994, p. 47-48). Quando de seu lançamento, Porto Alegre contava com a circulação de mais sete jornais diários – o *Correio* buscou diferenciação por meio do discurso de neutralidade e de jornal informativo.

No decorrer das décadas, foi se consolidando como referência para o jornalismo gaúcho e nacional. Em 1921, firmou parceria com a agência de notícias estadunidense *Associated Press.* Então, já contava com a *Havas*, além de parcerias com jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Portanto, desde o dia 19 de abril de 1921, o veículo estampava, na capa, sempre notícias internacionais ou, como Galvani (1994) define, a "cara do mundo". Tal configuração permaneceu por mais de seis décadas (GALVANI, 1994).

Mesmo que se vendesse como jornal neutro e não declarasse, explicitamente, posições favoráveis a determinados partidos, é possível notar, no discurso noticioso e nos detalhes, as preferências do *Correio*. Em relação à cobertura da Revolução de 1930, por exemplo, Bellomo (1995) constatou que o jornal apenas transcrevia os editoriais dos veículos oposicionistas. Raramente publicava algo que pudesse soar favorável ao governo. Assim, buscava "manter a ficção de jornal neutro" (BELLOMO, 1995, p. 82). Quando o movimento iniciou, tomou posição favorável. Percebemos, assim, que o jornal tinha a intenção de ser imparcial – o que é impossível de ser alcançado, pois os processos de seleção e de noticiabilidade não são neutros e pressupõem, sempre, a assunção de um ponto de vista, conforme explanaremos, mais detalhadamente, no próximo capítulo.

Galvani (1994) escreve que, na década de 1950, trabalhar no *Correio* era atingir o topo da carreira – sonho de todo jornalista gaúcho. Na década de 1950, o veículo tinha bastante dinheiro para investir em coberturas e enviou, inclusive, um correspondente ao Rio de Janeiro, para acompanhar os jogos finais da Copa do Mundo. No período, o chefe de redação era Breno Caldas, com quem os políticos e jornalistas deveriam manter boas relações, sob pena de caírem no ostracismo e de serem difamados nas páginas do veículo.

> Os homens que chegavam ao poder no Estado e no País aprenderam logo a prática lição de Ernesto Dorneles e Getúlio Vargas. Para estar bem com o Rio Grande, era preciso estar bem com o *Correio do Povo*. Para estar bem com o *Correio*, era preciso estar bem com Breno Caldas. Para estar bem com Breno Caldas, era

> preciso reverenciá-lo nas ocasiões apropriadas e, de preferência, nunca dizer-lhe [sic] não (GALVANI, 1994, p. 380).

Os políticos aspiravam a serem recebidos por Breno Caldas, na sede do *Correio*, e a aparecerem nas páginas do jornal, apertando a mão dele. "O *Correio* estava acima dos partidos políticos, das facções religiosas [...], dos interesses pessoais, das rivalidades esportivas. Só não estava acima dos 'interesses regionais', porque se declarava oficialmente o 'defensor do Rio Grande' (GALVANI, 1994, p. 382). Os políticos visitavam, inclusive, as sucursais do jornal em outros estados, como nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo – o que também evidencia a influência e o poder do jornal, na época.

2.2.3 Relações do campo jornalístico com o campo político

Pensar o jornalismo a partir de uma perspectiva de campo significa entender que existem embates e disputas por legitimidade dentro dele. Assim, é permeado por disputas e conflitos pela legitimidade e pelo uso de uma linguagem e de técnicas específicas, no exercício da profissão (BORDIEU, 1987). Neste subcapítulo, abordamos a relação do campo jornalístico com o campo político, sobretudo no contexto brasileiro e sul-rio-grandense.

O jornalismo é, constantemente, alvo de acusações de parcialidade política. Queremos, portanto, compreender quais são os motivos históricos para tal, uma vez que vamos lidar com um jornal, cuja posição político-partidária era definida. Como já pontuamos, a *Gazeta de Alegrete* era alinhada ao Partido Republicano e, a partir de 1945, ao Partido Libertador (PL).

Ana Paula Goulart Ribeiro (2002, p. 6) defende que o relacionamento do jornalismo brasileiro com a política foi tradição, desde o seu surgimento, no século XIX, e importante "não apenas para garantir a subvenção de certas empresas, mas também para possibilitar aos jornalistas inserção em postos de comando junto à burocracia oficial". As relações não se restringiam aos altos postos de comando dentro das redações, mas eram espalhadas até entre repórteres. Com foco na década de 1950 e no caso carioca, a autora afirma que, como o período foi marcado pela transição do jornalismo, é normal que existissem contradições e ambiguidades.

> O processo de modernização apontava para uma autonomização do campo jornalístico, mas a sua autonomia total não era possível. O campo jornalístico – tal como se configurou historicamente no Brasil – jamais conseguiu se autonomizar totalmente em relação à política. Os jornais brasileiros nunca puderam assumir, por exemplo, o papel de watchdogs, que lhes era reservado no ideário norte-americano. Nunca conseguiram exercer, de fato, vigilância sobre a ação do Estado, no sentido clássico do liberalismo, pois nunca mantiveram uma distância suficiente dos personagens públicos (RIBEIRO, 2002, p. 12).

Chalaby (2003) afirma que o jornalismo, como é praticado atualmente, foi uma invenção anglo-americana (com participação, portanto, dos Estados Unidos e da Inglaterra). O jornalismo estadunidense conquistou autonomia do campo político já no início do século XIX, quando aumentaram as receitas provenientes da publicidade, o que permitia aos jornalistas estadunidenses e ingleses serem mais objetivos e imparciais – guardadas as devidas proporções dos dois conceitos.

No contexto gaúcho, como já visto anteriormente, a imprensa surgiu ligada a movimentos políticos e, após, se alinhou a partidos (HOHLFELDT, 2006; RÜDIGER, 2003). Entretanto, só explicitar essas ligações não diz muito sobre os limites e possibilidades que os jornalistas tinham e sobre outras influências, em sua atuação.

Alves (2001a, 2001b) exemplifica, por meio da trajetória discursiva de dois jornais rio-grandinos, como a relação entre jornalismo e política se dava entre os séculos XIX e XX, no Rio Grande do Sul. As pesquisas do autor mostram-se mais próximas do contexto estudado nesta dissertação, uma vez que focam dois jornais interioranos, veiculados na cidade de Rio Grande (RS).

Conforme Alves (2001a), O *Echo do Sul*, considerada uma das publicações mais longevas do Rio Grande do Sul, criada em 1856 ou 1857 e encerrada em 1934, construía seu discurso de acordo com as necessidades do jogo político-partidário. Nos primeiros anos de funcionamento, optou por se alinhar ao Partido Conservador. Com a instauração da República, inicialmente apoiou o novo governo, mas logo assumiu, novamente, uma postura combativa. Somente a partir da primeira década do século XX, especificamente em 1908, neutralizaria seu discurso político, visando adaptar-se aos novos moldes do jornalismo da época, mais focado no caráter informativo (ALVES, 2001a). Apesar disso, o jornal não abandonou uma postura política, mas reservava os comentários a episódios significativos. A política passou a ser tratada como informação, não como comentário.

A articulação entre interesses políticos e comerciais foi o que garantiu, segundo Alves (2001a), a longevidade d'*O Echo do Sul*. A parte comercial também deve ser salientada, pois o jornal, por mais que se mostre como um órgão de defesa dos interesses do leitor e se posicione politicamente, precisa sustentar-se financeiramente.

Foi o que ocorreu, também, com o *Diário de Rio Grande*, como aponta Alves (2001b), em outra pesquisa. O referido jornal, embora sempre se posicionasse politicamente – primeiro alinhado ao Partido Conservador e, depois, ao Liberal –, construiu um discurso apolítico de neutralidade, vendendo-se como jornal "sério", a fim de garantir anunciantes. A maior parte da renda do jornal era proveniente da publicidade, o que exigiu a opção pelo discurso focado no caráter informativo. Criado em 1848, não conseguiu se adaptar à crescente concentração das empresas jornalísticas e encerrou as atividades, em 1910. Neste período, apenas as empresas jornalísticas mais organizadas comercialmente sobreviveram às mudanças que o jornalismo enfrentava, na época[23] (ALVES, 2001b).

É preciso entender os jornais como empresas complexas que, embora tenham posicionamento político, não deixam de lado a informação, também para fins comerciais. Esta contextualização ajuda a analisarmos melhor nosso objeto, uma vez que as relações e tensões entre jornalismo e política auxiliam a compreender melhor o que era noticiado, em cada período histórico.

[23] Alves não especifica, porém, quais foram estas mudanças. Presumimos, por meio de análise posterior de bibliografia, que sejam alterações na orientação comercial das empresas, que começaram a introduzir inovações técnicas e tiveram de se reorganizar comercial e financeiramente, a fim de sobreviverem à crescente concorrência.

3 NOTÍCIA: DEFINIÇÃO, VALORES, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E ÂNGULO

O principal produto do jornalismo é a notícia, vinculado à atividade informativa da profissão. Porém, como defini-la? O que um acontecimento precisa para ser alçado ao patamar de notícia? E o que é um acontecimento jornalístico? Quais são os valores-notícia, utilizados pelos jornalistas, na hora de escolher entre todas as informações que chegam a eles, diariamente? Embora o contexto estudado, nesta dissertação, seja a primeira metade do século XX e a forma de produzir notícias tenha mudado bastante com a introdução das novas tecnologias, no processo de apuração e de tratamento dos fatos, os jornalistas que trabalhavam nas redações do *Diário Popular* e da *Gazeta de Alegrete* também utilizavam critérios de seleção – se eram similares aos de hoje, ou não, e como se deu essa evolução, é o que verificaremos na análise.

Ao utilizar as teorias do jornalismo, o pesquisador deve ocupar-se, obrigatoriamente, com o estudo da notícia, conforme Jorge Pedro Sousa (2002b), uma vez que se constitui como o produto esperado do jornalismo. O autor enquadra como notícia todo o material jornalístico, utilizando-se de sua dimensão estratégica[24], não tática[25]. Ela é, assim, resultado de diversos fatores, que se verificam, sobretudo, na rotina de produção. Sousa (2002b) define-a da seguinte forma:

> [...] uma notícia é um artefato linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resultado de um processo de construção onde interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado meio sociocultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia (SOUSA, 2002b, p. 3).

Quem lançou as bases para uma teoria do jornalismo e, consequentemente, da notícia, foi o alemão Tobias Peucer, que defendeu sua tese de doutorado,

[24] Há duas dimensões da notícia, segundo Sousa (2002b). A dimensão tática esgotaria a compreensão a partir do estudo dos gêneros jornalísticos. Como dimensão estratégica, o autor sustenta que compreende como notícia todo o enunciado jornalístico. Esta noção o interessa para o estudo das teorias do jornalismo, por explicar as formas e os conteúdos dos produtos noticiosos.

[25] A notícia como gênero é definida por Marques de Melo (2006a citado por Costa, 2010, p. 55) como "relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social". Pertencente ao gênero informativo, traz também respostas às perguntas "Que? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?", sendo redigida em formato de pirâmide invertida.

intitulada *Os Relatos Jornalísticos*, em 1690, na Universidade de Leipzig. Considerado pioneiro, o trabalho, cuja extensão é muito menor do que uma tese atual, já aborda conceitos que virão a ser trabalhados por outros pesquisadores, sobretudo no século XX. Peucer (2004) tratou de temas como os critérios de seleção da notícia – chamada, por ele, de “relato de novidades” –, o papel do jornalismo na sociedade e o porquê de seu surgimento, bem como de questões éticas e até de agendamento. A origem dos relatos de novidades está ligada à curiosidade humana e à busca pelo lucro dos criadores dos jornais e de seus vendedores.

Peucer (2004) também pondera que a linguagem, nesses periódicos, deveria ser de fácil acesso, para que leitores pertencentes a qualquer classe social ou nível de escolaridade compreendessem os escritos. A respeito das notícias, afirmou que quem trabalhava com os relatos de novidades, em sua época, não podia ser antiético, nem colocar informações de pouco peso ou demasiadas tragédias. Em segundo lugar, não deveria publicar notícias que ofendessem as autoridades, sob pena de ser mandado ao exílio. Por fim, não deveria virar notícia aquilo que prejudicasse a moral e os bons costumes religiosos. Não podemos desconsiderar, neste caso, o ambiente e a época em que Peucer (2004) estava inserido, ao redigir a tese.

Sousa (2004), em artigo analítico da tese de Peucer (2004), explica que a imprensa estudada pelo pesquisador alemão não era homogênea, com raízes na Idade Média. As publicações coexistiam, sendo consideradas antepassados dos jornais contemporâneos. No geral, constituíam-se de grandes compêndios volumosos que continham notícias sobre pessoas importantes, normalmente reis e aristocratas, acontecimentos da corte, catástrofes, batalhas e assuntos insólitos. Também era comum a proliferação de notícias falsas, devido à forte credulidade e superstição da população, no século XVII.

Quando discorremos sobre notícia, não raro encontramos perspectivas que buscam explicá-las fazendo uso da teoria do espelho, como se a produção noticiosa refletisse, fielmente, a sociedade. Para Schudson (2003), contudo, elas não são espelho da realidade, mas uma “representação do mundo, e todas as representações são seletivas. Isso significa que alguns seres humanos precisam fazer a seleção; certas pessoas tomam decisões sobre o que apresentar como

notícia e de como apresentar" (SCHUDSON, 2003, p. 34, tradução nossa)[26]. A subjetividade no jornalismo seria padronizada e previsível, uma vez que é condicionada por distorções, socialmente construídas e organizadas, nas rotinas de recolha de informações.

Schudson (2003) não utiliza a noção de viés (*bias*), o que seria distorcer um fato ou alterá-lo para alcançar objetivos políticos e ideológicos, mas trabalha com o conceito de *framing*, que seria o enquadramento dado pelos jornalistas, a partir do lugar em que olham o que ocorre. Os *frames* são os princípios da seleção, de ênfase e de composição das notícias: "Todo relato narrativo da realidade apresenta necessariamente algumas coisas e não outras; consciente ou inconscientemente, toda narrativa faz suposições sobre como o mundo funciona, o que é importante, o que faz sentido e o que deveria ser" (SCHUDSON, 2003, p. 35-36, tradução nossa)[27].

Sousa (2002a, 2002b) defende uma *teoria unionista* da notícia, uma vez que acredita que as fronteiras entre as teorias do jornalismo, comumente empregadas em trabalhos acadêmicos, são muito tênues e impedem a compreensão da totalidade do processo noticioso. A teoria do espelho, teoria da ação social ou do *gatekeeper*[28], a organizacional, da ação política, estruturalista, construcionista e interacionista são unificadas, em seu trabalho, pois "aquilo que as une é mais importante do que aquilo que eventualmente as separa" (SOUSA, 2002b, p. 6).

Com base na teoria unionista, Sousa (2002a, 2002b) evoca os escritos de Schudson (1988, citado por SOUSA, 2002a, 2002b)[29], explicando que a notícia é um produto da ação pessoal, da ação social e da ação cultural. Ação pessoal, porque resulta de pessoas e de suas intenções; ação social, porque produto de organizações; por fim, ação cultural, porque as notícias são provenientes de uma cultura e dos limites que ela impõe, independente de ações individuais ou

---

[26] No original: *"It is a representation of the world, and all representations are selective. This means that some human beings must do the selecting; certain people make decisions about what to present as news and how to present it".*

[27] No original: *"Every narrative account of reality necessarily presents some things and not others; consciously or unconsciously, every narrative makes assumptions about how the world works, what is important, what makes sense and what should be".*

[28] Mais informações a respeito do *gatekeeper* e da hipótese do *newsmaking* serão fornecidas adiante, no subcapítulo 3.3.

[29] SCHUDSON, Michael. Porque é que as notícias são como são? **Comunicação e Linguagens**, n. 8, p. 17-27, 1988.

organizacionais. Embora cite Schudson (1988, citado por SOUSA, 2002a, 2002b), Sousa diz que transcende as proposições do pesquisador estadunidense.

Assim, as notícias são produto de oito fatores. O primeiro é a ação pessoal, na qual Sousa (2002a) inclui a teoria do *gatekeeper*, que explica as conformações e o poder subjetivo do selecionador de notícias em uma empresa jornalística. Em segundo lugar, da ação social, nas quais se incluem a corrida contra o tempo e as rotinas que o profissional tem que cumprir. Nesse item, a hipótese do *newsmaking* lança luz sobre os processos profissionais que influenciam na produção da notícia. Em terceiro, as notícias sofrem influência da ação sócio-organizacional, uma vez que as organizações, como sistemas mais ou menos abertos, participam da indústria de produção simbólica, pois as notícias dependem das circunstâncias e são afetadas pela ação da organização, mas não deixam de ser conformadas pelo jornalista. Nesse item, podem ser incluídas a adoção de novas tecnologias por uma empresa, as forças socializadoras na redação etc. (SOUSA, 2002a).

A quarta ação é a extra-organizacional, na qual se inserem as informações repassadas pelas fontes de informação. Elas possuem um grande poder de conformação noticiosa – Hall e outros (1999), por exemplo, sugerem o conceito de *definidores primários da notícia*, uma vez que os jornalistas reproduzem, sem perceberem, a ideologia dominante, porque consultam fontes oficiosas. Por isso, mesmo que os repórteres não concordem com o pensamento repassado pelas fontes, pelo fato de correrem contra o tempo e cultivarem relacionamento com elas, as notícias conformam a realidade ao pensamento das pessoas de poder (HALL e outros, 1999). Sousa (2002a) também insere os interesses da audiência (ou o que o jornalista acredita serem os interesses do público) e o peso dos anunciantes, sobretudo quando os recursos de publicidade são provenientes do governo, como pressões extra-organizacionais.

A quinta é a ação ideológica. Sousa (2002a) distingue, logo de início, que utiliza o conceito de ideologia na conformação da produção de notícias, e não para inferir os efeitos do produto jornalístico sobre a sociedade. Dessa forma, ele compreende a objetividade e o profissionalismo como ideologias que influenciam na fabricação noticiosa.

A sexta ação é a sociocultural, pois os ambientes social e cultural interferem na rotina e nos processos criativos jornalísticos. Por exemplo, a forma como se fotografa evoluiu, com o passar dos anos, e mesmo que já houvessem temas e

meios técnicos disponíveis para a cobertura de determinado acontecimento, apenas condições socioculturais permitem que se volte o olhar a eles. Nessa perspectiva, Sousa (2002a) ainda insere os enquadramentos que as notícias transportam – tema que abordamos mais adiante, neste capítulo.

A sétima influência é a ação do meio físico e tecnológico, uma vez que o profissional pode produzir melhor num escritório confortável, bem como escrever textos mais aperfeiçoados com o auxílio de um computador, segundo Sousa (2002a). Todas as mudanças informáticas e tecnológicas nas telecomunicações influenciam na notícia. Por fim, a ação histórica é importante, porque a produção da notícia evoluiu com o tempo, a partir de situações externas ao jornalismo, mas que se fazem sentir nele. Por exemplo, a urbanização, a criação do telégrafo etc., são fatores históricos que conformam o jornalismo e afetam sua produção e consumo. Não somente isso, mas as notícias são fruto da história, já que refletem o meio social em que o repórter se encontra, bem como seu momento histórico (SOUSA, 2002a).

Para esta dissertação, os caminhos apontados por Schudson (2003), Sousa (2002a, 2002b) e Traquina (2005b) parecem-nos os mais adequados. Seguimos uma perspectiva construcionista e interacionista, entendendo a notícia como uma construção social operada pelos jornalistas e interpretada pelos leitores, resultado da interação dos profissionais e dos leitores com a sociedade. Em um segundo passo, para aprofundarmos nosso entendimento, acreditamos ser essencial desmistificar a objetividade – impossível de ser alcançada, embora um valor importante para os jornalistas, ao defenderem sua prática.

3.1 O MITO DA OBJETIVIDADE

Uma das maiores críticas que o jornalismo recebe é o de não alcançar a objetividade. Gaye Tuchman (1999) constatou que o conceito, além de vago e impreciso, é utilizado como discurso de defesa dos jornalistas, perante os julgamentos do público. Em uma pesquisa participante, realizada em redações estadunidenses, Tuchman (1999) partiu do pressuposto de que a objetividade é um ritual, no sentido de ser um procedimento rotineiro.

Três fatores ajudam os jornalistas a, supostamente, alcançarem a objetividade: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais (TUCHMAN,

1999). Por forma, entende-se os processos noticiosos. Por conteúdo, as noções de realidade social do jornalista. Por fim, as relações interorganizacionais também dizem respeito ao conteúdo, uma vez que sua relação com a empresa na qual trabalha o ajuda a selecionar e a produzir conteúdo.

Por serem pessoas de ação, jornalistas não têm tempo de refletir muito sobre o material que recebem. Por isso, internalizam uma série de critérios que os fazem selecionar mais rapidamente, entre todas as informações que chegam à redação. Cada notícia tem, também, um efeito, seja sobre o jornalista e sua posição entre os colegas e os superiores, sejam sobre os leitores. Elas também acarretam perigos, uma vez que, se não se ativerem à exatidão dos fatos, quem se sentir prejudicado tem o poder de processar o jornal (TUCHMAN, 1999).

Para não incorrerem nesse perigo, um dos princípios jornalísticos é a verificação dos fatos. Porém, quando não é possível checar a veracidade das informações, os profissionais podem recorrer a outros quatro procedimentos estratégicos: a apresentação de possibilidades conflituais, apresentação de provas auxiliares, uso das aspas e estruturação das informações em uma sequência apropriada – o que é conhecido como a pirâmide invertida (TUCHMAN, 1999).

Assim, por meio da utilização de várias rotinas profissionais, os jornalistas podem afirmar que distinguiram realidade de opinião, com o objetivo de se defenderem, estrategicamente, de críticas. Mesmo assim, Tuchman (1999) acredita ser impossível alcançá-la, pois há pouca clareza entre os procedimentos noticiosos utilizados para atingir a objetividade:

> De fato, tem sido sugerido que esses procedimentos 1) constituem um convite à percepção seletiva, 2) insistem erradamente na ideia de que “os fatos falam por si”, 3) são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista fazer passar a sua opinião, 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística, e 5) iludem o leitor ao sugerir que a análise é convincente, ponderada ou definitiva (TUCHMAN, 1999, p. 89).

Michael Schudson (2010) estudou o conceito e a evolução da objetividade nos jornais dos Estados Unidos e o porquê de este ideal lhes ser tão familiar. Para ele, objetividade é a crença de que é possível e que o jornalismo deve separar fatos de valores. Todavia, critica a exigência feita à profissão:

> A objetividade é uma estranha exigência a se fazer a instituições que, como sociedades comerciais, dedicam-se antes de tudo à sobrevivência econômica. É uma estranha exigência a se fazer a instituições que, com frequência, por tradição ou código explícito, são órgãos políticos. É uma estranha exigência a se fazer a editores e repórteres que não contam com nenhum dos aparatos profissionais que, no caso de médicos, advogados ou cientistas, supostamente os garantem (SCHUDSON, 2010, p. 13).

O surgimento das agências de notícias, nos Estados Unidos, especialmente da *Associated Press*, em 1848, tem relação com o retorno dos jornais para o apartidarismo[30]. Antes de 1840, os jornais posicionavam-se politicamente e não se preocupavam com a ideia de objetividade. Mesmo assim, Schudson (2010) argumenta que o modelo da agência não se tornou a prática nos demais jornais estadunidenses, que enfatizavam a narração de uma boa história e a apuração dos fatos. O conteúdo jornalístico explorava o sensacionalismo e os repórteres também buscavam escrever literatura, ainda no final do século XIX. Apesar disso, "as mudanças nos ideais do jornalismo não traduziram inovações tecnológicas em normas profissionais na mesma proporção em que tornaram os ideais e as práticas dos jornais compatíveis com a cultura das classes sociais dominantes" (SCHUDSON, 2010, p. 15).

Há empecilhos práticos na busca por objetividade. Para que uma profissão seja objetiva, Schudson (2010) afirma que os grupos profissionais precisam ser autônomos, ou seja, independentes do mercado e da vontade popular. Pelos valores e formação dos próprios profissionais, sua independência é assegurada – como no caso de médicos, que aprendem, desde a faculdade, a manter distanciamento dos pacientes, e de advogados, por exemplo, que separam questões legais de questões morais. Embasado nessas premissas, a objetividade é anômala ao jornalismo, porque o "jornalismo é uma profissão sem isolamento", uma vez que apela para as forças do mercado e depende de seu público (SCHUDSON, 2010, p. 19).

Compreendemos, nesta dissertação, que a objetividade é impossível de ser alcançada, mas que guia os mitos da profissão jornalística e também é interpretada como parte de um discurso jornalístico, que já era assumido pelos jornais que analisamos. Para o prosseguimento deste trabalho, julgamos imprescindível a

[30] Schudson (2010) analisa o contexto estadunidense e, por isso, cita a *Associated Press*. Porém, a primeira agência de notícias foi a *Havas*, fundada em 1835, por Charles-Louis Havas, com sede em Paris (França).

compreensão do conceito de acontecimento jornalístico, processo no qual se inicia a seleção das notícias.

3.2 ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO: SELEÇÃO E CONSTRUÇÃO

Todo o processo de seleção das informações que serão alçadas ao patamar de notícia começa por um *acontecimento*. Porém, há muitas definições e correntes que trabalham com o acontecimento social e com o acontecimento jornalístico. Em nossa dissertação, focar-nos-emos no segundo.

De acordo com Alsina (1989), o acontecimento é um fenômeno social, ligado à ideia de imprevisibilidade, que ganha sentido a partir da ação do sujeito observador sobre ele. Rodrigues (1999, p. 27), por sua vez, compreende o acontecimento jornalístico como "tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais". O acontecimento tem mais chances de se tornar notícia quanto mais imprevisível for sua natureza. Para Rodrigues (1999), a notícia seria um *meta-acontecimento*, porque, como acontecimento, se debruça sobre outro acontecimento. É, assim, acontecimento discursivo, possui uma dimensão ilocutória (acontece ao "dizer-se", ser notícia) e outra perlocutória (pois produz algo, ao ser enuciado) (RODRIGUES, 1999).

Ao longo da evolução dos meios de comunicação, o que se entende por acontecimento social mudou (ALSINA, 1989). Por meio de uma divisão histórica, Alsina (1989) define três períodos: o acontecimento antes da imprensa de massa; o acontecimento durante a hegemonia da imprensa de massa; o acontecimento na atualidade. O autor também ressalta a participação jornalística na determinação dos acontecimentos sociais, porque "um dos elementos necessários para a construção da notícia é a sua publicação. Se o público não recebe uma notícia sobre um fato, este não poderá ser considerado como um acontecimento com transcendência social" (ALSINA, 1989, p. 83, tradução nossa)[31]. Cada formação política tem seus parâmetros para determinar a transcendência dos acontecimentos e há divergências para especificar seu significado.

Para o autor, a diferença fundamental entre acontecimento e notícia é que acontecimento é uma mensagem recebida, enquanto notícia é uma mensagem

[31] No original: *"[...] uno de los elementos necesarios para la construcción de la noticia es su publicación. Si el público no recibe una noticia sobre un hecho, éste no podrá ser considerado como acontecimiento con transcendencia social".*

emitida. Entretanto, há uma relação intrínseca e constante entre ambos, que se dá por sucessivos *inputs* e *outputs*. Ou seja, um acontecimento torna-se notícia e, quando a notícia é lida pelo público, ela é recebida como acontecimento, e assim sucessivamente (ALSINA, 1989). Resumindo, na mídia de massa, o acontecimento é toda variação comunicativa do sistema, com potencial de implicar a vida dos sujeitos e que possui, obrigatoriamente, comunicabilidade.

A noticiabilidade dos acontecimentos, para Alsina (1989, p. 108, tradução nossa), "é uma valoração assumida socialmente, ainda que não necessariamente compartilhada"[32]. O autor espanhol compreende que nem todos os jornalistas concordam com os critérios de seleção de notícias, embora compreendam as regras e as sigam ao trabalharem nas empresas jornalísticas.

Traquina (1999) resume o processo de noticiabilidade da seguinte forma:

> As notícias são resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia, numa palavra – noticiável (*newsworthy*) (TRAQUINA, 1999, p. 169).

Para Traquina (1999), os jornalistas não são meros observadores passivos, mas possuem papel ativo na construção da realidade. Ele compartilha do argumento de Alsina (1989), de que os acontecimentos criam a notícia e de que as notícias criam os acontecimentos, de modo inextricável.

Muniz Sodré (2009), no livro *A narração do fato*, separa os termos fato, acontecimento e narrativa. O autor recorre à concepção kantiana e conceitua fato como objeto cuja existência pode ser comprovada e em que há espaço disponível para que o leitor/observador lhe atribua um sentido próprio. Portanto, é preciso encontrar outro termo para representar socialmente o fato – o que Sodré (2009) nomeia, então, de acontecimento. Em termos práticos, pode-se considerá-lo como sinônimo de fato sócio-histórico. Porém, enquanto o primeiro se pauta pelo *aqui* e *agora*, o fato é uma "elaboração intelectual" (SODRÉ, 2009, p. 33).

---

[32] No original: *"[...] la noticiabilidad de los acontecimientos es una valoración asumida socialmente, aunque no necesariamente compartida".*

O autor apoia-se em Mouillad (2002) e Flegeul (2000) para afirmar que acontecimento seria a sombra do conceito de fato, que responde aos critérios de acidentalidade, improbabilidade, unicidade, singularidade, desvio, proeminência, pregnância, percepção de uma modificação do estado do mundo.

Há, ainda, uma diferenciação entre grandes e pequenos acontecimentos, elencados de acordo com sua previsibilidade. Generalizar a categoria é sempre problemática, dada sua pluralidade. Sodré (2009) a interpreta, porém, do ponto de vista construcionista, pois afirma que a mídia constrói o acontecimento e a maneira pela qual será apresentado ao público, ao entrevistar fontes e narrar os fatos ocorridos. O autor também sugere que o acontecimento seja compreendido como "registro afetivo do mundo" (SODRÉ, 2009, p. 68):

> [...] não se põe em jogo apenas a lógica argumentativa das causas, mas principalmente o *sensível* de uma situação, com sua irradiação junto aos sujeitos e a revelação intuitiva do real que daí poderá advir. Assim, em vez da mera transmissão de um conteúdo factual, se trata da conformação estética de uma *atitude*. Por um lado se pode aventar a hipótese de que a comunicação do acontecimento pelo sistema informativo visa mais a influenciar ou controlar pelos recursos tecnoperceptivos do que propriamente *informar*. Por outro, sugerir que a vida acontece também, para além da dimensão discursiva, na movimentação dos corpos, nos embates coletivos e em signos indiciais, em que mais vigora a potência afetiva dos grupos do que a razão esclarecedora dos acontecimentos (SODRÉ, 2009, p. 68).

Diferindo dos autores citados anteriormente, Sodré (2009) lembra que nem todo acontecimento é uma ruptura, mas fatos cotidianos também podem ser noticiados. O que une as notícias inesperadas e os relatos relativos ao cotidiano (assinatura de acordos, conferências, acontecimentos já previstos, portanto) é a marcação do fato:

> [...] o que chamamos de acontecimento jornalístico é um fato marcado, portanto, mais determinado para o sistema da informação pública do que outros existentes, tidos como não-marcados para a formação de um conhecimento para a cotidianidade urbana" (SODRÉ, 2009, p. 75).

A *marcação do fato* define, portanto, a noticiabilidade, expressa por meio dos valores-notícia e do seu potencial narrativo. Os acontecimentos não precisam ser singulares, únicos e irrepetíveis, mas determinam "singularmente categorias de

organização ou controle dos fluxos (econômicos, sociais, políticos) que atuam no espaço urbano por meio de representações, normas, comportamentos e afetos" (SODRÉ, 2009, p. 75).

Berger e Tavares (2010), em busca de uma tipologia do acontecimento jornalístico, apontam que há duas correntes de estudo sobre o tema: a que trata do acontecimento geral, vivido, e a que foca no acontecimento jornalístico, que é alçado, portanto, ao patamar de notícia. A dimensão temporal do acontecimento é combinada, inextricavelmente, com a dimensão de repercussão. Assim, ele é capturado e construído pelo jornalismo:

> Nessa tensão, o jornalismo dedica-se a reconhecer e recolher acontecimentos (vividos, legítimos, cotidianos, sociais, puros, brutos) percebidos pelos sujeitos envolvidos e, ao fazer isto, constrói acontecimentos jornalísticos [...] Entrecruzam-se aí, numa espécie de triangulação, a ideia de realidade, associada às questões que envolvem o sujeito e a linguagem. Elementos esses levantados pelas teorias mais abstratas sobre o acontecimento e que, nos estudos de jornalismo, aparecem em categorias analíticas, como rotinas produtivas, constrangimentos organizacionais e práticas jornalísticas (BERGER; TAVARES, 2010, p. 131).

Em relação à tipologia dos acontecimentos, os autores recorrem a Charaudeau (2006), que aponta uma diferença entre *acontecimentos autogerados* e *acontecimentos heterogerados*. O primeiro tipo desenvolve-se dentro do previsível, enquanto o segundo necessita de *incitações evenemenciais-acidentais* para ocorrer – estes são considerados imprevisíveis e, por isso, chamam mais a atenção dos jornalistas, sendo carregados de valores-notícia.

Berger e Tavares (2010) apoiam-se, também, em outros autores, como Tuchman[33], para separar os acontecimentos entre imprevisíveis e previsíveis. Nos acontecimentos imprevistos, recorrendo a José Manuel Santos[34], dividem-nos entre *macroacontecimentos* (provocam reações no ambiente, fogem à normalidade), *microacontecimentos* (aqueles que são previsíveis nos respectivos sistemas, sendo ligados ao autofuncionamento da sociedade) e *mega-acontecimentos* (exemplificados pelo 11 de setembro, pois ultrapassam a ideia de "irritação", criando uma desestabilização maior). Nos acontecimentos previstos, há os que são

[33] TUCHMAN, Gaye. **Producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.
[34] SANTOS, José Manuel. Da perca do mundo à sociedade dos (mega)acontecimentos. **Trajectos** – Revista de Comunicação, Lisboa, n. 6, 2005.

programados pelos atores (como conferências de imprensa, pronunciamentos etc.) ou são suscitados de maneira a aparecerem na mídia.

Há nuances específicas em cada autor citado, mas podemos tomar como central que o acontecimento é uma construção e é algo que rompe com a normalidade, com o que é esperado pelos jornalistas e pelos leitores. Mesmo assim, há acontecimentos programados que conversam com o cotidiano do público.

No jornalismo interiorano, diversas situações cotidianas, que não representam exatamente uma ruptura, tornavam-se notícia. É porque elas criavam um consenso, lembrando a população de que as coisas continuavam a ser como são – como a viagem de pessoas importantes ou a chegada delas, na cidade, a negócios ou de férias:

> Ao nível local extremo, o jornal registra semanalmente os visitantes à cidade e os que se ausentaram para férias, enquanto ao nível nacional os correspondentes de Washington pormenorizam a chegada e partida de dignitários estrangeiros na Casa Branca. [...] O boletim interminável (para o estranho) de idas e vindas da vizinhança diz-nos que a estrutura social local prevalece, enquanto os boletins da Casa Branca nos dizem que o Governo continua a ser credível (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 269).

O que consideramos, para esta dissertação, é que, para os acontecimentos tornarem-se notícia, ou seja, serem narrados pelos jornalistas, é preciso que haja uma série de critérios de noticiabilidade – e valores-notícia – disseminados na rotina de produção noticiosa.

3.3 OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Uma possibilidade de estudo para compreender por que as notícias são como são é a partir da hipótese[35] do *newsmaking* – ou seja, a pesquisa das rotinas produtivas e dos critérios de seleção do produto jornalístico. Os primeiros estudos sob esta perspectiva deram especial ênfase ao editor, ou *gatekeeper,* para, posteriormente, evoluírem para estudos que focam a rotina produtiva como um todo.

Conforme Wolf (2003), o estudo da seleção noticiosa, com enfoque no *gatekeeper* – ou no selecionador da notícia –, começou pelos estudos de Kurt Lewin,

[35] Muitos autores preferem se referir ao *newsmaking* não como teoria, mas como hipótese, como no caso de Hohlfeldt (2001). Wolf (2003) não utiliza nenhum dos dois termos, mas fala em abordagem.

em 1947, sobre problemas ligados à mudança de hábitos alimentares. Ele descobriu que algumas zonas no canal de fluxo de informação podiam funcionar como “cancelas” ou “porteiras”. Em 1950, White utilizou o mesmo esquema, aplicado à seleção de notícias jornalísticas. As primeiras pesquisas mostravam *onde* as informações que chegavam à redação eram selecionadas (WOLF, 2003).

Posteriormente, os estudos superaram o caráter individualista inicial, para focar na relação conjuntural, que inclui tanto critérios profissionais, quanto organizacionais, como eficiência, tempo, velocidade. Assim, “as pesquisas coincidentemente esclarecem que, na seleção, as referências implícitas no grupo de colegas e no sistema das fontes prevalecem sobre as implícitas no próprio público” (WOLF, 2003, p. 186), até porque os jornalistas conhecem pouco sua audiência.

Na redação, não apenas o “guardião da cancela” exerce funções de seleção, mas há um processo de controle social que influencia no trabalho dos profissionais. O estudo de Breed (1999) afirma que todo jornal possui uma política editorial, admitida ou não. Os empresários, donos do veículo, asseguram que os funcionários sigam essa linha e, consequentemente, que o conteúdo a reflita. O mecanismo de socialização, dentro da redação, conforma os neófitos à política editorial, embora ela não seja, necessariamente, transmitida de maneira explícita. Os motivos para esse conformismo são: 1) autoridade institucional e sanções; 2) sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; 3) aspirações de mobilidade; 4) ausência de grupos de lealdade em conflito; 5) o prazer da atividade e 6) a notícia torna-se um valor (BREED, 1999). Mesmo assim, podem ocorrer desvios, pois, muitas vezes, a política editorial não é tão clara, em certos aspectos, ou em relação a determinadas coberturas.

Aos poucos, as pesquisas começaram a focar as distorções involuntárias que ocorrem dentro de uma redação. Conforme Wolf (2003), todas as pesquisas com *newsmaking* realizam observação participante, para acompanhar a produção das notícias *in loco* e confrontar os profissionais com perguntas.

Para Hohlfeldt (2001), a hipótese do *newsmaking* é mais uma teoria do jornalismo do que da comunicação, mas tem sido estudada dentro do escopo comunicacional. A hipótese dá ênfase à atuação do emissor da informação. A partir dela, estudam-se os critérios de noticiabilidade dos acontecimentos e as rotinas profissionais, que podem criar distorções involuntárias, na produção da notícia.

Também por meio dela é possível compreender a cultura profissional envolvida nas rotinas produtivas.

É comum haver confusão entre os termos critérios de noticiabilidade, seleção de notícias e valores-notícia. A noticiabilidade é um processo complexo, fruto de uma longa cadeia produtiva:

> [...] noticiabilidade (*newsworthiness*) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2005, p. 96).

Tomando esta definição como ponto de partida, existem conjuntos diferenciados de critérios de noticiabilidade que Gislene Silva (2005) também esclarece:

> (a) na origem dos fatos (seleção primária dos fatos / valores-notícia), considerando atributos próprios ou características típicas, que são reconhecidos por diferentes profissionais e veículos de imprensa; (b) no tratamento dos fatos, centrando-se na seleção hierárquica dos fatos e levando-se em conta, para além dos valores-notícia dos fatos escolhidos, fatores inseridos dentro da organização, como formato do produto, qualidade do material jornalístico apurado (texto e imagem), prazo de fechamento, infraestrutura, tecnologia etc., como também fatores extra-organizacionais direta e intrinsecamente vinculados ao exercício da atividade jornalística, como relações do repórter com fontes e públicos; (c) na visão dos fatos, a partir de fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores (SILVA, 2005, p. 96).

Esses critérios não agem isoladamente na cadeia produtiva da notícia. Silva (2005) também diferencia noticiabilidade do conceito de seleção de notícias – este último sendo identificado e estudado, sobretudo, por meio do *gatekeeper*, que já explicamos acima. Para Silva (2005), os valores-notícia são “somente um subgrupo de fatores agindo juntamente com esse segundo conjunto de critérios de noticiabilidade, relacionados agora ao tratamento do fato” (SILVA, 2005, p. 98).

No Brasil, os estudos conduzidos por Alfredo Vizeu Jr. (2014) também são referência na área de noticiabilidade. Embora o objeto do autor seja,

especificamente, o telejornalismo, é possível notar que há diversas situações e rotinas que interferem na produção noticiosa. Por exemplo, em um programa telejornalístico – exemplificado por meio do *RJTV1*, noticiário televisivo regional do Rio de Janeiro –, há muitas pessoas envolvidas em sua produção diária, cada uma com uma atribuição específica e contribuindo na construção do noticiário: repórteres, produtores, editores de vídeo, editores de texto, chefe de reportagem e apresentadores[36].

Vizeu Jr. (2014) salienta a importância dos editores de texto na determinação do que é considerado notícia e em sua posterior construção. Eles utilizam os valores-notícia como forma de organização e enquadramento dos fatos – por exemplo, destacando o número de pessoas envolvidas por alguma situação. A escassez de tempo e de meios acentua a necessidade dos valores-notícia na organização do telejornal e das rotinas produtivas, embora a política editorial seja assimilada pelos profissionais e também influencie. Portanto, notamos como a noticiabilidade é um processo complexo, diluído no processo de produção da notícia. Acreditamos ser essencial explanarmos, mais detalhadamente, o conceito de valores-notícia, categoria de análise estabelecida em nossa pesquisa.

3.3.1 Valores-notícia: atributos dos acontecimentos ou os óculos que os jornalistas utilizam

Na produção diária de notícias, os valores-notícia[37] guiam a seleção e a hierarquização dos acontecimentos – atuando, no segundo processo, em conjunto com os critérios de noticiabilidade como um todo. São valores compartilhados pela comunidade jornalística e internalizados por seus membros.

Bourdieu (1997) afirma que os jornalistas possuem óculos a partir dos quais enxergam certas coisas, e não outras. Portanto, podemos compreender os valores-notícia como lentes que eles utilizam, mesmo que não saibam que estão, dada a internalização e compartilhamento dos procedimentos de seleção e das rotinas

[36] A redação do RJTV1, por exemplo, estudada por Alfredo Vizeu Jr. (2014, p. 76), "é constituída por um editor-chefe, um editor executivo, uma subchefia de reportagem, três produtores, uma editora/apresentadora, três editores de texto e quatro repórteres".

[37] Como veremos adiante, alguns autores não utilizam a expressão valores-notícia, mas valores/notícia, elementos da notícia, atributos da notícia etc. Por questão de padronização, e entendendo que todos se referem ao mesmo conceito, na essência, adotaremos valores-notícia.

produtivas. Campbell (2004 citado por Silva, 2005)[38], por sua vez, pensa os valores-notícia como causa e consequência, uma vez que eles determinam a seleção dos acontecimentos e os acontecimentos determinam os valores-notícia.

Para Silva (2005, p. 99), “os valores-notícia devem ser definidos como as qualidades dos eventos e não ‘da sua construção jornalística’”. A autora concorda que os valores-notícia estejam presentes nos processos de seleção e, também, de tratamento do fato – embora, na segunda etapa, haja a confluência de diversos critérios de noticiabilidade. Sobre a importância do estudo dos valores-notícia, Silva (2005) pontua:

> [...] no campo de estudos sobre produtos jornalísticos específicos, os valores-notícia constituem também referências para a operacionalidade de análises de notícias, permitindo identificar similaridades e diferenciações na seleção ou hierarquização de acontecimentos em diversos veículos da imprensa, e possibilitando percepções históricas e culturais sobre o processo produtivo das notícias. Podem ter utilidade não só no estudo de fatos noticiáveis, mas também no que diz respeito a acontecimentos noticiados (SILVA, 2005, p. 100).

Segundo Nelson Traquina (2005b), os valores-notícia básicos, como notoriedade, escândalo e conflito, permaneceram inalterados, ao longo dos séculos. Porém, não são imutáveis. Variam de acordo com o país e a época estudada, assim como a noção de acontecimento (ALSINA, 1988; SILVA, 2005; TRAQUINA, 2005b).

Um dos estudos mais antigos em valores-notícia é o de Fraser Bond (1962). Para o pesquisador estadunidense, as notícias possuem quatro fatores que determinam seu valor: oportunidade, pois o leitor quer que a notícia seja nova e é preciso que seja possível divulgá-la quase instantaneamente; proximidade, uma vez que o mais interessante ao leitor é aquilo que está perto geograficamente; tamanho, pois tanto o que é muito grande, quanto o que é muito pequeno, chamam a atenção; e importância, como sendo as notícias que impactam a vida dos leitores, mas que nem sempre eles desejam ler.

Já os elementos de interesse da notícia – o que, atualmente, chamamos de valores-notícia –, elencados por Bond (1962), são os seguintes: interesse próprio (o que atinge o receptor), dinheiro (assuntos econômicos), sexo (histórias de crimes,

[38] CAMPBELL, Vincent. **News values and news selection**. In: Information age journalism. London: Arnold, 2004.

mas também as com apelo romântico), conflito (guerras, campanhas, greves), incomum (aquilo que é inesperado e raro), culto do herói e da fama, expectativa (histórias envolvendo apelos de socorro ou aventuras de explorações), interesse humano (apelo à emoção), acontecimentos que afetam grandes grupos organizados (partido político, igreja, fraternidade etc.), disputa (relatos de perigo e de bravura), descoberta e invenção, crime (cujas melhores histórias congregam o maior número possível de valores-notícia anteriores) (BOND, 1962).

No contexto europeu, especificamente alemão, Kunczik (1997) cita Jürgen Wilke, que estudou a alteração nos valores das notícias (Kunczick emprega esta expressão) dos jornais alemães, nos anos de 1622, 1674, 1736, 1856 e 1906. Para ele, desde o início do jornal, no século XVII, sempre houve necessidade de escolher quais informações se tornariam notícia. De acordo com Wilke (1984 citado por Kunczik, 1997)[39], o grau de atualidade do que é publicado aumentou – ou seja, o lapso entre o acontecimento e sua divulgação ficou menor. Também houve mudança no conteúdo, uma vez que, inicialmente, os jornais traziam muitas notícias sobre militares e políticos, o que não ocorre mais, com tanta frequência. Kunczik (1997, p. 248) lembra que “as investigações dos valores das notícias, no entanto, só podem descrever os aspectos que determinam a seleção das notícias, pois não explicam a gênese desses valores a partir de peculiaridades específicas da profissão jornalística”.

Galtung e Ruge (1999) embasaram-se na psicologia da percepção para listar os critérios que acontecimentos devem preencher para se tornarem notícia. Em estudo sobre a representação das crises do Congo, Cuba e Chipre, no noticiário estrangeiro, os autores listaram doze valores-notícia: frequência, *thresold* (limiar ou limite, em tradução livre), clareza[40], significância, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, referência a pessoas, referência a algo negativo.

Em relação ao fato de as notícias negativas serem preferidas em relação às positivas, Galtung e Ruge (1999) explicam que elas satisfazem mais facilmente o critério de frequência, são mais consensuais e inequívocas – ou seja, haverá acordo

[39] WILKE, J. **Nachrichtenauswahl und Medienrealität in vier Jahrhundert**. Berlin Ocidental, 1984.
[40] Em tradução para o português de Portugal, a palavra utilizada foi inequivocidade. Por questões de compreensão, adaptamos para clareza.

sobre a interpretação do acontecimento – e são mais consonantes com pré-imagens que o público e o jornalista têm formadas.

Os autores também trouxeram as hipóteses de aditividade e de complementaridade. A primeira diz que “quanto mais alta for a pontuação total de um acontecimento, maior será a probabilidade de se tornar notícia, e de se tornar manchete (*headlines*)” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 72). Ou seja, quanto mais valores o acontecimento carregar, maiores as chances de aparecer no jornal. A hipótese de complementaridade defende que um acontecimento pode ser baixo em um valor-notícia, mas compensar a falta sendo elevado em outro (GALTUNG; RUGE, 1999).

Um estudo brasileiro que aborda os valores-notícia é o de Beltrão (1969). Primeiro, ele lista os atributos da notícia, que seriam o imediatismo, a veracidade, o universalismo e o interesse e importância. Em seguida, os critérios que fazem o jornalista identificar se uma informação deve ser alçada ao patamar de notícia: a proximidade é “medida pela distância que vai da redação do jornal e da sua área de circulação até onde o fato ocorre” (BELTRÃO, 1969, p. 85); a proeminência, referente à posição, cargo ou importância de quem está envolvido; consequências, de acordo com a intensidade do impacto; raridade, ou seja, o insólito, o inesperado; conflito, como elementos e fatores de choque; idade e sexo, pois implica nos atores envolvidos no acontecimento; progresso, como tudo que contribua para o desenvolvimento do mundo, como o resultado de investimentos e a descoberta de pesquisas científicas; drama e comédia, que visa despertar o interesse humano; política editorial, como “orientação ideológica do jornal para o qual trabalha e do público para o qual se dirige” (BELTRÃO, 1969, p. 91); e, por fim, a exclusividade, que é conhecida, no jargão jornalístico, como o furo.

Beltrão (1969) reproduziu a lista abaixo, elaborada por um jornal dos Estados Unidos, para orientar seus repórteres, localizados no interior do país. Acreditamos que ela auxilia a compreender o que é notícia, em contextos interioranos.

> Se, na sua localidade, se produziu algum dos fatos abaixo, comunique-nos imediatamente PORQUE ISTO É NOTÍCIA:
>
> ALGUÉM faleceu?
>
> fugiu com o amante?
>
> casou-se?

> divorciou-se?
> deixou a cidade?
> sofreu incêndio?
> teve um filho?
> quebrou uma perna?
> celebrou uma festa?
> vendeu a fazenda?
> teve gêmeos
> ou reumatismo?
> foi premiado na loteria
> ou foi preso?
> chegou à cidade?
> comprou uma casa?
> roubou uma vaca
> ou a mulher do vizinho?
> sofreu um acidente aéreo?
> suicidou-se?
> comprou um automóvel
> ou noivou com o melhor partido da cidade?
> (BELTRÃO, 1969, p. 92-93).

Mauro Wolf (2003) frisa que os valores/notícia – que grafa com barras na obra – compõem a hipótese do *newsmaking* e são difundidos ao longo de todo o processo de produção, desde a seleção das notícias, até os procedimentos posteriores, operando de maneira complementar.

Wolf (2003) divide os valores/notícia em quatro categorias: os critérios substantivos (relativos ao evento a ser transformado em notícia), os critérios relativos ao produto (conjunto dos processos de produção), ao público (a imagem que o jornalista tem dos destinatários) e à concorrência (relação entre os meios de comunicação de massa). Para ele, esses valores respondem a uma pergunta: “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias?” (WOLF, 2003, p. 202). Por mais que os valores-notícia estejam difundidos e internalizados pelos profissionais que atuam na redação, eles não se constituem em critérios rígidos e inflexíveis. Sua

avaliação é sempre complexa e busca definir um ponto de equilíbrio, entre muitos fatores (WOLF, 2003).

Focar-nos-emos nos critérios substantivos, cuja *importância* é determinada por quatro fatores. O primeiro é o grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável. O segundo é o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional – nesse item, ele inclui o valor/notícia de proximidade, seja como vizinha geográfica ou cultural. A quantidade de pessoas que o acontecimento envolve é o terceiro fator, enquanto a relevância e significância do acontecimento quanto a seus desdobramentos futuros é o quarto – ou seja, ao potencial seguimento do acontecimento, por um período de tempo prolongado (WOLF, 2003). Outro fator considerado nos critérios substantivos é o *interesse*, que dá lugar a uma avaliação mais subjetiva, por parte do repórter ou do editor. São relacionadas a histórias de interesse humano, que trazem um personagem comum, em situações insólitas, por exemplo, ou uma carga de heroísmo e de superação (WOLF, 2003).

Traquina (2005b) divide os valores-notícia entre os de seleção (separando-se os substantivos e contextuais) e os de construção. Os critérios substantivos são a morte, notoriedade, proximidade (em termos geográficos e culturais); relevância, novidade; tempo (em três sentidos: o primeiro, como atualidade, o segundo, como efeméride, e o terceiro, como algo mais estendido no tempo, se houve algum acontecimento de impacto, em determinado local), notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia e infração.

Os critérios contextuais, por sua vez, dizem respeito ao local em que o jornalista atua e à condição na qual se encontra, no momento da produção noticiosa: disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso (há dias mais cheios de notícia, enquanto, em outros, não acontece nada tão relevante). Já os valores-notícia de construção são divididos, por Traquina (2005b), em simplificação, amplificação, relevância, personalização e dramatização.

Porém, a lista, internalizada pelos profissionais, não é tudo. A política editorial da empresa, como já salientado por mais autores, pode influenciar na escolha dos acontecimentos, de diversas formas: “[...] influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico através da sua política de suplementos e sobretudo de rubricas” (TRAQUINA, 2005, p. 93).

Outro trabalho que nos auxiliou foi a dissertação de mestrado de Fabiane Barbosa Moreira, defendida, em 2006, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na pesquisa, a autora estudou os valores-notícia do jornalismo impresso, tendo como objeto três jornais de referência: *O Globo*, *Folha de São Paulo* e O *Estado de São Paulo*. Moreira (2006) concluiu que há um núcleo básico de valores-notícia que podem ser identificados em veículos semelhantes, independente dos cruzamentos que são aplicados na análise (conforme os dias da semana, incidência na capa ou apenas na manchete, comparação entre as manchetes dos três jornais etc.).

Para operacionalizar a análise, Moreira (2006) elaborou uma síntese dos valores-notícia, elencados a partir de consulta a autores nacionais e internacionais. São eles: atualidade/ineditismo; aqueles ligados à importância (consequências, atualidade/impacto, intensidade/gravidade, utilidade/serviço, notoriedade dos agentes); emoção/dramaticidade; entretenimento; suspense; aqueles ligados à excepcionalidade (extraordinário/sensacional, incomum/insólito/singular, mudança, imprevisibilidade/inesperado/surpresa); conflito/controvérsia; aqueles ligados à negatividade (infração/ilegalidade; negatividade; falha/anormalidade; violência), proximidade e interesse público/social. Todos são ligados à política editorial e ao interesse.

Reproduzimos, abaixo, a tabela, elaborada por Silva (2005) e completada por nós, que elenca os valores-notícia, de acordo com a bibliografia nacional e internacional. Não conseguimos ter acesso a todas as obras citadas pela autora. Traquina (2005b), Beltrão (1969) e Sodré (2009) não constavam na tabela original, bem como Fabiane Moreira (2006) – dissertação da qual também retiramos os valores-notícia listados por Mar de Fontcuberta (1993 citada por Moreira, 2006).

Quadro 1 – Elenco de valores-notícia na bibliografia nacional e internacional

Stieler: novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo
Lippman: clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal
Bond: referente à pessoa de destaque ou personagem público (proeminência); incomum (raridade); referente ao governo (interesse nacional); que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico); injustiça que provoca indignação (injustiça);

grandes perdas de vida ou bens (catástrofe); consequências universais (interesse universal); que provoca emoção (drama); de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas); grandes somas (grande quantia de dinheiro); descoberta de qualquer setor (descobertas/invenções) e assassinato (crime/violência)
Galtung e Ruge: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo
Golding-Elliot: drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites, famosos
Gans: importância, interesse, novidade, qualidade, equilíbrio
Warren: atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências
Hetherington: importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual/crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito/atrativo
Shoemaker e outros: oportunidade, proximidade, importância/impacto, consequência, interesse, conflito/polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade/curiosidade/raro
Wolf: importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas, relevância quanto à evolução futura
Erbolato: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/invenções, repercussão, confidências
Chaparro: atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade, surpresa
Lage: proximidade, atualidade, indentificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana
Beltrão: proximidade, proeminência, consequências, raridade, conflito, idade e sexo, progresso, drama e comédia, política editorial, exclusividade
Traquina: critérios substantivos (morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração);

critérios contextuais (disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência, dia noticioso); valores-notícia de construção (simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização, consonância)
Sodré: novidade, imprevisibilidade, peso social, proximidade geográfica, hierarquia dos personagens envolvidos, quantidade de pessoas e lugares envolvidos, impacto no leitor, perspectivas de evolução do acontecimento
Fontcuberta: atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências.
Fabiane Moreira: atualidade/ineditismo; aqueles ligados à importância (consequências, atualidade/impacto, intensidade/gravidade, utilidade/serviço, notoriedade dos agentes); emoção/dramaticidade; entretenimento; suspense; aqueles ligados à excepcionalidade (extraordinário/sensacional, incomum/insólito/singular, mudança, imprevisibilidade/inesperado/surpresa); conflito/controvérsia; aqueles ligados à negatividade (infração/ilegalidade; negatividade; falha/anormalidade; violência), proximidade e interesse público/social. Todos são ligados à política editorial e ao interesse.

Fonte: Silva (2005) e as autoras

Percebemos similaridade entre os valores-notícia elencados pelos autores citados acima, mesmo que sejam de outros países e em diferentes épocas históricas. Alguns fazem divisões mais elaboradas, outros nomeiam de maneira diferente, mas se referem, mesmo que indiretamente, ao que já foi escrito. Notamos, por fim, que os valores-notícia mais comumente citados são: atualidade e novidade (por serem características intrínsecas do jornalismo), notoriedade (como referência a lugares e a pessoas de elite), raridade (o inóspito, o curioso) e proximidade (seja em termos geográficos ou culturais). Por serem características intrínsecas ao jornalismo, não consideraremos atualidade e novidade.

Com base em todas as consultas que realizamos e à revisão bibliográfica acima, consideraremos, *a priori*, a seguinte lista, para operacionalizar nossa análise:

Quadro 2 – valores-notícia considerados em nossa análise, segundo bibliografia consultada

Valor-notícia	**Descrição**
Proximidade	Considerado em termos geográficos e culturais, de acordo

	com a região de abrangência do veículo
Inesperado	Tudo o que for curioso, raro, inóspito e inesperado pelos jornalistas
Notoriedade	Notícias sobre pessoas famosas, celebridades, políticos de expressão e intelectuais e pessoas famosas na área de abrangência do jornal. Também são consideradas, nesse valor-notícia, as nações de elite
Notabilidade	A falta ou o excesso de algo; qualidade do que se destaca e pode se tornar notícia
Conflito	Brigas, guerras, reivindicações, conflitos em geral, até no âmbito familiar
Eventos	Promoção de cursos, palestras, comemorações na cidade, efemérides
Progresso	Descobertas ou invenções da ciência ou obras e melhorias implantadas na região de abrangência do jornal, ou mesmo estadual, nacional e internacional. Tudo que, de algum modo, melhorar a vida das pessoas, no sentido de industrialização e economia
Relevância	Aquilo que é capaz de exercer efeito sobre o cotidiano e a vida dos leitores
Polêmica	O que é controverso, o escandaloso
Crime	Crimes de todo tipo, sejam homicídios ou violação da lei, por exemplo, resultando, ou não, em morte
Política	Tudo o que diz respeito ao governo brasileiro, gaúcho ou municipal e tenha influência sobre os interesses nacionais, estaduais e locais

Fonte: a autora, baseada nos valores-notícia elencados anteriormente.

Alguns valores-notícia existiram desde sempre, outros mudaram com o passar dos anos. O desafio a que nos propusemos, nesta dissertação, é elencar os que aparecem na imprensa interiorana do Rio Grande do Sul, para acompanhar as transformações ocorridas. Considerando que eles integram, inclusive, o tratamento e a hierarquização, agindo em conjunto com outros critérios de noticiabilidade – que nem sempre poderemos verificar, porque trabalhamos, aqui, com História do

Jornalismo –, vamos priorizar o estudo dos valores-notícia na seleção primária dos acontecimentos publicados na *Gazeta de Alegrete*.

3.3 ENQUADRAMENTO: SELEÇÃO E SALIÊNCIA EM UM TEXTO JORNALÍSTICO

No estudo da notícia, outro conceito que ganhou força, a partir da década de 1970, foi o *enquadramento*. Utilizado como contraponto à ideia de objetividade, já explanada acima, por meio dele podemos observar como os jornalistas enfocam o acontecimento e o traduzem aos leitores. Já utilizados os procedimentos de seleção, na construção da notícia e do texto propriamente dito, podemos notar como ela não é neutra e como o jornalista decidiu enfocar determinada questão. Especialmente útil no estudo que envolve mídia e política, acreditamos que, nesta dissertação, o enquadramento contribui muito em nossa análise.

Considerado pioneiro nos estudos de enquadramento, a microssociologia de Erving Goffman (1986) foi decisiva para o desenvolvimento do conceito. Para o sociólogo, os quadros são modos de organizar a experiência de um indivíduo. Goffman (1986) fala da existência de esquemas primários (*primary frameworks*), o que seria extrair significado de uma atividade sem a necessidade de recorrer a outro enquadramento. Esses esquemas, porém, podem ser alterados, por meio de laminações, com base na *tonalização* – isto é, com a adição de nova camada de significados. A segunda possibilidade é a *maquinação*, que induz a uma falsa convicção do que está acontecendo. “Tendemos a perceber os eventos em termos de esquemas primários, e o tipo de enquadramento que empregamos proporciona um modo de descrever o evento ao qual é aplicado” (GOFFMAN, 1986, p. 24, tradução nossa)[41].

Outro conceito desenvolvido por Goffman (1986) é o de *key*[42] (chave) e *keying* (modalização), bem como o de transformação. Por exemplo, há uma cena literal que, por meio de modalizações, ganha contornos “transformados”, que os participantes e mesmo espectadores percebem. Exemplificando, aqui entra o papel do cinema, da literatura, do teatro etc., que recorre a esses contornos do real. Cada transformação exige uma *laminação*. Em outras situações, pode haver desacordo

[41] No original: *“[…] we tend to perceive events in terms of primary frameworks, and the type of framework we employ provides a way of describing the event to which it is applied*”.
[42] Goffman (1986) utiliza uma analogia com o termo, relacionando-o com o modo como uma peça musical deve ser executada.

nos enquadramentos – um exemplo claro é o de julgamentos, em que cada parte apresenta uma interpretação distinta. De maneira resumida, os quadros, para Goffman (1986), organizam os *strips* (sequências) do mundo cotidiano – ou seja, as fatias ou cortes arbitrários da realidade.

Gaye Tuchman (1999, p. 258) utiliza as contribuições de Goffman e afirma que a análise de quadros "pode ajudar no estudo nos princípios de organização que estão na base da seleção e definição dos acontecimentos noticiosos". Para ela, as notícias são *estórias* e a análise dos *frames* constitui uma técnica para compreender a transformação do acontecimento em notícia. "Como *frames*, as 'estórias' oferecem definições da realidade social" (TUCHMAN, 1999, p. 259).

A autora também salienta a importância do processo de socialização, em uma redação, para que o repórter aprenda a identificar os *frames* de uma estória. Este conceito vai, portanto, contra o do ideal de objetividade – o que, porém, não retira a importância do texto noticioso, uma vez que ele possui *validade interna*. "Os relatos noticiosos, mais uma realidade seletiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente" (TUCHMAN, 1999, p. 262).

Robert Entman (1993), um dos autores mais importantes sobre enquadramento, já identificou uma fratura no uso do paradigma. Entretanto, ao invés de focar no aspecto negativo da questão, tornou o que seria uma fraqueza da área em um ponto forte. Apesar do uso corrente do conceito, ele ainda é muito disperso e não há como encontrar informações precisas sobre como os quadros se tornam presentes em textos e como o enquadramento influencia o pensamento humano. Qualquer que seja seu uso, o conceito oferece, todavia, um modo de descrever o poder de um enunciado comunicativo (ENTMAN, 1993).

> O enquadramento essencialmente envolve *seleção* e *saliência*. Enquadrar é *selecionar alguns aspectos de uma realidade e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de modo a promover a definição de um problema particular, interpretação causal, julgamento moral e/ou uma recomendação* para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, grifo do autor, tradução nossa)[43].

[43] No original: "Framing essentially involves *selection* and *salience*. To frame is to *select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation* for the item described". Mais adiante, no mesmo texto, o autor conceitua o termo saliência como tornar parte de uma informação mais perceptível, significativa e memorável ao público.

Em resumo, conforme Entman (1993), os quadros podem *definir problemas*, ao identificar qual agente realiza o quê, com quais benefícios e custos; *diagnostica causas*; *faz julgamentos morais*; e, por fim, *sugere soluções* aos problemas. Os textos manifestam seus quadros a partir da presença ou ausência de certos elementos, palavras-chave, frases, imagens estereotipadas, fontes de informação etc.

Na análise do enquadramento, também devemos considerar a função da cultura em sua perpetuação, pois ela pode ser, inclusive, definida como o local em que os quadros são construídos e demonstrados, no discurso e no pensamento da maior parte das pessoas ou dos grupos sociais. Assim, o enquadramento está na relação entre todas essas instâncias. O conceito também pressupõe que haja um efeito em comum – embora, provavelmente, ele não ocorra de maneira universal (ENTMAN, 1993).

Para Rossetto e Silva (2012), há muitas divergências em busca de uma caracterização. Apesar disso, ainda é possível esboçar uma definição em comum, que situa o enquadramento em uma área própria de estudo – não vinculada, necessariamente, ao agendamento[44]:

> [...] as definições significativas enfatizam as formas como eles organizam histórias noticiosas e outros discursos através de seus padrões de seleção, ênfase, interpretação e exclusão. Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e colocar em destaque num texto comunicativo (ROSSETTO; SILVA, 2012, p. 106).

Mendonça e Simões (2012) sugerem diferentes operacionalizações para o uso do conceito. Por ser amplo e maleável, há perigos de mau uso, segundo os autores. Eles apresentam, assim, três possibilidades de utilização em pesquisas científicas, da qual adotaremos o segundo procedimento.

O primeiro diz respeito à análise da situação interativa, sendo inserido na microanálise de interações sociais. Os estudos realizados por Goffman (1986) encaixam-se aqui. “Os quadros são vistos como as molduras que permitem identificar a situação interativa, bem como o envolvimento dos atores ali. [...] revelam

[44] Fazemos esta referência ao agendamento, pois muitos estudos utilizam o *agenda-setting* e o enquadramento como complementares. O próprio McCombs atualizou a hipótese do agendamento e inseriu algumas questões referentes aos quadros. Porém, aqui, utilizamos o conceito de enquadramento de maneira isolada, até porque ambos surgiram separadamente.

os valores sociais mais amplos que constituem o contexto social mais amplo de uma sociedade" (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193). O segundo, que nos interessa, é aquele utilizado para operacionalizar análises de conteúdo, captando discursos e enunciados de natureza variada, observando como foram enquadrados pela mídia. São utilizados, sobretudo, nos estudos de jornalismo e política.

> Tal como na primeira vertente, investigam-se as molduras de sentido que balizam o comportamento das pessoas. Diferentemente dela, contudo, o foco não está na situação ou no contexto pragmático da interação, mas no próprio conteúdo dos discursos. É no conteúdo que se busca o quadro, visto como uma espécie de ângulo, que permite compreender uma interpretação proposta em detrimento de outra (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 194).

Por fim, a última vertente, proposta pelos autores, é focada nos efeitos (*framing effects*). Esta parte, aqui, não nos interessa tanto, porque sai da parte da produção jornalística e adentra uma área mais relativa à recepção do conteúdo, que não estudamos nesta dissertação.

Mauro Porto (2004) propõe, por sua vez, alguns pontos ao pesquisador que trabalha com o conceito. O primeiro é especificar os níveis de análise do enquadramento, para evitar o que ele chama de "indeterminismo conceitual" (PORTO, 2004, p. 90). O autor deixa claro que não acredita ser nocivo, exatamente, que o conceito seja amplo, mas que, para operacionalizar um estudo, o pesquisador diferencie os diferentes tipos de enquadramento. Nelson e Willey (2001 citados por Porto, 2004)[45] sugerem uma distinção entre enquadramentos da mídia e enquadramentos temáticos. Em um primeiro olhar, a distinção é um pouco obscura, porque os enquadramentos noticiosos carregam enquadramentos temáticos.

> Ainda assim, é importante definir uma linha que separa os enquadramentos temáticos que a mídia simplesmente *relata* e aqueles que ela *impõe* a partir do hábito organizacional ou demandas de mercado. Enquadramentos noticiosos, como o de *conflito*, surgem a partir da necessidade de atrair audiência através de ênfase em confrontações exageradamente dramáticas [...] Enquadramentos temáticos têm uma especificidade em termos de conteúdo (ainda que não exclusivamente) e são geralmente formulados por políticos profissionais, anunciantes, porta-vozes, editorialistas, assessores, e

[45] NELSON, Thomas; WILLEY, Elaine. Issue frames that strike a value balance: a political psychology perspective. In: REESE, S.; GANDY JR., O.; GRANT, A. (Ed.). **Framing public life.** Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001. p. 245-266.

> outros atores que se preocupam em moldar a opinião pública [...] (NELSON; WILLEY, 2011, p. 247 citados por PORTO, 2004).

Assim, Porto (2004) propõe uma divisão entre *enquadramentos noticiosos* e *enquadramentos interpretativos*, para amenizar a confusão que tem caracterizado alguns estudos da área. Os noticiosos são os padrões "de seleção, apresentação e ênfase" (PORTO, 2004, p. 91) dos jornalistas. Isto é, o ângulo. Este tipo de enquadramento é sempre realizado pelo profissional que redige a matéria. Os interpretativos, por sua vez, são mais específicos e não dependem do jornalista, pois são promovidos por atores sociais diversos, como políticos, partidos, sindicatos, governo etc. Eles "são padrões de interpretação que promovem uma interpretação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc." (PORTO, 2004, p. 92). A principal distinção entre os dois tipos está, portanto, na fonte: o primeiro é produzido pelos jornalistas, enquanto o segundo, por atores externos a eles. O autor sugere, ainda, que os dois não são excludentes e que é possível trabalhar em ambos os níveis, simultaneamente.

O segundo passo, proposto pelo autor, é a identificação das principais controvérsias, em relação aos enquadramentos interpretativos. O conceito permite compreender "o processo político como uma disputa sobre qual interpretação prevalecerá na formação, desenvolvimento e resolução de controvérsias políticas" (PORTO, 2004, p. 93). Assim, é possível identificar que fontes têm o privilégio de influir no enquadramento da mídia.

Aqui, ainda é importante ressaltarmos que o enquadramento não é somente um processo de manipulação, mas integra toda a relação dos seres humanos com o mundo ao seu redor, para significar suas experiências (PORTO, 2004). O autor recomenda que os pesquisadores busquem entender o porquê do predomínio de certos enquadramentos, em detrimento de outros – o que pode ser feito por meio de entrevistas com os responsáveis pela produção noticiosa[46].

O terceiro passo é a sistematização da análise. Porto (2004) sugere que o pesquisador adote um método sistemático, o que reduziria a debilidade dos estudos. Para ele, a combinação entre métodos quanti e qualitativos é adequadada, embora a

[46] Pelo fato de pesquisarmos História do Jornalismo e de o período selecionado não permitir que entrevistemos profissionais que fizeram parte da *Gazeta de Alegrete*, nem poderíamos realizar este passo.

escolha esteja a cargo daquele que conduz a pesquisa, de acordo com o objeto. Contudo, ele acredita ser fundamental deixar explícito como o objeto será analisado. Outra consideração do autor diz respeito à contradição dos enquadramentos midiáticos. Isto é, a mídia pode produzir mais de um enquadramento e eles, não raro, são contraditórios (PORTO, 2004).

É importante ressaltarmos que Porto (2004) faz essas propostas observando a aplicação do enquadramento à política. A *Gazeta de Alegrete* era político-partidária, mas não cobria somente esses temas. Nas manchetes que analisamos, outras temáticas também são abordadas. O conceito de enquadramento deve nos auxiliar, portanto, a compreender, mais amplamente, todo um contexto e a apresentação final da notícia, que não se focava, apenas, em política.

No próximo capítulo desta dissertação, focamos na explanação de características próprias do jornalismo interiorano, o que também nos auxilia na análise das transformações noticiosas da *Gazeta de Alegrete*.

4 JORNALISMO DO INTERIOR: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

Antes de discutirmos o conceito de jornalismo do interior, acreditamos ser importante descrever o que compreendemos como *interior*. Na pesquisa acadêmica sobre jornalismo, “consiste em território, que não o das capitais e o qual pode estar situado tanto na parte interna das unidades federativas, quanto no litoral e na fronteira entre estados (províncias, em alguns casos) ou na divisa de países” (ASSIS, 2013, p. 14). O jornalismo interiorano difere daquele praticado em capitais – ou em cidades com mais de 150.000 habitantes (DORNELLES, 2004), cujas práticas jornalísticas já adquirem contornos similares a este último. O jornalismo do interior é denominado, ainda, na bibliografia, de *jornalismo regional* ou *jornalismo de proximidade*, embora a primeira nomenclatura – jornalismo regional – seja, muitas vezes, utilizada de maneira equivocada.

Peruzzo (2013) salienta a dissonância entre o volume das pesquisas que focam o jornalismo da capital, – que, neste capítulo, nomearemos, por vezes, de imprensa de referência das capitais – daquelas conduzidas sobre a imprensa interiorana. A importância do jornalismo do interior repousa no registro dos fatos locais, da cidade ou da região que cobre, e cujas notícias, dificilmente, ganhariam destaque em outros veículos de comunicação. Com o valor-notícia de proximidade sendo, atualmente, o trunfo desses jornais (FERNANDES, 2013), eles têm a chance de contar a história da cidade, registrar as raízes históricas e culturais da população e realizar um trabalho centrado na diversidade representativa. A heterogeneidade de emissores contribui positivamente para a democracia, pois quebra a hegemonia dos grandes veículos de comunicação, colocando em xeque a oligopolização da mídia, ao menos em pequenas localidades, cidades ou regiões (PERUZZO, 2013).

A pesquisa acadêmica sobre o jornalismo interiorano é, portanto, modesta, até o momento. Há trabalhos que, mais recentemente, buscam trazer outras perspectivas e registrar a história desses veículos. Os artigos e estudos mais numerosos, todavia, se concentram nas mudanças experimentadas pelos jornais interioranos frente à revolução digital (DORNELLES, 2010) e, sobretudo, em sua relação com as assessorias de imprensa e com a política local – o que inclui a relação entre o jornal e a prefeitura, bem como a dependência financeira, em relação às instituições públicas e aos anunciantes, no geral.

Na última década, também foi crescente o número de pesquisas que se ocuparam do entendimento das transformações, ocasionadas pela introdução da internet no jornalismo interiorano, e em compreender como o público tem se utilizado dela para direcionar suas críticas e pedidos aos veículos da cidade ou região, o que, por si só, favoreceu o surgimento e fortalecimento do *localismo* (DORNELLES, 2010).

Os jornais localizados no interior possuem um caráter que os aproxima do jornalismo comunitário, porque defendem e cobrem uma comunidade que vê os jornalistas como porta-vozes de suas opiniões, ideias e reivindicações (DORNELLES, 2004). A relação dos jornalistas interioranos com o público é, também, muito mais próxima. Os leitores vão reclamar pessoalmente com os repórteres, quando uma matéria não está adequada aos interesses da população. Contudo, pelo fato de não terem muitas fontes de financiamento, ainda dependem de verba da prefeitura, que, muitas vezes, os deixa sem espaço para esboçar críticas à administração. É inegável, todavia, sua importância no registro da história do cotidiano das cidades e para fazer com que o público interiorano se veja nas páginas do jornal e perceba a importância de pequenas ações (DORNELLES, 2004).

Adriana Santana (2013), ao analisar a dependência dos jornais interioranos aos *releases*, oriundos de assessorias de imprensa, afirma que esses veículos flertam com a ideia de "homem cordial", uma vez que eles proliferam apenas um lado da questão. Há pouco espaço para o questionamento, para a dúvida e para a investigação, devido, também, a questões contextuais e profissionais. Uma equipe despreparada e pequena é uma delas. A dependência financeira em relação à prefeitura é outro motivo, pois não há espaço para tecer críticas à administração municipal, sob risco de acabar sem recursos para manter o jornal funcionando. Santana (2013), embasada no Código de Ética dos Jornalistas, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), enquadra o *releasemania* como um desvio ético na profissão.

Fernandes (2013, p. 108) salienta a importância do critério de proximidade desses jornais, de onde eles extraem sua "força integrativa e identitária". As notícias nacionais, internacionais e estaduais podem ser melhor fornecidas por jornais que se localizem nas capitais, com recursos financeiros mais abundantes e poder de deslocar uma equipe para realizar a cobertura. A proximidade geográfica constituir-se-ia, assim, como o diferencial do jornalismo interiorano e o que pode fazê-lo

sobreviver, em momentos de crise[47]. O desafio é, também, projetar os interesses nacionais e estaduais, no contexto local. O texto de Santana (2013) e o de Fernandes (2013) focam na questão atual do jornalismo interiorano e propõem o uso mais parcimonioso e inteligente da internet e das redes sociais on-line, para que os jornais consigam se reaproximar do público, evitando a proliferação de *releases* e focando em conteúdo de proximidade geográfica.

Para Dornelles (2010, p. 239), "a proximidade trata de comunicar conteúdos considerados pertinentes aos seus leitores com o objetivo de conseguir a fidelização de seus públicos". A estratégia não é restrita a jornais locais, mas pode, também, ser aplicada por veículos regionais e nacionais (PERUZZO, 2003). A proximidade é um valor-notícia e, sobretudo no jornalismo interiorano, é utilizada em termos geográficos[48], uma vez que a informação do que se passou próximo do público o interessa mais do que algo distante, que pode ser coberto, com maiores recursos, por jornais nacionais ou internacionais. Todavia, não é a única forma de se utilizar da notícia de proximidade, uma vez que ela resulta de "espaços e formas de identidade. Por isso, o território revela-se apenas como um dos elementos que explica a imprensa do interior, e não o único" (DORNELLES, 2010, p. 242).

Outra diferenciação importante do jornalismo interiorano, em comparação à grande imprensa, são as notícias publicadas em veículos diários e em veículos semanários. Beltrão (2013), em texto apresentado, originalmente, em 1962, escreve que concedem atenção moderada às informações telegráficas e de agências de notícias, quando pertencem ao primeiro caso; no segundo, valorizam a informação local, cuja repercussão se dá na área de circulação. A sua estrutura é composta, portanto, de uma equipe mais simples, quando se contrasta com um jornal de circulação estadual e nacional. "Os jornais interioranos sempre foram, no Brasil, veículos de ideias, reivindicações e cultura das populações regionais" (BELTRÃO, 2013, p. 25), sendo considerados como a voz jornalística das comunidades locais, pelo autor. Em relação ao conteúdo, afirma que é mais admirado "quando valoriza o familiar, o normal, o fato comum do que quando explora o bizarro ou o sensacional" (BELTRÃO, 2013, p. 30).

---

[47] O autor refere-se, sobretudo, à crise engendrada pela competição dos meios de comunicação on-line, nos quais o leitor pode obter informações gratuitas.

[48] Como escrevemos no capítulo 3.3.1, a proximidade é um valor-notícia, em sentido cultural e geográfico.

A função social da imprensa interiorana, para Beltrão (2013), citando trabalho apresentado por Jorge Amado Nascimento[49], é ser instrumento de liderança; controlar os atos de pessoas públicas; dinamizar a vida social e incentivar a participação, buscando soluções para os problemas; fomentar a mobilidade social e lutar contra as injustiças. Exerce, ainda, quatro funções básicas: política, cultural, econômica e moral.

Recorrendo, novamente, a Dornelles (2010), a função social da imprensa interiorana pode ser resumida da seguinte forma:

> Os profissionais da imprensa interiorana devem reforçar a coesão social e procurar a justiça. Mas também devem defender o interesse geral, os direitos e a dignidade das pessoas.
> A particularidade [...] funda-se no fato de se dirigir ao indivíduo enquanto sujeito integrado e participante numa comunidade geográfica delimitada, da qual é possível conhecer as características: mentalidades, hábitos, modos de viver, níveis de vida, preocupações culturais dominantes etc. (DORNELLES, 2010, p. 241-242).

Não encontramos, na bibliografia nacional, muitas informações sobre o jornalismo interiorano, referentes ao período que estudamos (1938-1968) em nossa dissertação. O texto mais antigo, utilizado na revisão bibliográfica, é o de Beltrão (2013), escrito, como citado anteriormente, em 1962. Em nossa análise, consideraremos todas as questões acima arroladas, por acreditarmos que influenciam na produção noticiosa: periodicidade de circulação de ambos os jornais, composição da equipe (ou seja, quantas pessoas atuavam na redação e na edição) e a área de abrangência dos veículos.

4.1 JORNAIS DO INTERIOR DO SÉCULO XIX AINDA EM CIRCULAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, há três jornais interioranos, fundados no século XIX, que ainda circulam, no momento da condução desta pesquisa, em 2017. O mais antigo é a *Gazeta de Alegrete*, criado em 1882, seguida pelo *O Taquaryense*, de

[49] A referência de Beltrão (2013) a Nascimento está incompleta. Cita apenas que as características, enumeradas por ele, foram apresentadas no VII Congresso Nacional de Jornalistas.

Taquari, fundado em 31 de julho de 1887[50], e, por fim, pelo *Diário Popular*, de Pelotas, cuja circulação se iniciou em 1890.

Um dos critérios de seleção dos objetos de estudo desta dissertação foi a longevidade dos jornais, que permite pesquisas aprofundando suas transformações. Em segundo lugar, a importância de ambos nas cidades em que possuem sede e nas quais circularam, bem como sua contribuição para o jornalismo interiorano gaúcho. Descartamos o uso d'O *Taquaryense,* porque ele não se renovou, do mesmo modo que ocorreu com o *Diário Popular* e a *Gazeta de Alegrete*, uma vez que permanece em circulação como forma de preservar uma tradição, na cidade de Taquari. Até hoje, é impresso numa rotativa tipográfica Marinoni, fabricada em Paris e adquirida, em 1910, do *Correio do Povo*.

No escopo de jornais oitocentistas ainda em circulação, também podemos incluir O *Correio do Povo* fundado em 1895. Porém, ele se caracteriza como jornal estadual e circula em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Discorremos a respeito de sua história e importância no capítulo 2.

A seguir, descrevemos, mais amplamente, as características da *Gazeta de Alegrete*, buscando recontar sua história e inseri-la no contexto da cidade e da região de abrangência.

4.2 *GAZETA DE ALEGRETE*: DE JORNAL REPUBLICANO A ÓRGÃO LIBERAL

A *Gazeta de Alegrete* foi fundada em 30 de outubro de 1882, por Luís de Freitas Valle, o Barão do Ibirocay, com intenções abolicionistas[51]. Em 1888, com a Abolição da Escravatura, Freitas Valle mudou-se para o Rio de Janeiro e deixou o jornal aos cuidados de Armando Brunet, que convidou José Celestino Prunes e seus dois filhos, no mesmo ano, para atuarem na publicação. A família Prunes comprou o jornal, em 1891, e o administrou por 54 anos, até 1945[52]. Posteriormente, ele passou às mãos do Partido Liberal (DORNELLES, 2017). A *Gazeta de Alegrete* carrega o título de jornal mais antigo ainda em circulação no Rio Grande do Sul. A

[50] Todas as informações sobre *O Taquaryense* foram retiradas do site http://www.otaquaryense.com.br. Acesso em: 24 maio 2017.

[51] De acordo com Rüdiger (2003), nos primeiros anos de fundação, a *Gazeta de Alegrete* criou um clube de emancipação, com o objetivo de levantar fundos para a causa abolicionista e promover campanhas nesse sentido.

[52] A família Prunes foi uma das mais importantes para o jornalismo gaúcho, pois eles atuaram, como jornalistas, em 35 jornais do estado, com sede em 11 municípios (DORNELLES, 2017).

periodicidade foi, predominantemente, semanal, mas já foi também bissemanária, trissemanária e até diária.

A cidade de Alegrete é localizada na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, a 490 quilômetros de Porto Alegre, capital do estado. Também se situa a 125 quilômetros do Uruguai e a 149 quilômetros de Paso de los Libres, na Argentina. Na época de fundação da *Gazeta*, Alegrete contava com 10.000 habitantes. Em termos históricos, o município foi a terceira e última capital farroupilha, onde foi escrita a primeira Constituição Republicana do Brasil (DORNELLES, 2017).

Durante o período em que os Prunes permaneceram à frente da publicação, o jornal sustentava-se financeiramente com anúncios e impressão de folhetos, cartões, propagandas, livros, entre outros tipos de materiais, feitos nas máquinas tipográficas da *Gazeta*. A *Gazeta de Alegrete* constituiu-se como empresa jornalística, em 1898. Os Prunes atuavam como jornalistas, pois era a paixão da família. Eles dedicavam tempo integral à atividade e eram remunerados pelo serviço (DORNELLES, 2016)[53].

A *Gazeta* atingia, no início do século, a elite intelectual da cidade, com uma tiragem de cerca de 400 exemplares. Essa elite era composta por fazendeiros mais jovens, com curso superior, que haviam estudado em São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Coimbra (Portugal) e voltavam influenciados com o pensamento da Revolução Francesa (DORNELLES, 2016).

Em março de 1893, Celestino Prunes interrompeu a circulação da *Gazeta*, devido à falta de tipógrafos, e pelas consequências da Revolução Federalista, sendo substituído pelo pequeno jornal literário *O Til*, fundado por José Fredolino Prunes, o filho mais novo de Celestino. Esse periódico substituiu a *Gazeta* até 1897, período em que esteve impedida de circular, em função da guerra entre republicanos e federalistas. A *Gazeta* retornou em 29 de agosto de 1897 (DORNELLES, 2016).

Segundo Dornelles (2016), a relação da *Gazeta de Alegrete* com o campo político da época era muito grande, pois os Prunes eram idealistas. Todos tinham função política, eram os líderes republicanos dos municípios onde viveram, especialmente em Alegrete. Eles criavam jornais nos municípios da região

[53] Alguns trechos deste subcapítulo foram embasados em uma entrevista com a Profa. Dra. Beatriz Dornelles, orientadora desta dissertação. Ela conduz pesquisa inédita envolvendo a *Gazeta de Alegrete*, cujos resultados ainda não foram publicados em livro ou em periódicos, com exceção do artigo aqui citado, no qual traça um panorama da importância da família Prunes para o jornalismo gaúcho.

objetivando difundir as ideias do Partido Republicano. Porém, a *Gazeta de Alegrete* não pode ser classificada apenas como um veículo político-partidário, uma vez que não havia só a questão ideológica, mas também um teor noticioso, aliado a preocupações comerciais. Na *Gazeta*, especialmente os Prunes criticam e cobram, o tempo inteiro, pela população, no que diz respeito à saúde, à educação e a questões trabalhistas, principalmente nos 20 primeiros anos do século XX. Mesmo vinculados ao Partido Republicano, assumiam uma postura crítica perante a administração (DORNELLES, 2016).

Vários jornais tentaram fazer frente à *Gazeta*, mas não vingaram por questões pecuniárias – falta de recursos e de patrocínio –, uma vez que a elite cultural e intelectual estava junto aos republicanos. A oposição era composta de comunistas, federalistas e anarquistas (DORNELLES, 2016). Posteriormente, mesmo quando o jornal estava nas mãos do Partido Libertador, ainda não havia uma concorrência significativa.

Em 1904, os irmãos Fredolino e Lourenço Prunes Sobrinho fundaram, em Alegrete, a gráfica e livraria *O Coqueiro*, onde imprimiam livros junto à gráfica da *Gazeta*, a qual estava equipada com máquinas modernas, como a Marinoni (ARAÚJO FILHO, 1985), a primeira do tipo a chegar ao Rio Grande do Sul, em 1895. A *Gazeta* recebeu a máquina dois anos antes do *Correio do Povo* (DORNELLES, 2017).

Sobre a cidade de Alegrete, os registros do início do século são encontrados em uma obra assinada por Luís Araújo Filho, cuja data original de publicação é 1907, pela gráfica dos Irmãos Prunes. O livro foi reeditado em 1985, pela Câmara Rio-Grandense do Livro. O escritor também foi colaborador da *Gazeta de Alegrete* e publicou, no jornal, contos que inspiraram Simões Lopes Neto.

Segundo Araújo Filho (1985), a principal atividade econômica alegretense, no início do século XX, era a pecuária, com um extenso rebanho de gado, composto por mais de 200.000 cabeças. A cidade contava com 32 fazendas, no ano original de publicação da obra. O comércio de Alegrete também era profícuo e as principais cidades com as quais mantinha relações comerciais eram Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana e Quaraí, bem como mantinha relações estreitas com o Uruguai e a Argentina, por estar localizada próxima à fronteira dos dois países (ARAÚJO FILHO, 1985).

A família Prunes permaneceu à frente da *Gazeta de Alegrete* até 1945, quando o jornal foi vendido a Heitor Galant, deputado estadual pelo Partido Libertador, político nascido em Alegrete e bastante influente em Porto Alegre. Galant também era dono do jornal *O Estado do Rio Grande*. No período, Galant utilizou o jornal para defender seus interesses políticos, ao mesmo tempo em que não deixava a notícia local de lado. Galant permaneceu à frente da *Gazeta* até 1970. Até então, o jornal era impresso em máquinas tipográficas próprias.

Percebemos, porém, que há uma lacuna nos estudos históricos sobre a *Gazeta de Alegrete*, que esperamos ajudar a preencher, dentro do possível, nesta dissertação. Há empecilhos que impedem um estudo completo, pois, em 1959, um incêndio destruiu a sede do jornal e os arquivos ficaram comprometidos e incompletos. Uma parte do arquivo foi refeita, com a ajuda dos moradores de Alegrete, que doaram parte de seus jornais para recompor o acervo. Mesmo assim, ainda há lacunas, em anos consecutivos da publicação. O período de 1882 a 1898 não foi recuperado. De 1898 a 1940, há alguns anos sem arquivos (DORNELLES, 2017). Os anos em que há registros, nessa lacuna acima citada, são os seguintes: 1898, 1901, 1905, 1906, 1908, 1911, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1920, 1921, 1922, 1924, 1937, 1938, 1939 e 1940. A perda é imensurável às pesquisas sobre a história do jornal.

Entre 1970 e 2015, os diretores da *Gazeta* foram Samuel Marques e Hélio Ricciardi. Após o falecimento de ambos, assumiu Lilia Ricciardi, filha de Hélio, atual proprietária do semanário (DORNELLES, 2017).

5 TRANSFORMAÇÕES DA NOTÍCIA NA *GAZETA DE ALEGRETE*

Neste capítulo, apresentamos a metodologia utilizada – assentada em análise de conteúdo, segundo Bardin (2009), e nas propostas de Barbosa (2005) e de Luca (2005), para um aprofundamento do material coletado. Posteriormente, procedemos à análise das manchetes da *Gazeta de Alegrete*, no escopo de 30 anos, de 1938 a 1968.

Em relação à análise de conteúdo, Bardin (2009) divide o método em três fases. A primeira, chamada de *pré-análise*, consiste em escolher os documentos, formular hipóteses e objetivos e elaborar os indicadores que fundamentem a interpretação final. Utilizamos, para a escolha da amostra, a regra da representatividade, o que, posteriormente, permite a generalização dos resultados obtidos, por meio do material selecionado[54]. A segunda fase é a *exploração do material*, que consiste na exploração, "longa e fastidiosa [...] em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas" (BARDIN, 2009, p. 127). A terceira etapa é o *tratamento dos dados e a interpretação*, que exige a codificação, compreendendo três escolhas: o *recorte* (ou seja, o que será analisado); a *enumeração* (regras de contagem) e a *classificação* (escolha das categorias).

Para operacionalizar a análise, estabelecemos as categorias de *valores-notícia*, *acontecimento*, *procedência da notícia*, *técnicas de redação, fontes* e *enquadramento –,* com o intuito de verificar a transformação que as notícias, tanto no que concerne aos procedimentos de seleção, quanto à própria apresentação final, sofreram, na *Gazeta de Alegrete*, no período de 1938 a 1968. Para Bardin (2009, p. 145), "as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos". Assim, boas categorias possuem as seguintes qualidades: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade e, por fim, produtividade (referente à fertilidade dos resultados).

[54] Generalização somente aplicada ao nosso objeto de estudo, porque, conforme já salientamos anteriormente, acreditamos ser equivocado presumir que os resultados encontrados na *Gazeta de Alegrete* sejam os mesmos de outros jornais. Cada veículo está ou esteve inserido em um universo econômico, cultural e histórico específico – embora possa haver similaridades entre um caso e outro e certos aspectos que são universais (como os próprios valores-notícia).

Nossa amostra é composta pelos anos de 1938, 1942, 1946, 1950, 1954, 1957, 1960, 1964 e 1968, nos quais analisamos a manchete de uma edição aleatória de março, junho, setembro e dezembro de cada ano – totalizando 36 manchetes. Abaixo, dividimos a análise em termos quantitativos (quando possível) e qualitativos.

Para um aprofundamento dos resultados, utilizamos as sugestões de Luca (2005) e Barbosa (2005), apresentadas no segundo capítulo, por meio das quais pudemos inferir, mais profundamente, as relações que a notícia estabelece com o meio político, econômico e social no qual está inserida. As contribuições da história auxiliam-nos a alcançar resultados mais profundos, como se verá nas considerações finais, por meio de nossas inferências.

5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA E PROCEDÊNCIA DA ANÁLISE QUALITATIVA

Como primeiro passo da análise, elaboramos uma tabela, com a respectiva manchete, edição, valores-notícia, primeiro parágrafo, acontecimento, fontes e procedência da notícia analisada. Após essa compilação inicial, procedemos à análise quanti e qualitativa dos dados. Dividimos em três períodos de grandes alterações nas notícias da *Gazeta de Alegrete*.

Abaixo, elaboramos um quadro com todos os valores-notícia compilados nas 36 manchetes analisadas. Em cada subcapítulo, organizamos um quadro específico para cada período, mostrando como os valores-notícia mudaram e espelhavam o contexto de cada época.

Quadro 3 – Valores-notícia encontrados na *Gazeta de Alegrete,* entre 1938 e 1968

Valores-notícia	**Incidência**
Proximidade	25
Política	18
Notoriedade	12
Relevância	12
Eventos	7
Progresso	5
Conflito	5
Inesperado	5

Polêmica	4
Crime	2
Notabilidade	1

Fonte: a autora.

Verificar a procedência das notícias – isto é, se eram redigidas na própria *Gazeta de Alegrete* ou oriundas de jornais cariocas ou de agências de notícias – nem sempre se revelou tarefa fácil. Embora muitas matérias tenham sido escritas por redatores da *Gazeta*, o que inferimos por se referirem à realidade alegretense, sabemos que outras procedem de jornais cariocas, porto-alegrenses ou de agências e rádios. Entretanto, não conseguimos mapear com precisão de onde todas vêm, uma vez que a *Gazeta* as identifica apenas em alguns momentos. Por exemplo, quando, no primeiro parágrafo, há o local e a data, ou se os redatores da *Gazeta* afirmam “segundo jornais desta capital”. Foram estes vestígios que nos permitiram descobrir a procedência.

Do total de 36 manchetes analisadas, 10 são oriundas de outros jornais ou de agências de notícias. Em relação à citação direta de fontes ouvidas para redigir a matéria, isso ocorreu apenas em quatro ocasiões, o que mostra que o jornalismo da *Gazeta de Alegrete* ainda era não-declaratório. Há momentos em que percebemos que houve esforço de apuração *in loco*, mas raramente as fontes ouvidas foram citadas.

Nos próximos subcapítulos, arrolamos, detalhadamente, os valores-notícia encontrados, os acontecimentos alçados ao patamar de manchete, bem como o enquadramento com o qual foram apresentados aos leitores. Também dividimos a análise em três partes, para melhor compreender as transformações, e escrevemos sobre o contexto de cada época estudada, sobretudo no que concerne a questões políticas e econômicas. Por fim, há outro subcapítulo com informações específicas sobre a introdução do *lide* e a *pirâmide invertida*.

5.2 1938-1942 – ECOS DO ESTADO NOVO NO COMANDO DA FAMÍLIA PRUNES: FASE DE EXPERIMENTAÇÃO

Em 1938, notamos uma alteração do posicionamento da *Gazeta de Alegrete*. Como explanado acima, sob o comando da família Prunes e da direção de

Fredolino, o veículo era abertamente alinhado ao Partido Republicano. Porém, quando o Estado Novo entrou em vigor, proibindo os partidos políticos e impedindo a circulação de jornais político-partidários, a *Gazeta* neutralizou seu discurso. Para compreender a questão histórica, política e econômica do período, revisamos, no próximo subcapítulo, os acontecimentos do período. Abaixo, elaboramos uma tabela com os valores-notícia encontrados, em 1938 e 1942, e sua incidência.

Quadro 4 – Valores-notícia em 1938 e 1942

Valores-notícia	**Incidência**
Política	4
Notoriedade	4
Proximidade	3
Eventos	2
Inesperado	2
Polêmica	1
Conflito	1
Relevância	1

Fonte: a autora.

5.2.1 Estado Novo, integralismo e situação do Rio Grande do Sul e de Alegrete

De acordo com Thomas Skidmore (1982), em 10 de novembro de 1937, o então presidente Getúlio Vargas aplicou um golpe para permanecer no poder. Em dois de dezembro do mesmo ano, já tinha abolido os partidos políticos. Isso incluiu mudanças drásticas nos jornais partidários da época – que ou fecharam, ou tiveram de adaptar seu discurso, a fim de seguirem circulando. O golpe foi a concretização do desejo, acalentado por Vargas, desde 1935, de permanecer mais tempo no poder.

> [...] o Estado Novo era um estado híbrido, não dependente de apoio popular organizado na sociedade brasileira e sem qualquer base ideológica consistente. Vargas esperava assumir, para seu próprio proveito político, a direção das mudanças sociais e do crescimento econômico do Brasil. A despeito das roupagens corporativistas, o seu Estado Novo era uma criação altamente pessoal (SKIDMORE, 1982, p. 54).

No Rio Grande do Sul, o Estado Novo também teve efeitos, uma vez que Flores da Cunha, filiado ao Partido Republicano, renunciou ao governo do estado, em função de uma trama armada por aliados de Getúlio Vargas.

Fica evidente que havia uma espécie de censura à *Gazeta*, em manchete do dia 19 de março de 1938, que diz: “Foram presos no Rio de Janeiro mais de mil integralistas”. O primeiro parágrafo demostra o tom condescendente à prisão do grupo: “Há vários dias que a polícia vinha tendo conhecimento de uma intentona preparada pelos integralistas. O movimento revolucionário devia explodir simultaneamente em todo o país”.

No governo de Getúlio Vargas, os integralistas foram perseguidos enquanto movimento organizado, embora sua visão nacionalista tenha tido similaridades com o que Vargas defendia. De acordo com obra publicada por Plinio Salgado (1946), considerado o fundador do movimento, os integralistas tinham ideais nacionalistas – que não se afastavam muito do que, teoricamente, Getúlio também pregava[55]. Com o golpe do Estado Novo, acreditaram que iriam se beneficiar, uma vez que seus arqui-inimigos, os comunistas, estavam “desmoralizados” ou destruídos. Entretanto, Vargas combateu extremismos de direita e de esquerda, durante seu mandato, e a intentona integralista foi a segunda ameaça condenada pelo governo – a primeira foi o que ficou conhecido por Intentona Comunista, em 1935 (SKIDMORE, 1982).

Em questões econômicas, para Sandra Pesavento (1997), o Estado Novo consagrou um modelo de intervenção do Estado na economia e substituiu o modelo baseado na agroexportação para o baseado na indústria. No Rio Grande do Sul, entretanto, não houve mudanças significativas, no tocante à estrutura econômica – o estado continuou como fornecedor primordial de gêneros agropecuários. Predominava o cultivo de gado em campos nativos, enquanto os frigoríficos internacionais forçavam o declínio no preço da carne. No decorrer da década de 1940, as charqueadas desapareceram, dando espaço a um modelo cooperativo, com a modernização da produção de carne (PESAVENTO, 1997).

[55] O integralismo foi o primeiro movimento de massa do Brasil e o primeiro partido político com implantação nacional, aderido por cerca de meio milhão de pessoas. Há relação do movimento com o catolicismo, com as forças armadas (dados comprovam o alto número de militares que se juntaram ao movimento) e com os imigrantes italianos e alemães, que tinham bastante receptividade às causas integralistas, por conta do funcionamento de seções do Partido Fascista Italiano e do Partido Nacional Socialista Alemão, no Brasil. Para maiores informações, consultar a obra: TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Porto Alegre: EDUFRGS, 1974.

Essas informações são fundamentais para compreendermos onde a própria cidade de Alegrete se inseria nesse processo, uma vez que a principal atividade econômica do município era a pecuária.

> No tocante à agricultura, persistiam os efeitos de um sistema agrícola inadequado, com os produtos gaúchos competindo com os do centro em condições pouco vantajosas. Acentuava-se a crise do minifúndio colonial, pois o alto índice de nascimentos entre os pequenos proprietários conjugava-se ao esgotamento do solo e escassez de terras. Paralelamente, começou a expandir-se a cultura do trigo, que, porém, necessitava, para o seu cultivo, técnicas e maquinários agrícolas (PESAVENTO, 1997, p. 116).

Como o setor agropecuário remunerava pouco, o peão começou a buscar as cidades, constituindo-se como mão-de-obra barata nos centros urbanos. Com a implantação de maquinário nos campos interioranos, houve o êxodo rural (PESAVENTO, 1997).

O Rio Grande do Sul e os demais estados do país tiveram de, com a implantação do Estado Novo, destruir as bandeiras estaduais, extinguir os partidos políticos, banir os escudos, hinos e outros símbolos regionais. Assim, o governo federal acelerou o processo de centralização do poder. Os estados também ficaram mais dependentes da administração federal, uma vez que os recursos eram centralizados na União e, posteriormente, distribuídos (PESAVENTO, 1997).

Politicamente, os estados passaram a ser governados por interventores nomeados pelo governo federal. No Rio Grande do Sul, depois da renúncia de Flores da Cunha e de sua fuga ao Uruguai, em 1937, assumiu o interventor Daltro Filho. Com sua morte, em janeiro de 1938, o cargo foi ocupado, interinamente, por Mauricio Cardoso (do antigo Partido Republicano). Logo após, Getúlio nomeou o general Cordeiro de Farias, que era gaúcho e não tinha ligações políticas (PESAVENTO, 1997).

No período de Cordeiro de Farias, procedeu-se a nacionalização do ensino e proibiu-se, sobretudo nas áreas de colonização alemã, o uso da língua estrangeira. O governo preocupava-se com a disseminação do integralismo nas colônias de imigração alemã, o que era associado ao nazismo – o que fez com que aumentassem as repressões ao grupo étnico (PESAVENTO, 1997).

Ainda na esteira do Estado Novo, em 1939, Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para fiscalizar os jornais da época e garantir que

todos noticiavam as questões de acordo com o que eles esperavam. Por meio dessa breve recapitulação histórica, é possível compreender melhor a relação da *Gazeta de Alegrete* com a situação da época – uma vez que, sob censura, não poderiam publicar notícias criticando o governo.

5.2.2 As notícias, na *Gazeta de Alegrete,* em 1938 e 1942

Em 1938, o cabeçalho da *Gazeta* estampava a insígnia *Fase experimental*, o que acreditamos aludir à mudança de postura do veículo, por ocasião do Estado Novo, neutralizando o discurso político-partidário republicano. A *Gazeta* circulava, em 1938, com periodicidade diária (só não saía nas segundas-feiras) e tinha sempre quatro páginas. Na edição de 2 de janeiro de 1939, os jornalistas informaram que a tiragem média, no período, era de 1.700 exemplares, o que mostra a hegemonia do jornal em Alegrete – que sempre teve, no período, folga na preferência dos leitores.

No dia 19 de março de 1938, a manchete era a seguinte: “Foram presos no Rio de Janeiro mais de mil integralistas”. O primeiro parágrafo detalhava as informações[56]: “Há vários dias que a polícia vinha tendo conhecimento de uma intentona preparada pelos integralistas. O movimento revolucionário devia explodir simultaneamente em todo o país”. Não conseguimos decifrar toda a notícia, porque a borda esquerda da página está danificada, mas o primeiro parágrafo se estende até a coluna seguinte, detalhando as intenções dos integralistas, cujos emissários chegaram a passar por Alegrete. Em relação à informação de que emissários estiveram na cidade do veículo, acreditamos que ela pode ter sido adicionada pela própria redação, embora a maior parte do texto provenha de alguma agência ou jornal carioca.

[56] Já comentamos brevemente, acima, essa notícia, devido ao tom condescendente que mostra que a *Gazeta* estava sob censura. Porém, para fins de análise, acreditamos ser essencial repeti-la aqui.

Figura 1 – Capa da *Gazeta de Alegrete* em 19 de março de 1938

s conspiradores integralistas

jetavam prender e assassinar o sr. Getulio Vargas

GAZETA DE ALEGRETE

Diretor: J. FREDOLINO PRUNES — José Celestino Prunes—diretor 1882 1910

FASE EXPERIMENTAL

O LVI | ALEGRETE — Sabado, 19 DE MARÇO DE 1938 | NUMERO 59

am presos no Rio de Janeiro mais de mil integralistas

guns chefes fugiram — Foi apreendida grande copia de armamento

O calçamento das ruas

Barcelona vem sendo constantemente bombardeada

O presidente da Republica desceu de Petropolis

Um barco britanico torpedeado

Está em Mato Grosso o Ministro da Guerra

A noite Ilustrada

Fonte: acervo da *Gazeta* digitalizado em projeto conduzido pela prof. Dra. Beatriz Dornelles

No segundo parágrafo, há a informação da manchete: “O resultado é o que se vê agora. Nos dois últimos dias foram presos no Rio de Janeiro mais de mil integralistas, tendo um bom número deles conseguido fugir”. O enquadramento da notícia também exemplifica melhor o tom condescendente ao governo de Getúlio, pelo uso de palavras como “conspiradores” e pela procedência da informação pelas estações de rádio oficiais do governo:

> Conforme noticiou o Governo pela estação oficial de radio, foram aprendidos inumeros instrumentos de guerra que se encontravam em poder dos conspiradores, inclusive metralhadoras e fuzis pertencentes ao Éxercito nacional e subtraídos por processos escusos de arrecadação dos quarteis.[57]

[57] Nas transcrições de notícias, preservamos a grafia da época e a falta ou acréscimo de acentos, em alguns casos.

Os valores-notícia que identificamos são política, polêmica e conflito. O acontecimento relatado é a prisão de mais de mil integralistas, no Rio de Janeiro, em um tom condescendente ao governo. Não houve fontes diretamente ouvidas na apuração da matéria, mas informações provenientes de veículos oficiais do governo.

Em 10 de junho de 1938, a manchete, posicionada atipicamente acima do cabeçalho, estampava: “Toda a América contra os extremismos”. A informação abaixo detalhava: “Rio, – O presidente Franklin Roosevelt baixou um decreto de combate ao nazismo e ao comunismo. Serão aplicadas, aos infratores, penas que variam de 2 meses a 2 anos de prisão celular”. O texto todo é esse e não há maiores informações, ao longo da edição 122.

Os valores-notícia identificados são política e notoriedade, pois se referem aos Estados Unidos. O acontecimento é relacionado a um decreto que combate o extremismo, identificado, na notícia – e na atitude de Roosevelt –, com o nazismo e o comunismo. A linguagem, como pode ser acompanhada acima, foi mais informativa e sucinta, provavelmente porque foi recebida de uma agência estrangeira ou transcrita de um jornal carioca. O enquadramento, portanto, é, novamente, condescendente ao governo de Getúlio, uma vez que fala do combate aos extremismos – que o então presidente brasileiro também fazia no Brasil.

Em 6 de setembro do mesmo ano, a manchete se refere à Semana da Pátria: “Como vão decorrendo as festas comemorativas em Alegrete”. O primeiro parágrafo detalha e exalta o que vinha sendo feito:

> As festas comemorativas da independência do Brasil, programadas com alevantado espírito patriótico, vão tendo, em Alegrete, brilhante e entusiástico desempenho, graças à ação do poder público, representado pelas autoridades militares e civis, amparadas por expoentes da nossa sociedade, notadamente o professorado estadual e municipal e mundo escolar.

Os valores-notícia identificados são proximidade e eventos (no sentido de comemoração). O acontecimento identificado é o transcorrer dos festejos no município e o enquadramento, como é possível inferir logo no primeiro parágrafo, é favorável a eles, também porque o patriotismo era valorizado, na época, sobretudo em função da nacionalização empreendida por Getúlio.

No dia 18 de dezembro de 1938, a manchete retorna à política: “As homenagens ao Dr. Lisbôa no dia do terceiro ano de sua gestão administrativa”. O primeiro parágrafo não alijava a carga opinativa: “Avolumam-se com entusiasmo os preparativos para as homenagens que serão levadas a cabo no dia 20 do corrente, terça-feira, em honra do Dr. Alexandre Lisbôa, prefeito do município, por motivo da passagem do terceiro ano de sua fecunda administração”. Nesta edição, não há mais o cabeçalho com a frase *Fase experimental*.

Os valores-notícia identificados são política, eventos, notoriedade e proximidade. O acontecimento são as comemorações do terceiro ano de mandato do prefeito de Alegrete e é possível notar o enquadramento favorável à administração de Lisbôa, sobretudo o tom de serviço empregado, com a divulgação dos pormenores das comemorações, ao final. O segundo parágrafo da notícia detalha melhor o enquadramento positivo da administração:

> Todas as classes sociais estão empenhadas em dar o melhor relevo ao programa das festas, que tem por objetivo patriotico fazer justiça ao administrador e ao homem publico, cujos meritos tem se patenteado, na direção dos negocios da comuna, durante um trienio de labor honrado e progressista.

No início de 1942, a circulação do jornal era bissemanal, aos domingos e às terças-feiras. Abaixo do cabeçalho, a *Gazeta* ostentava a frase: “Jornal mais antigo do Rio Grande do Sul”. Os proprietários informados são Prunes & Fabricio e a publicação segue com quatro páginas.

Na edição número 24, de 3 de março de 1942, a manchete era: “Desastre de avião em Porto Alegre”, com informações provenientes de jornais da capital gaúcha. O primeiro parágrafo relatava: “Porto Alegre, 2. Os jornais desta capital publicaram ontem o terrivel desastre ocorrido nesta capital quando decolava para a sua viagem á cidade de Rio Grande o passante avião Mauá, da Varig”. A notícia prossegue detalhando quantos passageiros e tripulantes ficaram feridos. Mais adiante, é possível notar um enquadramento mais noticioso e que a polícia foi ouvida para apurar maiores informações. Porém, é tudo reprodução de jornais de Porto Alegre: “A polícia tomou conhecimento do desgraçado acidente, parecendo que ele foi casual, nada havendo até agora que possa parecer um ato criminoso de sabotagem”.

O valor-notícia identificado, nesta notícia, foi o de inesperado. O acontecimento é a queda de um avião em Porto Alegre e o enquadramento foi mais noticioso e informativo, por se tratar de algo mais factual, que não dizia respeito aos interesses econômicos e políticos da direção da *Gazeta*, bem como à própria realidade local.

Em junho, o jornal circula três vezes por semana. A edição do dia 18 do mês, em 1942, estampa a manchete: “Fala á Gazeta destacado membro da Associação R. de C. de Ovinos”. O primeiro parágrafo detalha: “Conforme noticiamos em nosso ultimo numero, encontra-se nesta cidade, desde sabado findo, uma comissão da Associação Riograndense de Criadores de Ovinos, presidida pelo João Farinha”. No parágrafo seguinte, ainda detalham mais informações sobre o entrevistado e, a partir do terceiro, enumeram o que ele falou ao jornal. Mostra-se, assim, que a redação da *Gazeta* entrevistou o presidente da Associação e buscou, por meio do enquadramento dado à notícia, apresentar soluções ao setor alegretense. Sabe-se que, no período, a pecuária era a principal atividade econômica do município e que Alegrete era uma das cidades mais representativas nesse setor no estado. Assim, o assunto era, especialmente, relevante.

Figura 2 – Capa da *Gazeta de Alegrete* em 18 de junho de 1942

DECRETADO O ESTADO DE SITIO NA ARGENTINA

Gazeta de Alegrete

Jornal mais antigo do Rio Grande do Sul

Proprietarios: PRUNES & FARRICO

ANO LX | ALEGRETE — QUINTA-FEIRA — 18 DE Junho DE 1942 | NUMERO 71

Feira á Gazeta destacado membro da Associação R. de C. de Ovinos

CONVITE

Sairá ou não o novo cinema ?

Feiras livres

Notas forenses

O caso dos cheques falsos

Dr. Ernestino de Oliveira

Docente de Cirurgia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Cirurgia—Molestias de Senhoras —Vias Urinarias— Partos

Consultorio — Rua General Sampaio 1070

Residencia — Rua Luiz de Freitas, 127

RENNER

a pa que lhe convem

Renner oferece Elegancia Duração e Qualidade

RENNER A BOA ROUPA

Agencia : CASA DE LA ROCHA

Fonte: acervo da *Gazeta* digitalizado em projeto conduzido pela prof. Dra. Beatriz Dornelles

A ARCO foi fundada em 18 de janeiro daquele ano, na cidade de Santana do Livramento, próxima de Alegrete. A finalidade da instituição era “congregar todos os criadores de ovinos do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e trabalhar na classificação e melhoramento dos rebanhos e plantéis de ovinos no RS”[58]. Em 1975, ganhou *status* nacional.

Os valores-notícia identificados, na notícia supracitada, são relevância, notoriedade e proximidade. O acontecimento é a entrevista com o presidente da Associação e sua visita à Alegrete.

[58] Informações retiradas do site institucional da ARCO. Disponível em: <http://www.arcoovinos.com.br/index.php/mn-associacao/mn-historia>. Acesso em: 2 out. 2017. Atualmente, a ARCO conta com mais de 3.000 associados, nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

No dia 20 de setembro de 1942, houve outra manchete local, intitulada “Será iniciada a construção do Pavilhão para tuberculosos”. O primeiro parágrafo detalha:

> Realizou-se quinta-feira passada, na residencia da presidenta da Associação Beneficente de Alegrete, sra. Zulmira Ferreira, uma reunião extraordinaria da diretoria dessa entidade. Especialmente convidados, ali compareceram representantes de diversas organisações sociais e de classe, inclusive um dos nossos redatores.

O motivo da reunião só é revelado no parágrafo seguinte:

> O principal assunto ventilado referiu-se á pronta construção, sob os auspícios da A.B.A. do Hospital para Tuberculosos, antiga aspiração de nossa gente e por cuja concretisação a esforçada diretoria dessa instituição caritativa vem de há muito envidando esforços.

Nota-se, prontamente, o enquadramento positivo e elogioso às atividades da instituição, demonstrando que o jornal apoiava as causas beneficentes promovidas pela A.B.A. Logo abaixo, há uma retranca, intitulada “Quermesses”, em que a redação noticia o evento que a associação promoveria para arrecadar fundos à construção do hospital.

Os valores-notícia identificados são proximidade e relevância, uma vez que há impacto na sociedade alegretense. O acontecimento foi a reunião promovida pela associação para arrecadar fundos e não houve fontes citadas diretamente, ao longo do texto, embora ele tenha sido redigido pela redação do veículo.

No dia 27 de dezembro de 1942, a única edição do mês disponível para consulta, a manchete é intitulada: “O assassinio de Darlan constituiu a maior surpresa destes ultimos mesês”. O primeiro parágrafo não é muito informativo: “Q. G. Aliado na Africa, 17 (R.) – A morte do almirante Darlan, no dia 24 do corrente, por um oficial frances de 20 anos de idade, constituiu a maior surpresa destes ultimos mesês”. Apenas no segundo é possível que o leitor conheça mais detalhes: “Segundo testemunhas oculares Darlan peneirava em seu gabinete de trabalho, em Argelia, quando foi assassinado por um oficial frances, com 4 tiros de revolver, sendo que um lhe atingiu a boca e outro o coração”. A notícia só tem dois parágrafos e, como observamos no início dela, provém de agências de notícias. O enquadramento demonstra surpresa com a morte do ex-primeiro-ministro da França.

O enquadramento supracitado se dá porque o Brasil apoiava os países Aliados, do qual participavam os Estados Unidos, a França, a Inglaterra e a União Soviética[59]. Os valores-notícia identificados são política (em função dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial), inesperado e notoriedade. Não há fontes citadas diretamente.

Assim, nestes dois anos analisados, verificamos que houve alteração político-partidária da *Gazeta*, em função do Estado Novo, e que há, ao mesmo tempo, valorização da notícia local e destaque da política nacional e internacional, em função dos interesses do governo brasileiro, na época, e da censura dos jornais e dos veículos de comunicação.

5.3 DIREÇÃO DE HEITOR GALANT: *GAZETA* COMO INSTRUMENTO DO PARTIDO LIBERTADOR

Em 1945, a *Gazeta* foi vendida ao político alegretense Heitor Galant, na época deputado estadual do Rio Grande do Sul pelo Partido Libertador (PL). Ele residia em Porto Alegre, embora fosse natural de Alegrete. A notícia local, por meio do valor-notícia de proximidade, ainda continuou com destaque, embora, logo em seguida, viesse a política e o jornal fosse utilizado para propagar as ideias do PL. Assim, nesse período, os valores-notícia encontrados foram os seguintes:

Quadro 5 – Incidência de valores-notícia no período de 1946 a 1960

Valores-notícia	**Incidência**
Proximidade	15
Política	11
Relevância	9
Notoriedade	6
Conflito	4
Eventos	4
Inesperado	3

[59] Esse apoio se deu mesmo que, no início do conflito, em 1939, o Brasil tenha mantido ótimas relações comerciais e diplomáticas com os países do Eixo, do qual participavam a Itália e a Alemanha. Foi Oswaldo Aranha, membro importante do grupo de Vargas e "americanófilo", que aproximou o Brasil dos Estados Unidos, em 1940, o que culminou na participação do país no conflito, quando enviou tropas para combater na Itália, em 1943 (LOPES, 1987).

Progresso	2
Crime	2
Polêmica	2
Notabilidade	1

Fonte: a autora.

Abaixo, tecemos algumas considerações sobre o período histórico e sobre as notícias encontradas, com seus respectivos enquadramentos e outras características.

5.3.1 Como o Partido Libertador se inseria na política da época

Para compreender, com maior clareza, as notícias, no período aqui estudado, é necessário explanarmos sobre como o Partido Libertador (PL) se inseria na política da época. Assim, verificamos melhor como as notícias da *Gazeta* refletiam, ou não, essa relação, bem como quais acontecimentos históricos o jornal julgava importante noticiar.

De acordo com Pesavento (1997), a deposição de Vargas, em 1945, pelo Ministro da Guerra, General Góis Monteiro[60], seu antigo aliado, ocorreu em campanha eleitoral. O poder, em nível estadual e federal, foi ocupado por membros do Judiciário. O presidente do STF, José Linhares, assumiu no centro do Brasil, enquanto o desembargador Samuel Silva, o Rio Grande do Sul.

Em 1941, o Brasil alinhou-se aos Aliados na Segunda Guerra Mundial – portanto, dos Estados Unidos (LOPEZ, 1987). Em 1943, Cordeiro de Farias partiu com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália, engajando-se, oficialmente, na guerra. Assumiu, então, Ernesto Dornelles na interventoria estadual do Rio Grande do Sul, coincidindo com o início da redemocratização do país. Os brasileiros perceberam a contradição de lutar contra os regimes totalitários, ao mesmo tempo em que era governado por uma ditadura. A redemocratização, no estado, teve três nomes fortes congregados em torno do anti-varguismo: Osvaldo

[60] Segundo Skidmore (1982), Góes Monteiro foi nomeado Chefe do Estado Maior do Exército, em 1937, fortalecendo Vargas. Era defensor de um regime centralizado e autoritário e sua nomeação foi estratégica, antes de Vargas conseguir permanecer na presidência, em 1937. Nos dois anos seguintes à revolta comunista de 1935, Monteiro tinha feito esforços para neutralizar os estados que entraram em conflito com a política varguista (Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul – cujo governador, à época, era Flores da Cunha – e São Paulo).

Aranha, Flores da Cunha e Raul Pilla – o último era vinculado ao Partido Libertador e “atuava pela imprensa através de numerosos artigos pró-democracia” (PESAVENTO, 1997, p. 120).

As principais forças anti Vargas uniram-se na União Democrática Nacional (UDN), que seguia a linha do liberalismo democrático. Nesse partido, estavam Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e o ex-presidente do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros. Pilla, por sua vez, tornou o PL um partido nacional, pois angariou votos para a ação, uma vez que não seriam mais aceitos partidos regionais. “O PL posicionou-se pela ideia parlamentar. Reunindo seus antigos adeptos, teve mais forças que a UDN no Rio Grande do Sul” (PESAVENTO, 1997, p. 120).

Outros partidos formados, no período, foram o Partido Social Democrático (PSD), representando interesses de antigos políticos continuarem no poder, congregando elementos do PRR e do PRL. Surgiu, ainda, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apoiado nas estruturas sindicais e massas trabalhadoras, cuja liderança era de Alberto Pasquallini (PESAVENTO, 1997).

Ainda, conforme Pesavento (1997), em 1945 foi iniciado o período conhecido como populismo democrático. Nas eleições presidenciais de dezembro daquele ano, o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito, o que representou o continuísmo da era Vargas. No Rio Grande do Sul, o interventor nomeado foi Cylon Rosa, que permaneceu no cargo até as eleições, em 1947.

A agropecuária permaneceu em crise, as charqueadas foram se dirigindo para a formação de cooperativas de charque e frigorificação. Muitos estancieiros foram, porém, à falência, ante as manobras executadas pelos frigoríficos estrangeiros, que pressionavam o preço da carne.

Do ponto de vista gaúcho, os principais problemas enfrentados pelo estado, no período, foram a industrialização, o êxodo rural e os transportes e energia. As questões refletiam-se nas propostas político-partidárias: o PSD, representado pelos governos de Walter Jobin (1947-1951) e Ildo Meneghetti (1955-1959 e 1963-1964), identificava que o maior problema era a industrialização e o colocava como meta dos planos de governo. Apesar disso, beneficiava a indústria agropecuária. O PL era o setor mais apegado à estrutura agrária e a defendia como modo de condução do progresso econômico. O PTB, por seu lado, defendia “o primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional”, identificando a industrialização como problema primordial do estado (PESAVENTO, 1997, p. 126).

Ao longo do período da democracia populista, o Rio Grande do Sul apresentou alternância partidária nos governos: Walter Jobin, do PSD (1947-1951); Ernesto Dornelles, do PTB (1951-1955); Ildo Meneghetti, do PSD (1955-1959); Leonel Brizola, do PTB (1959-1963); por fim, novamente Meneghetti (1963-1964), que permaneceu no cargo, até 1967, mesmo após o golpe militar (PESAVENTO, 1997).

Getúlio Vargas voltou ao poder, em 31 de janeiro de 1951, por meio do voto popular. Derrotou candidatos da UDN (apoiada pelo PL), o brigadeiro Eduardo Gomes, e o candidato do PSD, Cristiano Machado (SKIDMORE, 1987). Uma vez no poder, Vargas resolveu concentrar-se na industrialização e na diversificação da economia brasileira. Em um governo conturbado e com uma oposição forte, sobretudo da UDN, liderada pelo seu inimigo político, Carlos Lacerda – apoiado pelo Partido Libertador –, Getúlio suicidou-se, em 24 de agosto de 1954[61].

Teve início, assim, o governo transitório. Café Filho, vice-presidente de Getúlio, assumiu como presidente. Ele era mais conservador que Getúlio e havia rompido com o político, na crise de agosto. Ao formar seu novo gabinete, deu espaço a líderes identificados com a UDN e a políticos antigetulistas. Ainda assim, não foi um governo nos moldes que Lacerda, por exemplo, esperava (SKIDMORE, 1987).

Em 3 de outubro do mesmo ano, realizaram-se eleições para o Congresso e, em 1955, para a presidência da República, tendo sido eleito o ex-governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek, do PSD, e, como vice, João Goulart, do PTB. O governo de Kubitschek adotou uma política de nacionalismo desenvolvimentista e seu lema era “cinquenta anos em cinco”. Uma de suas ações mais memoráveis foi levar a capital do país para Brasília (SKIDMORE, 1987).

Ainda conforme Skidmore (1987), em 1960, a UDN apoiou a candidatura de Jânio Quadros à presidência. O vice-presidente escolhido pelo partido, para concorrer na chapa com Jânio, foi Milton Campos. Consequentemente, o Partido Libertador apoiou a candidatura de ambos, embora Quadros tenha decidido manter-se independente de apoios partidários. Ao fim das eleições, o candidato a vice-presidente que se sagrou vitorioso foi João Goulart, vinculado ao PTB, que concorria

[61] Sabemos que os acontecimentos políticos envolvendo o governo de Getúlio são muito mais detalhados do que expusemos, nesta dissertação. Porém, como não é nosso foco, só damos um relance do que houve para compreendermos melhor as notícias e como a *Gazeta* se inseria no meio político.

na chapa de oposição, com o general Lott. Portanto, a UDN não conseguiu eleger, de fato, o seu candidato.

Quadros montou seu ministério com um misto de políticos udenistas e de partidos menores antigetulistas. Porém, no decorrer de suas ações, não consultava os líderes da UDN, o que começou a preocupar o partido, que não compreendia para onde poderia descambar o governo. O presidente ousava em sua política externa: foi o menos próximo dos Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial, apoiou as discussões nas Nações Unidas sobre o retorno da China Comunista à organização e a declaração de que o Brasil estudava o reatamento de relações com a União Soviética (rompidas desde 1947) (SKIDMORE, 1987). Esses passos foram vistos como de aceno ao comunismo.

Quadros acabou renunciando do seu mandato, em 25 de agosto de 1961, e um dos principais motivos – e opositores ferrenhos – foi Carlos Lacerda, da UDN, então governador do estado da Guanabara, com amplo acesso aos veículos de comunicação – cujas notícias a *Gazeta*, inclusive, publicava. Lacerda iniciou um ataque pesado ao então presidente, a partir de julho de 1961 (SKIDMORE, 1987), que contribuiu para sua renúncia e para a crise política instalada.

Prosseguimos com a revisão histórica da política brasileira no subcapítulo 5.4, no qual abordamos o governo de João Goulart e a ditadura militar. Por ora, as situações acima descritas ajudam-nos a compreender como a *Gazeta de Alegrete* se inseria nesse debate. Podemos analisar, mais profundamente, os enquadramentos das notícias e os interesses por trás de sua publicação.

5.3.2 As notícias, na *Gazeta de Alegrete*, de 1946 a 1960: fronteiras tênues entre opinião e informação

No período de 1946 a 1960, a *Gazeta de Alegrete* foi, nitidamente, um instrumento do Partido Libertador (PL). Apesar de não deixar de lado a notícia local, com o valor-notícia de proximidade, por meio da análise do enquadramento, podemos notar que Galant ainda utilizava o veículo para difundir suas ideias e valores. Outra verificação importante que fizemos, no período, foram as fronteiras tênues entre informação e opinião, no jornalismo da *Gazeta*, mesmo em um período em que as duas áreas buscavam se autonomizar, a nível nacional, como referimos na revisão do Estado da Arte.

Em 1946, o jornal era impresso com quatro páginas e saía todas as quartas-feiras e sábados, sendo, portanto, bissemanal. Há exceções no número de páginas, como na edição do dia 13 de março daquele ano, que foi veiculada com seis. A manchete daquela edição era intitulada: “Novas declarações dos srs. Gal. Gois Monteiro e Loureiro da Silva”, com cartola “Os Homens das Entrevistas...”. A informação foi retirada de um jornal de Porto Alegre que, por sua vez, noticiava de um jornal carioca. O primeiro parágrafo detalha:

> P. Alegre 13 (Do corresp.) – Informa a imprensa desta capital, a seguinte noticia procedente da Capital Federal sobre as ultimas e recentes declarações do Gal. Gois Monteiro, que ha muito tempo não dava entrevistas aos jornais do Rio. Diz o noticiario: “Não se me afigura aceitavel esse argumento – responde a uma pergunta do reporter sobre a situação das forças armadas, em face de continuar vigorando a Carta de 37. – O presidente da Republica é realmente o chefe supremo das forças de terra, mar e ar, que lhe devem estrita obediência. Mas a função delas é inconfundível: defender a honra e a integridade nacionais, garantir as instituições e a manutenção da ordem, isto é, o cumprimento da Lei”.

As fontes entrevistadas foram o General Gois Monteiro e Loureiro da Silva, figuras importantes na política nacional, naquele momento, ainda mais de incerteza, após a deposição de Vargas e as dúvidas sobre se a Constituição de 1937 continuaria vigorando, ou não – o que acabou não ocorrendo, pois, em setembro do mesmo ano, o Brasil aprovaria sua quarta Constituição, desde a queda do Império, em 1889 (SKIDMORE, 1982). Pelo que há no texto, o presidente da República rejeitou as propostas da UDN e do PCB – este primeiro partido, o PL apoiava.

Figura 3 – Capa da *Gazeta de Alegrete* em 13 de março de 1946

Gazeta de Alegrete

ANO LXIV | ALEGRETE – RIO G. DO SUL – QUARTA-FEIRA – 13 de Março de 1946 | NUMERO 20

Os Homens das Entrevistas...

NOVAS DECLARAÇÕES DOS SRS. GAL. GOIS MONTEIRO E LOUREIRO DA SILVA !

Os Absurdos De Um Decreto

AGITADAS AS SESSÕES DA CAMARA !

Associação Rural de Alegrete
Convite Aos Socios

DR. PAULO CESAR
Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
CLINICA DE CRIANÇAS
PELE e SIFILIS

INSTITUTO DE CLINICAS

Fonte: acervo da *Gazeta* digitalizado em projeto conduzido pela prof. Dra. Beatriz Dornelles

Em retranca posterior, “O sr. Loureiro da Silva...”, há declarações deste político, criticando o PSD. Disse ele:

> “O ilustre parlamentar gaucho, Dr. Nicolau Vergueiro, deputado pelo P.S.D., com lealdade característica, em entrevista publicada domingo na imprensa desta capital, deu o tiro de misericordia no ja famoso compromisso politico, que os maiorais do seu partido propalavam ter o sr. Getulio Vargas, com a candidatura do PSD, ao governo do Estado.”

A *Gazeta* publicou esta fala na íntegra. Os valores-notícia que identificamos foram política, notoriedade e polêmica, dados os acontecimentos recentes no país e o enquadramento atribuído pela *Gazeta de Alegrete*, mesmo que as informações tenham sido oriundas de outros jornais ou de agências. Pela revisão bibliográfica, embora o tom da notícia tenha sido, em certa medida, cauteloso – exceto pela cartola “Os Homens das Entrevistas”, pela qual podemos notar certa ironia –, havia uma espécie de crítica aos dois políticos.

Na edição de 6 de junho de 1946, a manchete é categórica: "'Governo míope, faccioso e intolerante'. Como o deputado Raul Pilla analisou, na Constituinte, os ultimos atos do Governo do Rio Grande". O texto prossegue, bastante adjetivado:

> O dr. Raul Pilla, representante do Partido Libertador na Constituinte, pronunciou, na corrente semana, na referida Assembléia, um brilhante discurso no qual criticou com veemencia o Governo do Rio Grande do Sul, notadamente os seus ultimos atos, inclusive o ruidoso caso do Instituto de Educação.

Na notícia, há uma reprodução do discurso de Pilla, em forma de reportagem. Nela, ele critica o secretário estadual de educação, Francisco Brocado da Rocha, que afirmou que agitação no instituto tinha "caráter comunista", em vista da demissão de uma professora e da suspensão de outros. Assim, o enquadramento é claramente contra o governo estadual, da maneira que Pilla se posicionou, durante a Constituinte de 1946, e que o jornal, portanto, apoia. Após, o deputado aludiu à greve dos ferroviários, a qual deu razão e criticou, novamente, o governo gaúcho por tê-la sufocado. Por fim, afirmou que o único antídoto às crises é a democracia – contra, portanto, o próprio Estado Novo. "Grave é, como se vê, o desconcerto que vai pelo Rio Grande do Sul. O governo que là se instalou é míope, faccioso, intolerante. Só cuida, na realidade, de uma coisa: politicagem", completou o político, segundo a notícia veiculada na *Gazeta*.

A notícia foi redigida pela redação do jornal. Os valores-notícia que identificamos foram proximidade, política, polêmica, conflito e notoriedade.

Em 7 de setembro de 1946, em uma edição – atipicamente – com oito páginas, a manchete era: "A Hidraulica será cedida ao Estado?". Na notícia, percebemos, claramente, os limites tênues entre opinião e informação. O primeiro parágrafo ainda é bem informativo – o que se modifica nos posteriores: "Segundo noticiaram os jornais de Porto Alegre, o major Pedro Palma, Prefeito Municipal, acaba de propor a cessão da Hidráulica de Alegrete ao Estado". Percebemos, também, que a notícia chegou à *Gazeta* por meio dos jornais da capital gaúcha – aspecto que os redatores frisam como negativo na divulgação dela. O Estado assumiria, caso houvesse a concessão, as dívidas relativas à implantação dos serviços de água e de esgoto em Alegrete.

> Não é possível a este jornal deixar passar, sem comentários, a grave resolução tomada pelo nosso Prefeito.
> Em primeiro lugar, é de se extranhar que uma resolução de tal magnitude, que diz respeito ao mais importante serviço público municipal, seja tomada sem o mais leve conhecimento do povo e, tão em segredo, que só se soube daquela iniciativa depois de noticiada pelos jornais da Capital.
> [...]
> Será um bom negócio transferir a Hidráulica para o Estado, mediante somente a transferência da dívida proveniente do saneamento da cidade?

O enquadramento da notícia é, portanto, questionador à proposta de cessão da hidráulica ao Estado. O jornal não se exime de posicionamento. Não há fontes entrevistadas. Os valores-notícia que identificamos são proximidade, política, relevância e conflito.

Na edição de 14 de dezembro de 1946, há uma manchete que demonstra como o jornal buscava aproximar assuntos de interesse nacional e estadual do local, e também demonstra a importância de Alegrete para o cenário político da época, bem como o apoio do jornal a um político: “Chega amanhã a esta cidade o dr. Decio Martins Costa”. A linha de apoio detalha: “Como está organizada a programação de recepção”. Decio Martins da Costa era, segundo o primeiro parágrafo, o candidato da UDN e do PL a governador do Estado:

> Reina intenso entusiasmo, nesta cidade, para a recepção que será feita amanhã, ás 11 horas, no Campo de Aviação local, áo Dr. Decio Martins Costa, eminente candidato do Partido Libertador e da U.D.N. ao cargo de governador do Estado.

Assim, o enquadramento é positivo e generalizante, ressaltando a visita do candidato e o entusiasmo de Alegrete em recebê-lo. Novamente, o jornal se posiciona político-partidariamente. Não há fontes ouvidas e o texto foi redigido pela *Gazeta*. Os valores-notícia que identificamos foram política, proximidade e eventos. Posteriormente, o candidato não se sagrou vencedor das eleições estaduais, perdendo para Walter Jobin, do PSD.

Em 1950, a *Gazeta* permanece com quatro páginas. Na edição de 25 março, única disponível para análise naquele mês, a manchete refletia assuntos da política nacional: “Na balburdia da sucessão: Espera-se importantes acontecimentos para os proximos 3 dias”. A linha de apoio detalhava: “O General Dutra resolveu intervir nos fatos e diz-se que muitos candidatos já ‘enterrados’ serão novamente examinados”.

Pelo primeiro parágrafo, inferimos que a notícia procede de um jornal ou agência de notícias carioca:

> Rio, 24 – Grandes acontecimentos são esperados para as próximas 72 horas no panorama nacional, aumentando o nervosismo nos meios políticos. Efetuou-se, hoje, no Senado, uma demorada conferência entre o general Goes Monteiro e o sr. Agamenon Magalhães. Depois o sr. Agamenon Magalhães trancou-se com o sr. Nereu Ramos, no gabinete dêste.

A notícia prossegue e o próximo parágrafo sugere-nos apuração maior do repórter Murilo Marroquim[62], citado no terceiro parágrafo: “A nossa reportagem apurou que o motivo da conferência foi a interpelação feita pelo sr. Salgado Filho ao PSD sôbre se a candidatura do sr. Afonso Pena Júnior significava o fim das negociações em curso entre o PSD e o PTB”. Assim, os valores-notícia que identificamos são política e notoriedade.

Não há fontes diretamente citadas, mas, pela apuração mais aprofundada, acreditamos que o repórter do grupo *Diários Associados* recorreu a elas. O enquadramento, como podemos notar, é de expectativa e de especulação sobre o quadro político nacional, sugerindo que grandes acontecimentos devem ser esperados para os próximos dias, em função das negociações à candidatura à presidência da República, nos partidos PSD e PTB. Havia, portanto, expectativa para a reunião do dia 30 daquele mês.

Na edição de 20 de junho de 1950, a manchete carrega os valores-notícia de proximidade e inesperado: “O Trem de Passageiros Descarrilou Ontem, entre a Parada Dorneles e a Estação do Tigre”. O primeiro parágrafo, bem informativo, detalha: “O passageiro que fazia a linha Uruguaiana – Santa Maria ontem, nas imediações do quilometro 170, entre a Parada Dorneles e a Estação do Tigre, descarrilou, tombando os dois últimos carros, que se precipitaram de um aterro de cerca de quatro metros”.

[62] Murilo Marroquim foi um jornalista alagoano que trabalhou, por décadas, no grupo de Assis Chateaubriand, os *Diários Associados*. Para mais informações sobre a trajetória do jornalista, consultar: <http://www.pernambuco.tv/2014/04/murilo-e-gicelia-marroquim-pernambuco-e.html>. Acesso em: 4 dez. 2017.

Figura 4 – Capa da *Gazeta de Alegrete* em 20 de junho de 1950

O Trem de Passageiros Descarrilou Ontem, entre a Parada Dorneles e a Estação do Tigre

Transcorre, amanhã, a data natalicia de D. Maria Amorim

GAZETA DE ALEGRETE

ANO LXVIII | ALEGRETE — RIO G. DO SUL — TERÇA-FEIRA — 20 de Junho de 1950 | NUMERO 80

UM FLA-GUA' EXEMPLAR

A vida politica na Capital do Estado

O drama da sucessão estadual nos bastidores do P. S. D.— Manobra de larga envergadura para afastar o nome do sr. Cilon Rosa

«Sul America»

3º Grupo de Artilharia a Cavalo[?]5

EDITAL

Fonte: acervo da *Gazeta* digitalizado em projeto conduzido pela prof. Dra. Beatriz Dornelles

Assim, o descarrilamento de um trem, que deixou alguns passageiros feridos, é um acontecimento que quebra a rotina. O texto foi redigido pela própria redação da *Gazeta*, pelo que pudemos inferir a partir do trecho: “O fato foi comunicado á nossa cidade, ás 13,30 horas de ontem [...]”. As causas do acidente foram reveladas apenas no último parágrafo, pelo que a redação apurou junto a fontes não oficiais: “As causas desse acidente, segundo informações que colhemos, não de fonte oficial, foi motivado pelo aterro ser novo”. O enquadramento dado à notícia foi bem informativo, destacando o acontecimento e detalhando, posteriormente, o número de passageiros feridos, o horário em que o trem chegou a cada cidade, por conta do imprevisto, e, por fim, as causas.

A edição do dia 26 de setembro de 1950, única do mês disponível para consulta, estampa uma manchete que ocupa, praticamente, um quarto da página. “O povo de Alegrete, na maior manifestação havida na nossa cidade, consagrou, em Eduardo Gomes, o candidato da vitória”. A linha de apoio segue o tom adjetivado e

entusiástico: “Apesar da hora da chegada, cerca da meia noite, e do frio reinante, uma vasta multidão aguardou, na Praça 15, o herói de Copacabana”, com mais um complemento: “O povo arrebatado pela sua figura e tomado de indescritível entusiasmo, carregou o Brigadeiro pelas ruas da cidade”.

O desenrolar da notícia não exime o tom carregado de adjetivos: “A nossa cidade viveu, domingo ultimo, horas verdadeiramente memoraveis, por motivo da visita do Brigadeiro Eduardo Gomes e do Dr. Osvaldo Aranha”. Não houve fontes citadas, diretamente, no texto. Os valores-notícia que identificamos foram proximidade, política e notoriedade.

É possível notar, claramente, o enquadramento positivo e entusiasmado da visita do candidato Eduardo Gomes, identificado, pela redação da *Gazeta*, como um candidato democrático, que repudia toda forma ditatorial – havia, então, oposição a Getúlio Vargas, que era o opositor mais forte e consagrou-se vitorioso, posteriormente. Mais adiante, o redator do jornal não consegue se eximir e atribuir um olhar mais isento: “Não é possível descrever numa notícia de jornal, quando os próprios redatores foram também envolvidos pela vibração popular [...]”.

No canto esquerdo do jornal, foi reproduzido, na íntegra, o discurso do candidato, que elogiou a população alegretense e gaúcha. Ele também deu especial atenção à agricultura e à pecuária – carros-chefes da economia de Alegrete.

Em 1950, não temos os meses de novembro e de dezembro à disposição para análise. Portanto, para compor a amostra, foi o único ano em que analisamos o mês de outubro – mais precisamente, a edição do dia 5 de outubro, que traz os resultados parciais da eleição a presidente, governador e deputados. A manchete é bem informativa e carregada de números: “Resultado do Pleito de 3 de outubro, em Alegrete, apurado até o Meio Dia de hoje: Getulio Vargas, 4.098; Brigadeiro, 2.441; Cristiano Machado, 487”. Abaixo, como espécie de linha de apoio, prosseguem: “Para Governador: Ernesto Dorneles, 3.995; Schneider, 1.844; Cilon, 1.068. Deputados mais votados: - Miguel Olivé Leite, 3.317; Rui Ramos, 3.220; Heitor Galant, 1.684; Raul Pilla, 1.016”.

O primeiro parágrafo destaca o transcorrer do pleito: “Transcorreram em ordem, neste município, as eleições realizadas no dia 3 do corrente”. O enquadramento da notícia é bem informativo, ao longo de todo o texto. Acreditamos que isso tenha ocorrido, uma vez que o resultado não foi o esperado – e propagandeado – pela *Gazeta*. Os valores-notícia que identificamos foram política e

relevância (uma vez que o resultado do pleito implica nos governos nacional e estadual).

Não tivemos acesso ao resultado total das eleições, uma vez que as edições seguintes do jornal não estão disponíveis para consulta. Os números apresentados mostram-nos, porém, dados interessantes sobre a efetividade de persuasão da *Gazeta* em Alegrete, mesmo sendo o veículo mais forte do município, no período. O candidato a presidente, apoiado pelo PL, ficou em segundo lugar; enquanto os dois candidatos a deputado, com ligação direta com o jornal, não lideravam as votações: Heitor Galant e Raul Pilla. Portanto, notamos que não é porque o principal jornal da cidade apoia determinados candidatos que a população decida, necessariamente, votar neles.

Em 1954, o jornal continuou sendo veiculado com quatro páginas e periodicidade bissemanal. A manchete da edição de 13 de março daquele ano destacava a Copa do Mundo e aproximava o evento internacional da comunidade alegretense, por meio de um enviado especial: “A vitória da seleção brasileira foi assistida por um grupo de conterrâneos. Impressões do nosso enviado especial Sr. Antonjo Torcelli”.

O primeiro parágrafo detalha: “De regresso da Capital do Paraguay, onde fora chefiando a delegação que partiu desta cidade, com o objetivo de assistir o encontro das Seleções brasileira e Guarany, ouvimos a palavra do Sr. Antonio Torcelli que ali foi como enviado especial da Gazeta”. A notícia foi redigida em forma de entrevista com Torcelli e o redator o questionou sobre a recepção na cidade, sobre as impressões do esquema tático, quais atletas mais o haviam impressionado etc. Torcelli viajou por conta própria ao Paraguai e o jornal disse que ele era “enviado especial”[63]. Identificamos os valores-notícia de proximidade, relevância e eventos. Houve, ali, um jornalismo declaratório, apuração do jornal e citação de fonte.

O enquadramento privilegiou as impressões do alegretense em relação ao jogo e à capital paraguaia, ao invés de focar no efetivo resultado da seleção brasileira. O jornal preferiu, portanto, investir no elemento de proximidade.

A manchete da edição do dia 26 de junho de 1954 é carregada dos mais variados valores-notícia – política, proximidade, polêmica, conflito, relevância e

[63] Esta informação foi obtida pela professora Dra. Beatriz Dornelles, orientadora desta dissertação, por meio de entrevista, em fevereiro de 2017, com Mauricio Goldenberg, que havia sido consultor da *Gazeta de Alegrete*, no período em que Torcelli viajou ao Paraguai.

notoriedade –, porque reverbera uma polêmica e ataca a abordagem de outros jornais: “A verdade sobre o incidente entre o diretor do “Estado do Rio Grande” e o sr. Leonel Brizola”. A linha de apoio prossegue: “O “Diário de Notícias” desta capital noticiou o fato de maneira francamente tendenciosa – Falta-lhe autoridade para ditar normas sobre ética jornalística – Posição do “Estado do Rio Grande” em face do noticiário transcrito a propósito da Convenção do P.T.B.”. Assim, observamos que a *Gazeta* defendia ser a portadora da verdade sobre o incidente entre Heitor Galant e Leonel Brizola, então secretário de Obras Públicas, que eram rivais políticos.

O primeiro parágrafo é bem informativo: “Noticiando o incidente verificado ontem á noite, na frente do Galleto da Avenida Independência, o Correio do Povo, em sua edição hoje, publicou a seguinte nota”. Abaixo, nos parágrafos seguintes, a *Gazeta* transcreve, na íntegra, a nota veiculada pelo *Correio*, elogiando a abordagem deste veículo. Na nota do *Correio*, Leonel Brizola tinha se dirigido à galeteria porto-alegrense, à procura de Galant, para reclamar de uma nota que ele considerava injuriosa e que havia sido publicado no jornal *O Estado de Rio Grande*. Não conseguindo se conter, o secretário tentou agredir Galant, sendo contido por terceiros. Após, criticam veementemente a nota do *Diário de Notícias*, afirmando que ela é “falsa e tendenciosa em alguns pontos capitais”. O *Diário de Notícias* era propriedade de Assis Chateaubriand.

O restante do texto é bastante opinativo, afirmando que o jornal – nesse caso, parece ser uma transcrição da mesma notícia que havia sido publicada *n’O Estado do Rio Grande*, também de propriedade de Galant – não está interessado em pessoas, mas no que elas fazem, não tem interesse em publicar somente informações que concernem ao Partido, como também publicam notícias referentes à oposição e opiniões com as quais, por vezes, não concordam. Percebemos, então, nitidamente, as fronteiras tênues entre opinião e informação, quando há uma questão política envolvida.

Em 18 de setembro de 1954, a manchete era de política nacional, repercutindo um caso ocorrido mais de um mês antes: “Descoberto toda a trama do nefando crime da rua Toneleros[64]”. A linha de apoio já entregava os nomes:

[64] Na manchete, há o uso do nome da rua no plural. Outras fontes, no entanto, grafam como “Tonelero”. O atentado da rua Tonelero foi considerado o estopim para o suicídio de Vargas e, até hoje, gera polêmica e é alvo de contradições. O caso refere-se ao atentado que Carlos Lacerda sofreu, em 5 de agosto de 1954, alvejando tiros em sua direção, quando ele chegava em casa de um comício. Lacerda acusou Getúlio Vargas, seu rival político, de ser o mandante do caso. Para mais

“Benjamin Vargas, Mendes de Morais, Danton Coelho e Evaldo Lodi as mandantes e instigadores”. Os valores-notícia presentes são, portanto, política, notoriedade, polêmica e crime.

Figura 5 – Capa da *Gazeta de Alegrete* em 18 de setembro de 1954

Descoberto toda a trama do nefando crime da rua Toneleros.

Benjamin Vargas, Mendes de Morais, Danton Coelho e Evaldo Lodi as mandantes e instigadores.

Está amplamente esclarecido o hediondo crime da rua Toneleros, do Rio de Janeiro, no qual perdeu a vida o bravo major Rubens Vaz e saiu ferido o valoroso jornalista Carlos Lacerda.

O mandante direto, o que aliciou os pistoleiros, foi o "tenente" Gregorio Fortunato, chefe da guarda pessoal do sr. Getulio Vargas.

Os mandates superiores, os que deram a ordem a Gregorio, foram os srs. Benjamim Vargas e general Mendes de Morais e como instigadores do crime figuram os srs. Danton Coelho e Evaldo Lodi.

O general Mendes de Morais, o menos conhecido do grande publico viveu, nos ultimos anos, afastado do Exercito, sempre apoiando os governos. Foi Prefeito do Distrito Federal. Gosta muito de jogo e certa vez chegou a jactar-se de ter feito fortuna nas aventuras do "pano verde".

Há anos que o general Mendes de Morais vinha sendo violentamente atacado pelo jornalista Carlos Lacerda. Não é pois, de estranhar sua participação no crime da rua Toneleiros.

CIDADE BALNEARIA «El Aduar» Cassino

GAZETA DE ALEGRETE

ANO LXXI | ALEGRETE — RIO GRANDE DO SUL — SABADO — 18 DE SETEMBRO DE 1954 | NUMERO 79

Governo protetor dos «tubarões e especuladores.

Mais dinheiro para Gregorio Fortunato. Alberto Pasqualini desde 1934 que combate Getulio Vargas.

CENTRO FARROUPILHA De Tradições Gaucha de Alegrete

AVISO

Tendo chegado ao nosso conhecimento que foi irradiado um convite á gauchada destes pagos para comparecer á recepção dum dos candidatos á governança do Estado – tornamos – publico que o «Centro Farroupilha de Tradições Gauchas» nada tem a ver com tal convite e que as comemorações programadas para o dia do Gaucho - 20 de Setembro - que levaremos a efeito nessa magna data, não têm nenhuma relação com a projetada recepção partidária, que é incompativel com os nossos estatutos.

Alegrete, 16 de Setembro de 1954

Dr. Constantino R. de Freitas — Presidente
Maria Estivalet — Vice-presidente
Dr. Delcl. Dornelles — Secretario
Icara Ferreira da Costa — Pelo Conselho de Vaqueanos

Centro Farroupilha de Tradições Gaúchas

Fonte: acervo da *Gazeta* digitalizado em projeto conduzido pela prof. Dra. Beatriz Dornelles

O enquadramento é visível logo no primeiro parágrafo, quando o jornal revela de que lado está: “Está amplamente esclarecido o hediondo crime da rua Toneleros, do Rio de Janeiro, no qual perdeu a vida o bravo major Rubens Vaz e saiu ferido o valoroso jornalista Carlos Lacerda”. Nos parágrafos seguintes, culpa-se o chefe da

informações, consultar a reportagem: KAPA, Raphael. Sessenta anos depois, atentado da rua Tonelero ainda gera especulações. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 ago. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/sessenta-anos-depois-atentado-da-rua-tonelero-ainda-gera-especulacoes-13466468>. Acesso em: 11 dez. 2017.

guarda pessoal de Getúlio Vargas, que seria o mandante direto, aliciando os demais para cometerem o ato. Acreditamos que a notícia seja oriunda de jornais ou de agências de notícias cariocas. O enquadramento mostra-se claramente antigetulista, mesmo após o suicídio do presidente, que havia causado comoção nacional e forçado um recrudescimento da oposição, pelo menos temporariamente.

A manchete da edição de 14 de dezembro era, novamente, de interesse local: “A Primeira Semana Ruralista de Alegrete”. O primeiro parágrafo e bem informativo e lembra que a *Gazeta* já havia noticiado sobre: “Foi solenemente inaugurada no dia 12, domingo último, conforme estava programada, a Primeira Semana Ruralista de Alegrete, de que, em notas anteriores, já tivemos ocasião de nos referir”.

Nos demais parágrafos, a *Gazeta* explana o que foi feito na abertura, quem esteve presente, o que proferiu nos discursos e quais seriam as atrações do evento. O enquadramento mostrou a importância da Semana para a economia alegretense e os discursos proferidos pelas autoridades, bem como a virada de tempo em Alegrete, que beneficiou os agricultores da cidade. Os valores-notícia são, portanto, proximidade e relevância.

Em 1957, o jornal continuou sendo veiculado com quatro páginas e tinha periodicidade bissemanal – saindo às quintas-feiras e aos sábados. A edição de 28 de março daquele ano estampava a seguinte manchete: “Revoada à Punta Del Este”. No primeiro parágrafo:

> Regressou domingo á tarde da cidade de Punta del Este, onde participou da Concentração Aeronáutica, promovida pelo Governo Uruguaio, em homenagem a Santos Dumont, em comemoração ao cinquentenário do voo do mais pesado que o ar, a delegação do Aéro Clube de Alegrete, composta por quatro aviões tripulados por pilotos Alegretenses.

Assim, identificamos os valores-notícia de proximidade e eventos, uma vez que o jornal destaca uma delegação local que participou de um evento no Uruguai, valorizando, novamente, a população alegretense. O decorrer da notícia é redigido em forma de entrevista com um integrante da delegação, que narrou os pormenores da revoada. Ao final, ele critica a comissão organizadora, especialmente a parte brasileira. O enquadramento destaca a delegação alegretense e valoriza o local. A notícia foi apurada pela própria redação da *Gazeta*.

A manchete do dia 4 de junho de 1957 também é de interesse local e carrega os valores-notícia de proximidade, inesperado e crime: “Alegrete abalada por uma tragédia”. A linha de apoio detalha: “Mulher desvairada ao descarregar seu ódio contra o marido comete um homicídio contra pessoa extranha e fere outras duas. Como uma pistoleira saiu pelas ruas da cidade desfechando até o ultimo projétil contra qualquer vítima”.

Percebemos, logo na linha de apoio, o enquadramento dramático dado à notícia. O primeiro parágrafo, por sua vez, continua: “Dia 30, pela manhã, a cidade foi tomado [sic] pela notícia de uma tragédia provocada por uma mulher desvairada que, armada de revólver, matara uma pessoa e ferira mais duas”. Há uma adjetivação da mulher, como “desvairada”, o que indica o prosseguimento da notícia, que narra detalhadamente o acontecimento. Ali, percebemos a presença do *lide*, porque há um resumo do que ocorreu – sendo que, a partir do parágrafo seguinte, o redator preferiu narrar o episódio de maneira linear, explicando o início do crime e suas motivações.

Nos parágrafos finais, o redator arrisca os antecedentes do caso, que não seriam apenas passionais: “Há um outro antecedente, que é o relativo à educação da delinquente, oriunda do seio de uma família, onde ocorreram vários casos violentos ou criminosos, inclusive o de um irmão que cometeu fratricídio”. Eles também defendem a inocência da vítima e acentuam como ele morreu sem saber o motivo.

Por meio da leitura, observamos uma apuração bem conduzida e muito detalhada, com toques dramáticos no texto, a fim de elevar o interesse humano da situação, inusitada para uma cidade como Alegrete. Não há fontes citadas diretamente, prevalecendo a característica de um jornalismo não declaratório.

Na edição de 14 de setembro de 1957, há outra manchete de interesse local, intitulada “A Brigada Militar e o policiamento”, com enquadramento positivo sobre a atuação da Polícia Rural, em Alegrete. O primeiro parágrafo não é muito esclarecedor, mas demonstra, novamente, a existência de fronteiras tênues entre opinião e informação:

> A Gazeta de Alegrete, que tem como principal escopo, bem servir a coletividade, isenta de paixões e sem vizar pessoas, sente-se satisfeita ao ver confirmados os conceitos que tem emitido em torno do 2º Esquadrão da Polícia Rural Montada, sediada nesta cidade,

> sob o comando do Capitão Francisco Martins de Souza e que vem prestando grandes e relevantes serviços ao nosso município e aos municípios vizinhos.

Nos dois parágrafos seguintes, a redação da *Gazeta* prossegue os elogios à Polícia Rural e, só então, revela a motivação principal da publicação da notícia, transcrevendo uma nota publicada no *Correio do Povo*:

> O Estado Maior Geral da Brigada Militar vem promovendo estudos sobre a técnica de policiamento rural, isto principalmente, devido ao fato de que o Regimento de Polícia Montada apesar de há pouco tempo estar empenhado no serviço de policiamento rural, já verificou através de suas experiências a necessidade da realização de um estudo metodizado das características peculiares desse tipo de policiamento [...]

Nesta notícia, identificamos os valores-notícia de proximidade e relevância, uma vez que a Polícia, pelo enquadramento dado, contribui para a melhoria da qualidade de vida e da segurança na cidade de Alegrete. Não há fontes citadas diretamente e a procedência da informação é de um jornal porto-alegrense, embora haja elogios redigidos pela redação da *Gazeta* antes da publicação da nota do *Correio*.

A manchete de 7 de dezembro daquele ano volta a refletir, localmente, um assunto de interesse nacional: “O Govêrno Federal Embaraça A Exportação da lã Gaúcha”. A linha de apoio já revela o enquadramento político, com foco na fala do diretor da *Gazeta de Alegrete*, Heitor Galant: “Quer permitir apenas a saída de 3 mil toneladas, quando há um excesso exportável de 10 mil – A propósito do fato, fala na Assembleia Legislativa o deputado libertador Heitor Galant”.

O primeiro parágrafo detalha: “Comentando o assunto relativo a exportação de lã do Rio Grande do Sul, o deputado Heitor Galant pronunciou, ante ontem, na Assembleia Legislativa, o seguinte discurso”. Portanto, a notícia é apenas a transcrição do discurso de Galant.

Figura 6 – Capa da *Gazeta de Alegrete* em 7 de dezembro de 1957

O Govêrno Federal Embaraça A Exportação da lã Gaúcha

Quer permitir apenas a saida de 3 mil toneladas, quando há um excesso exportável de 10 mil — A propósito do fato, fala na Assembleia Legislativa o deputado libertador Heitor Galant

Inconsciência ou Desfarçatez?

GAZETA DE ALEGRETE

ANO LXXVI | ALEGRETE — RIO GRANDE DO SUL, SABADO | 7 DE DEZEMBRO DE 1957 | NUMERO 113

Os melhores e os piores senadores do Brasil

Escolhidos por Jornalistas

Perigoso torna-se o transito nas calçadas da rua G. Martins

O PTB se desmorona

VENDE-SE

Por motivo de mudança

1 Quarto de casal
1 Guarda-roupa para solteiro
1 Varanda completa
1 Mesa de copa com seis cadeiras.
1 Armario para Livros
1 Mesa para Cozinha

Ver e tratar a rua Col. Cabrita, 125.

Livros Novos

Na Livraria da «GAZETA de ALEGRETE»

Comunicação

Aparelhos Telex

Para Surdez

CENTRO AUDITIVO TELEX S/A

Fonte: acervo da *Gazeta* digitalizado em projeto conduzido pela prof. Dra. Beatriz Dornelles

Os valores-notícia que identificamos são política, notoriedade, proximidade, relevância e conflito. O assunto é de especial interesse aos alegretenses, devido à pecuária da cidade. Não há fontes citadas diretamente, mas apenas uma publicação do discurso de Galant, com enquadramento criticando a medida do governo e os malefícios que ela acarretaria. Novamente, o jornal posiciona-se politicamente.

Em 1960, o jornal permanece veiculado com quatro páginas e tem periodicidade trissemanal (saindo às terças, quintas e sábados). Em 10 de março daquele ano, a manchete valoriza um importante feito para o progresso local: “Poderosa emprêza projeta construção de modernissimo e confortável cinema nesta cidade”. Os valores-notícia que identificamos foram proximidade, relevância e progresso. O primeiro parágrafo diz: “Da Emprêza Exibidora Natural S. A., com séde no Rio de Janeiro, à Rua Senador Dantas, 920 – 22º andar, recebemos a seguinte carta”.

Figura 7 – Capa da *Gazeta de Alegrete* de 10 de março de 1960

Poderosa emprêza projeta construção de modernissimo e confortável cinema nesta cidade

Espada do povo é a vassoura disse Jânio

GAZETA DE ALEGRETE

Alegrete — Rio Grande do Sul — Quinta-feira 10 de MARÇO de 1960 — NUMERO 14

AINDA AS BOLSAS DE ESTUDOS

Atendido em parte o apêlo da Prefeitura Municipal com referência ao drama da farinha de trigo.

Concedido Livramento Condicional Ao Ten. Jorge Bandeira

Chuvas artificiais no Ceará

Polícia Carioca Espancou Barbaramente Estudantes Que Protestavam Contra Aumento de Passagens

Plínio Salgado Quer Ser o Vice de Lott

Greve Geral de Protesto contra a atitude da Polícia

Prosperidade

Laboratório de Pesquisas e Análises Clínicas
Dr. Nilo Breyer
Rua Demétrio Ribeiro, 13

Auto Agricola Alegretense S/A
Assembléia Geral Ordinária
Convocação

Fonte: acervo da *Gazeta* digitalizado em projeto conduzido pela profa. Dra. Beatriz Dornelles

O jornal publica a carta enviada pela empresa, na íntegra, que afirma, logo de início, que espera que “êste prestigioso órgão de difusão” possa divulgar a iniciativa, que prevê a visita técnica a Alegrete, para estudar a viabilidade de construção de salas de cinema, na cidade. A empresa também estudava a implantação de salas em outras cidades, como Porto Alegre, Bento Gonçalves, Rio Grande, Caxias, Novo Hamburgo, São Leopoldo etc.

Não há fontes entrevistadas na notícia, mas apenas a transcrição da carta. O enquadramento é visível na manchete, com os adjetivos “confortável” e “moderníssimo”, destacando o progresso à cidade de Alegrete. No decorrer do texto, não há enquadramentos visíveis atribuídos pelo jornal, mas somente pela própria empresa, que havia endereçado a carta.

Na edição de 14 de junho, outra manchete de interesse local, que já demonstra o apoio da *Gazeta* à iniciativa em implantação em Alegrete: “Prossegue

com grande entusiasmo a organização do Conselho de Desenvolvimento de Alegrete". Os valores-notícia que identificamos são proximidade, relevância e progresso. Não se diz no texto, mas acreditamos que o próprio Heitor Galant ou outro redator do jornal tenha integrado o C.D.A.[65]

Os primeiros parágrafos já mostram o teor da notícia, que mistura, novamente, opinião e informação:

> Vem tendo a mais justificada repercussão na cidade o lançamento da C. D. A., órgão que deverá dar novo impulso à Alegrete, em todos os setores.
> No momento em que redigimos esta nota, existe uma forte movimentação de tôdas as fôrças vivas, interessadas no êxito e sucesso do Conselho de Desenvolvimento de Alegrete.

O acontecimento enfocado é a repercussão da criação do Conselho, como podemos notar em outros trechos da notícia. O objetivo do C.D.A. é "estimular o sentido de vida comunitária em nosso município, em nossos dias tão alheios aos problemas coletivos". O texto ainda afirma que o grupo é alheio a correntes ideológicas e que tem como objetivo apenas auxiliar no desenvolvimento da população alegretense e em sua "redenção econômico-social". Portanto, era um enquadramento favorável à implantação do Conselho, com opiniões bem explícitas.

No dia 10 de setembro de 1960, a manchete repercutia um acontecimento local, mas com proporções políticas nacionais: "Com inusitado entusiasmo realizou-se na noite do dia 6 do corrente o 1.o comício das candidaturas Jânio Quadros-Milton Campos nesta cidade. Verdadeira multidão aclamou entusiasticamente os dois à presidente e vice-presidente da República". Notamos, assim, os valores-notícia de política, notoriedade e proximidade.

O primeiro parágrafo detalha o comício:

> Os partidos políticos que [*ilegível*]iam as candidaturas do governador de São Paulo, deputado Jânio Quadros e do senador Milton Campos à presidente e vice-presidência da República, respectivamente, realizaram, com extraordinário sucesso, na noite do seis do corrente, no Bairro Canudos, na casa do senador Eurípedes Fagundes, o comício de início da campanha em prol dos seus candidatos.

[65] Esta informação não conseguiu ser confirmada até a conclusão desta pesquisa.

Assim, percebe-se o enquadramento favorável da *Gazeta* à candidatura em questão. Ao final do texto, todavia, há uma ressalva a um orador que não é nomeado e que exalta a campanha, porque é feita sem ataque aos adversários:

> Teria sido de amplo e indescritível brilho se um dos oradores não tivesse usado de linguajar intempestivo e improprio do elevado nível de propaganda usado pelos dirigentes da política oposicionista que pretende levar seus candidatos à vitória sem ódios, sem retalhações [sic] pessoais.

Em dezembro, o jornal circulava, novamente, duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados. Na edição de 7 de dezembro de 1960, a manchete destaca um tema rural: “Ameaçadas pela estiagem as colheitas de verão”. É a primeira vez, no jornal, que notamos o valor-notícia de notabilidade, com o sentido de escassez ou excesso de algo. Assim, os valores-notícia presentes são proximidade, notabilidade e relevância (dada a importância da agricultura para o município). O primeiro parágrafo, em tom bem informativo, detalha:

> As fortes estiagens que se fazem sentir, em todo Município de Alegrete, estão causando sérios transtôrnos à agricultura, notadamente, às lavouras de arroz, atualmente, em fase de germinação, já que a menos de trinta dias foram semeadas.

O enquadramento é focado nos danos que a falta de chuva podem causar aos agricultores alegretenses, que ainda se ressentem da última colheita de trigo, que o jornal classificou como um “fracasso”. A notícia foi redigida pela própria redação da *Gazeta* e, para tal, acreditamos que foram conduzidas entrevistas ou ouvidas algumas fontes, porque há trechos em que colheram dados com agricultores, como o que reproduzidos abaixo:

> [...] Muitos triticultores, segundo informações que nos chegam, em muitas partes de suas lavouras não chegaram a colhê-las totalmente, face às péssimas condições do trigo que, motivados pelos fatôres chuva e pragas, produziram o cereal-rei de inferior qualidade e específico, não compensando, é claro, gastos com máquinas e combustíveis para colheita geral.

A notícia encerra destacando, mais uma vez, as más perspectivas para os agricultores alegretenses, nas culturas de verão. A partir de 1960, inclusive, ficou

mais fácil identificar o que era manchete ou não. Em anos anteriores, precisávamos verificar a notícia mais longa, pois todas eram organizadas de maneira indistinta, na capa, em relação à hierarquização.

De modo geral, portanto, notamos como o período aqui destacado deu valor à notícia de política, sem deixar de lado o local. Ou seja, mesmo que o jornal tivesse um lado político-partidário definido e o defendesse, a informação direcionada à população alegretense não foi desprezada. A análise do enquadramento permitiu-nos desvelar, de maneira mais detalhada, como a *Gazeta* abordava a política e outros temas. Acreditamos que a categoria contribuiu bastante com nossa análise, acrescentando às demais, que verificam outros aspectos da notícia, também aqui descritos.

5.4 1964 E 1968 – ABRANDAMENTO DO TOM POLÍTICO E IMPORTÂNCIA DA NOTÍCIA LOCAL

Nos anos de 1964 e 1968, notamos um abrandamento maior do tom político-partidário e a importância da notícia local, que já tinha espaço, nos anos anteriores, mas ganhou um destaque distinto, neste novo momento:

Quadro 6 - Incidência de valores-notícia em 1964 e 1968

Valores-notícia	**Incidência**
Proximidade	7
Progresso	3
Política	3
Relevância	2
Notoriedade	2
Polêmica	1
Eventos	1

Fonte: a autora.

No próximo item, descrevemos a ditadura militar e a atuação da imprensa, no período, bem como os interesses que a *Gazeta de Alegrete* tinha, com a implantação do novo governo.

5.4.1 Ditadura Militar e imprensa: reflexos na *Gazeta de Alegrete*

Após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, a Constituição, promulgada em 1946, não deixava dúvidas do que deveria ocorrer: o vice-presidente assumiria o comando do país. Porém, somente após a ameaça de uma guerra civil, de uma crise de dez dias e de uma alteração, tornando o governo parlamentarista, João Goulart[66] pode, finalmente, ocupar o cargo (SKIDMORE, 1987). Seu mandato foi marcado por uma forte oposição e por medidas que não foram bem aceitas pelos altos escalões e pelos militares[67], que se reuniram, novamente, culminando com sua deposição, em 31 de março de 1964.

Quando houve a deposição de Jango, o PL e a UDN apoiaram o golpe, pois se opunham ao governo central (PESAVENTO, 1997; SKIDMORE, 1987). Iniciou-se, então, o período marcado pela ditadura militar, no Brasil, que durou até 1985. O primeiro presidente do período foi Humberto de Alencar Castelo Branco. De 1967 a 1969, assumiu Artur da Costa e Silva.

Enquanto a ditadura militar vigorou, houve censura à imprensa e à liberdade de expressão, sendo que espetáculos artísticos também foram visados e alvos dos censores. O governo ainda extinguiu os partidos políticos e limitou os poderes do Congresso, para enfraquecer a oposição (CHIAVENATO, 1994; FICO, 2001). O período repressivo da ditadura brasileira só atingiu o ápice a partir de 1971, quando começaram a ser cometidos castigos físicos, como a morte de prisioneiros identificados como de esquerda e opositores ao governo (FICO, 2001).

> A partir do golpe de 31 de março de 1964, a elite política brasileira e a assim chamada “opinião pública” assistiram, estupefatas, a uma escalada, jamais vista em nossa história, de atos arbitrários de toda natureza. Parcelas desses e de outros setores que apoiaram a derrubada de Goulart surpreenderam-se com os ânimos punitivos dos golpistas. Os momentos em que a repressão serenava – e a que muitos pareciam confirmar uma esperança de não abandono total da democracia, ao menos como horizonte – correspondiam a fases de intensa maquinação, por parte dos setores militares mais exaltados, tendentes a definitivamente implantar – ou fazer perdurar

[66] Jango era o líder do partido que, na época, mais crescia: o PTB. Skidmore (1987) não deixa de destacar, ainda, que, se os militares tivessem se oposto à posse de Goulart, ele não teria o feito, o que demonstra a força que eles tinham, em momentos de decisão para o país.

[67] Segundo Chiavenato (1994), é difícil explicar, por apenas um ângulo, por que o governo Goulart não resistiu. Simplificando: suas atitudes dúbias, que buscavam agradar tanto conservadores, quanto progressistas, despertaram a desconfiança de ambos os lados, incitando as conspirações que culminaram no golpe.

> indefinidamente – um esquema repressivo capaz de controlar, pela força, quaisquer dissensões (FICO, 2001, p. 19).

Durante o período que verificamos (1964 e 1968), a *Gazeta* deu pouco destaque à política, pois bajulava o governo militar, com o objetivo de adquirir recursos para construção de uma nova sede, ainda sob o comando de Heitor Galant, até o ano de 1970. Outro motivo para o silêncio foi a própria censura instituída aos veículos de comunicação.

Portanto, houve nova neutralização do posicionamento político-partidário da *Gazeta de Alegrete* – a exemplo do que ocorreu no Estado Novo, em 1938. A única menção ao governo militar foi em tom elogioso, aludindo a uma visita que o presidente Costa e Silva poderia fazer, à cidade, para conhecer as instalações da Termoelétrica, como descrevemos a seguir.

5.4.2 As notícias, na *Gazeta de Alegrete,* em 1964 e 1968

Em 1964, a *Gazeta de Alegrete* continuava sob o comando de Heitor Galant, embora a informação não aparecesse mais no cabeçalho. A periodicidade era trissemanal (terças-feiras, quintas-feiras e sábados) e seguia com quatro páginas. A partir deste ano, encontramos, também, uma seção, na capa, intitulada “CDA na Notícia”, que trazia informações sobre a atuação da entidade em Alegrete. Ela não aparece em todas as edições, mas de maneira esporádica.

A manchete de 19 de março destaca um acontecimento local, cujos valores-notícia são proximidade e relevância: “Criada a Faculdade de Ciências Econômicas de Alegrete”. O primeiro parágrafo destaca:

> O processo de autorização de funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas originou-se da Diretoria do Ensino Superior, através de requerimento da Fundação Educacional de Alegrete devidamente instruído e acompanhado de um relatório do Verificador Mauricio Filchtiner da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul. Os elementos do processe nos forneçe as seguintes informes:

O decorrer do texto informa sobre a entidade mantenedora, as condições culturais da localidade e a necessidade de curso etc. As informações foram redigidas pela própria redação da *Gazeta*, sem fontes citadas diretamente, mas

consultando os documentos utilizados no processo de autorização da criação da Faculdade. Na parte que fala sobre Alegrete, eles exaltam o potencial da cidade:

> Alegrete é uma cidade florecente do Oeste Riograndense, contando com 40.000 habitantes. Cercados por 14 municípios ela se torna, não somente centro geográfico como também centro de gravidade economica de sua Região, cuja população ultrapassa a meio milhão de habitantes.

O texto prossegue destacando o potencial econômico, social e educativo de Alegrete. Assim, percebemos que o enquadramento reforça os motivos da implantação da Faculdade e o apoia, uma vez que fortalecerá, ainda mais, o município e a região.

A manchete do dia 16 de junho de 1964 vinha acima do cabeçalho, demonstrando a importância que a redação da *Gazeta* atribuiu à notícia, oriunda do jornal *O Estado de S. Paulo*: “Jornal Paulista Divulga Episódio da Vida de J. K.”. O primeiro parágrafo não é muito explicativo: ”Rio, 13 – Em sua edição de ontem, o jornal O Estado de S. Paulo publica o seguinte noticiário, sob o título e falências e negociatas na vida pública de Kubitschek:”.

Figura 8 – Capa da *Gazeta de Alegrete* em 16 de junho de 1964

Jornal Paulista Divulga Episódio da vida de J. K.

GAZETA DE ALEGRETE

Alegrete Rio Grande do Sul — Terça-feira 16 de JUNHO de 1964 — Nº 65

O DURO E JUSTO CASTIGO

Milagres de São João. 30 dias de festas, 30 dias de preços baixos, nas **Casas Pernambucanas** (não deixe de assistir, no próximo domingo as 21.30 horas o programa "Papel Carbono" da Rádio Nacional do Rio de Janeiro) gentileza das

CASAS PERNAMBUCANAS

ONDE TODOS COMPRAM

Andradas 497 — Alegrete

Fonte: acervo da *Gazeta* digitalizado em projeto conduzido pela profa. Dra. Beatriz Dornelles

Posteriormente, transcrevem a notícia completa, que sugere o enriquecimento ilícito de Juscelino Kubitschek, que foi presidente do Brasil, entre 1956 e 1961. De origem humilde, em poucos anos de vida pública, seus bens declarados tinham aumentado consideravelmente. Como a notícia provêm d'*O Estado de São Paulo*, enquadramento é uma reprodução deste jornal. A *Gazeta* corrobora as informações veiculadas e concedeu grande destaque a elas, em sua manchete.

Em 10 de setembro de 1964, a manchete retorna à notícia local, com a cartola "Campanha dos 100 milhões de cruzeiros" e título "Gen. Vargas, Cacequi e Jaguari: municípios que buscam o progresso – CDA visita mais 8 cidades – campanha encerra dia 18 em Alegrete". Os valores-notícia que identificamos foram proximidade e progresso, uma vez que a campanha visa ao desenvolvimento local e regional. O primeiro parágrafo detalha a ação:

> Consoante já divulgamos, o Conselho de Desenvolvimento de Alegrete, através a Missão de visita aos Municípios da Fronteira, executa a 2ª e última etapa de contatos com autoridades e lideranças dos Municípios da fronteira, tendo visitado nesta última semana as cidades de São Francisco de Assis, Cacequi, Gen. Vargas e Jaguari, ali recolhendo manifestações de grande entusiasmo pelo movimento que está levantando a região para os novos tempos que advirão com a presença dos 66 mil KWA da poderosa Central Termoelétrica Oswaldo Aranha.

A notícia, redigida pela própria *Gazeta*, não cita fontes diretamente. Ao final, ela apresenta uma fotografia das estruturas das caldeiras da Termoelétrica, em fase de montagem que o jornal classifica como “avançada”. A redação também elogia o comportamento dos cidadãos do município de General Vargas, o qual considerou “um exemplo”. “A Missão alegretense, foi por ali cumuladas de gentileza e sua mensagem foi por inteiro assimilada pela forte liderança do pequeno Município gaúcho”. O restante da notícia descreve a comissão de cada município (General Vargas e Jaguari) e as cidades a serem visitadas na sequência.

Percebemos que há uma relação muito estreita entre a *Gazeta* e o C.D.A e que o jornal buscava divulgar as ações do Conselho, constantemente, enquadrando-as com tom positivo e de avanço à cidade.

Na edição de 10 de dezembro de 1964, a manchete destaca autoridades nacionais em um contexto local: “Em avião da FAB chegaram ontem à esta cidade o Ministro General Osvaldo Cordeiro de Farias e o General Tobino Superintendente da Fronteira Sudoeste que foram recebidos festivamente pelas autoridades civis, militares e classes conservadoras”. O primeiro parágrafo detalha a importância da visita, que carrega os valores-notícia de proximidade, política e notoriedade.

> Obedecendo o roteiro de visitas a determinados municípios do Estado, chegou ontem a esta cidade num avião da FAB, ás 16 horas, o general Osvaldo Cordeiro de Farias Ministro Extraordinário para Cordenações dos Organismos Regionais.

O enquadramento da notícia é positivo, destacando o benefício da visita à cidade de Alegrete, e foi redigida de maneira elogiosa às autoridades que visitaram o município e integravam, portanto, o governo militar. Ademais, o texto destacou a presença de outros prefeitos da região, que iam ser beneficiados pela instalação da usina Termoelétrica Osvaldo Aranha. Por fim, abordou a visita das autoridades à

Usina em construção, que foi classificada como uma “grandiosa obra, levando S. Excias. a melhor das impressões dado ao adiantamento da construção”.

Em 1968, o jornal tinha periodicidade trissemanal, saindo às terças-feiras, quintas-feiras e sábados, e continuava com quatro páginas. Em 14 de março daquele ano, a manchete estampava: “Ainda incerta visita presidencial à Alegrete”. A cartola dizia: “Costa e Silva no Rio Grande”. Portanto, a cidade estava em expectativa quanto à visita do então presidente do Brasil, o general Arthur da Costa e Silva. O primeiro parágrafo detalha:

> Segundo divulgam os jornais dos grandes centros o Presidente Costa e Silva teria antecipado sua chegada a Porto Alegre para o dia 1º de abril. A instalação do governo da República no Rio Grande do Sul está sendo anunciada desde o ano passado, quando o nosso estado passará a ser o centro das atenções da administração federal por 6 dias.

No segundo parágrafo, a *Gazeta* exalta que a inauguração da Termoelétrica de Alegrete seria um fato merecedor da visita do presidente, pois “foi anunciado como fato de grande impacto junto a opinião pública não somênte desta região como do Estado e do País”.

Em uma retranca, intitulada “Notícias contraditórias”, a *Gazeta* destaca que houve informações conflitantes a respeito da vinda de Costa e Silva. Enquanto a *Folha da Tarde* afirmava que Alegrete estava inclusa no roteiro, as rádios diziam que, junto ao III Exército, os municípios incluídos no roteiro eram apenas Quaraí, Taquari, Santa Maria, Bagé e Pelotas. A *Gazeta* ainda aguardava informações de Deley Dornelles, presidente do Conselho de Desenvolvimento de Alegrete, que havia viajado a Porto Alegre para conhecer o itinerário oficial do presidente.

A última retranca, intitulada “Ano da Energia”, afirma que Alegrete preocupou-se mais em organizar festas populares, nos últimos meses, do que uma recepção ao presidente. Ao final, a redação pontua esperar que dê tempo de organizar algo digno à visita de Costa e Silva, se ela se confirmar.

Assim, novamente, há fronteiras entre opinião e informação – mas um tom exaltado à visita, reforço da presença do C.D.A. e da importância da termoelétrica. As informações foram colhidas em jornais e em rádios da capital, bem como ainda seguirá sendo acompanhada, em função das informações que o presidente do C.D.A. deve enviar, diretamente de Porto Alegre. Percebemos, nesse caso, o

esforço de apuração. Os valores-notícia que identificamos foram proximidade, política, relevância e notoriedade.

Já em 11 de junho de 1968, a manchete destacava um tema educacional, “CAC promove cursos de 21 a 23 do corrente”, com os valores-notícia de proximidade, relevância e eventos. O primeiro parágrafo informava o seguinte:

> O Centro Alegretense de Cultura nos próximos dias estará promovendo a realização de cursos, dando assim cumprimento a uma de suas finalidades, ou seja, de levar até o público curso que possibilite o aprimoramento de conhecimentos. O Curso de Extensão Universitária, cujo tema será “Cultura e Evolução do Homem”, será ministrado em nossa cidade por cinco professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uruguaiana, em caráter intenso, constando de 10 aulas. A Faculdade de Filosofia de Uruguaiana, congrega acadêmicos de tôda a fronteira oeste e se propõe a estender sua ação pedagógica, desenvolvendo êste curso em diversas cidades tais como Itaqui, Passo de los Libres, e agora, graças a iniciativa da CAC, em Alegrete.

Esta notícia prioriza um assunto importante em jornais do interior: a educação. O enquadramento, embora não seja tão significativo, ressalta o trabalho do Centro Alegretense de Cultura e a importância dos cursos para o aprimoramento da população. Não há fontes citadas diretamente e ela foi redigida pela redação do veículo.

Nesta edição, a *Gazeta* também sofreu uma mudança de diagramação expressiva, tornando-se visualmente mais limpa. O cabeçalho passou a ocupar, então, todas as colunas no topo do jornal – anteriormente, ele ocupava quatro.

A edição de 21 de setembro de 1968 traz outra manchete de interesse local, que se liga ao C.D.A.: “Conselho de Desenvolvimento Reune Hoje Grupo Pilôto e Funda Indústria Pioneira”. Os valores-notícia que identificamos foram proximidade, relevância e progresso. O primeiro parágrafo traz maiores informações:

> Às 15 horas, tendo por local os salões do Clube Caixeiral, o Conselho de Desenvolvimento de Alegrete reunirá em assembléia geral o Grande Conselho Grupo Pilôto, e interessados em geral e vai fundar a primeira indústria de base no Município para a transformação industrial de peles ovinas e lavagem de lã.

O decorrer da notícia é bem informativo, sem a utilização evidente de adjetivos. No último parágrafo, há uma declaração do presidente do Conselho – a primeira declaração direta que encontramos e apurada pela redação:

> Disse nos o presidente do Conselho: "- Estamos em plena fase de execução do Projeto que começa a sair das discussões para uma realidade palpável. Agora, dependemos do maior ou menor apôio que venha o mesmo receber da comunidade local"

Assim, não há um enquadramento tão evidente, ao longo da notícia, exceto pelo título, que classifica a indústria como pioneira e destaca sua contribuição à cidade de Alegrete. Como em notícias anteriores a *Gazeta* já apoiava O C.D.A., nesta não o deixa de fazer, mesmo que de modo mais brando.

Figura 9 – Capa da *Gazeta de Alegrete* em 21 de setembro de 1968

GAZETA DE ALEGRETE

ALEGRETE, SÁBADO 21 DE SETEMBRO DE 1968

FUNDADO A 1.º DE OUTUBRO DE 1882

Peles e Lã

O DIA A DIA

Conselho de Desenvolvimento Reune Hoje
Grupo Pilôto e Funda Indústria Pioneira

Banquete no Casino Encerra Festividades de Inauguração da Central Termelétrica

Visita sentimental da família Aranha

Curso de Cinema Terá Início a 7 de Outubro

Alegrete à Noite

Cooperativa Tritícola Alegretense Ltda.
Assembléia Geral Extraordinária
1.ª, 2.ª e 3.ª CONVOCAÇÃO

EDITAL

Assine "GAZETA DE ALEGRETE"

Fonte: acervo da *Gazeta* digitalizado em projeto conduzido pela prof. Dra. Beatriz Dornelles

Em 28 de dezembro daquele ano, houve um assunto de política estadual que repercutiu localmente: "João Dêntice Promete: Obras do Pavilhão do I. E. O. A.

Serão Iniciadas em Janeiro", carregando, portanto, os valores-notícia de proximidade, política, relevância e progresso. O primeiro parágrafo detalha:

> Em palestra mantida com o Professor Carlos Romeu Grande, Diretor do Instituto de Educação Oswaldo Aranha, fomos informados de que o Dr. João Dêntice, Chefe da Casa Civil do Governador do Estado, quando da sua visita em Alegrete, prometeu o início das obras do famoso "esqueleto à ignorância", Pavilhão destinado ao Ginásio de nosso principal estabelecimento de ensino em nossa cidade, para os primeiros dias de janeiro.

As informações foram colhidas a partir de entrevista com o Professor Carlos Romeu Grande, como verificamos no segundo parágrafo, e foi redigida pela redação da *Gazeta*. O enquadramento ironiza a demora na conclusão do pavilhão e, indiretamente, também critica o prefeito de Alegrete. O apelido "esqueleto à ignorância" foi dado, ao local, pela população alegretense, em função do tempo levado ao seu término. Novamente, as fronteiras entre opinião e informação são tênues, o que pudemos observar, mais claramente, nos seguintes trechos, que encerram a notícia:

> A população alegretense espera ver concretizado uma de suas maiores aspirações ou seja, a conclusão das obras do pavilhão destinado ao Ginásio [...]. Êste ano o Papai Noel foi muito bondoso com nossa cidade, o Prefeito entregou à comunidade a Nova Estação Rodoviária, obra que servirá de orgulho aos alegretenses, e o Dr. João Dêntice prometeu a conclusão das obras do Pavilhão do Instituto de Educação Oswaldo Aranha.

A redação da *Gazeta* ironiza a atuação do prefeito, por meio da figura do Papai Noel, pois ele é que teria sido bondoso com a população, e não o gestor municipal. Além disso, frisa que é a população alegretense que deseja ver a conclusão das obras citadas na notícia. Aquela era a única escola de 2º grau da cidade (atual Ensino Médio) e não havia ginásio para a prática de esportes.

Assim, nestes dois últimos anos de nossa análise, verificamos a maior predominância da notícia de interesse local e a derrocada da política, no sentido de um enquadramento de conflito. Pudemos notar que a questão da proximidade e o interesse local foram valorizados. Quando havia notícias de política nacional relacionadas à ditadura, era em tons elogiosos – o que acreditamos ter ocorrido em função da censura do governo.

No próximo subcapítulo, analisamos, separadamente, quando se deu a introdução do lide na *Gazeta*, a partir da análise das técnicas de redação do primeiro parágrafo das notícias selecionadas em nossa amostra. Tecemos, também, comentários sobre a pirâmide invertida e a organização das informações no texto jornalístico do jornal.

5.5 TÉCNICAS DE REDAÇÃO: INTRODUÇÃO DO *LIDE* E A PIRÂMIDE INVERTIDA

Neste subcapítulo, analisamos como e quando a *Gazeta de Alegrete* introduziu o *lide* e a *pirâmide invertida*. O *lide* é composto pelas seguintes perguntas: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? Percebemos que o comum era o jornal não responder a todas as questões no primeiro parágrafo – o que é normal, pois as duas últimas são respondidas ao longo do texto –, mas buscava trazer um tom mais informativo, com a intenção de esclarecer, de pronto, o que havia ocorrido. Não era utilizado, com frequência, o chamado nariz de cera[68] - exceto em notícias mais polêmicas, envolvendo política.

Como é possível verificarmos no primeiro parágrafo de 19 de março de 1938, no texto sobre a intentona comunista: “Há vários dias que a polícia vinha tendo conhecimento de uma intentona [o quê] preparada pelos integralistas [quem?]. O movimento revolucionário devia explodir simultaneamente [quando] em todo o país [onde?]”. Nos demais parágrafos, há o restante das informações, que esclarecem como isso ocorreria e o porquê. Não é, ainda, propriamente um *lide*, mas já se via uma preocupação – também em função da censura do governo Getúlio – de esclarecer, de pronto, o que ocorreu, sem emitir longas opiniões.

Em 3 de março de 1942, em notícia retirada de um jornal porto-alegrense, lemos: “Porto Alegre, 2. Os jornais desta capital publicaram ontem [quando?] o terrível desastre [o quê?] ocorrido nesta capital [onde?] quando decolava para a sua viagem á cidade de Rio Grande o possante avião <<Mauá>> [quem?], da Varig”. Não há todas as respostas, mas é possível compreender o que ocorreu e de onde a notícia foi retirada.

Em 20 de setembro do mesmo ano:

---

[68] Jargão jornalístico que significar enrolar o leitor até informá-lo, de fato, sobre o que irá se falar no texto.

> Realizou-se quinta-feira passada [quando?], na residencia da presidenta da Associação Beneficente de Alegrete, sra. Zulmira Ferreira [onde?], uma reunião extraordinaria da diretoria dessa entidade [o quê?]. Especialmente convidados, ali compareceram representantes de diversas organisações sociais e de classe [quem?], inclusive um dos nossos redatores.

Nos demais parágrafos desta notícia, há maiores esclarecimentos do motivo da reunião, mas já houve informações suficientes para o leitor se situar.

Em 14 de dezembro de 1946: “Reina intenso entusiasmo, nesta cidade, para a recepção [o quê?] que será feita amanhã, ás 11 horas [quando?], no Campo de Aviação local [onde?], áo Dr. Decio Martins Costa [quem?], eminente candidato do Partido Libertador e da U.D.N. ao cargo de governador do Estado [por quê?]”.

Notamos, então, que nem todas as perguntas são respondidas, mas há um tom mais informativo, misturado com a adjetivação. Em 20 de junho de 1950, outro exemplo, mais objetivo – sem o tom opinativo óbvio: “O passageiro que fazia a linha Uruguaiana – Santa Maria [quem?] ontem [quando?], nas imediações do quilometro 170, entre a Parada Dorneles e a Estação do Tigre [onde?], descarrilou [o quê?], tombando os dois últimos carros, que se precipitaram de um aterro de cerca de quatro metros [como?].”

Contudo, a pirâmide invertida, de certo modo, sempre esteve presente no jornal – não havia um chamado *nariz de cera*, propriamente dito, porque, geralmente nos primeiros parágrafos, o texto era claro quanto ao acontecimento abordado. Não era preciso ler a notícia inteira para saber do que ela tratava, porque o motivo se revelava, sempre, no segundo ou no terceiro parágrafos, mesmo que a informação e a opinião não fossem totalmente dissociadas.

Devido à nossa amostra, é complicado cunhar um ano decisivo para a introdução dessas técnicas na *Gazeta*. Todavia, notamos que o jornal esteve alinhado às modernizações do jornalismo brasileiro, representadas, aqui, pelo *lide* e pela *pirâmide invertida*, mesmo sendo um veículo interiorano. Acreditamos que isso se deve ao fato de os jornalistas que trabalhavam na *Gazeta* lerem os demais jornais do país – inclusive os do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, que já introduziam essas transformações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos, nesta dissertação, averiguar as transformações que as notícias sofreram, ao longo de três décadas, na *Gazeta de Alegrete* – jornal mais antigo ainda em circulação, no Rio Grande do Sul. Para atingir este objetivo, selecionamos uma amostra aleatória que pudesse mostrar as alterações, composta, assim, de quatro jornais dos anos de 1938, 1942, 1946, 1950, 1954, 1957, 1960, 1964 e 1968, totalizando a análise de 36 manchetes, nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

Cobrimos, portanto, o período do início do Estado Novo, com a censura que Getúlio Vargas impôs aos jornais político-partidários, obrigando a *Gazeta de Alegrete* a uma neutralização de sua posição republicana, ainda sob o comando de Fredolino Prunes, até os quatro primeiros anos da ditadura militar, que censurou, novamente, os veículos de comunicação. Nesse momento, a *Gazeta* já estava, desde 1945, sob o comando de Heitor Galant, político alinhado ao Partido Libertador. Assim, julgamos imprescindível, para a avaliação das notícias, o conhecimento sobre as relações políticas e econômicas, nas quais a *Gazeta de Alegrete*, inevitavelmente, estava inserida e, então, promovia.

Por meio desta pesquisa, podemos inferir que predominavam as notícias locais, estaduais ou nacionais – raros eram os casos de algo internacional na manchete. Mesmo quando a política era noticiada – o que é mais evidente no período em que Galant esteve à frente da publicação –, havia um esforço para aproximá-la ao nível local, seja por meio de eventos em que presidenciáveis visitavam Alegrete, ou pela informação de algo que ocorria na cidade, sobretudo de eventos visando ao progresso do município e relacionados à agropecuária e à educação.

Houve momentos em que Galant, alinhado ao PL e, também, às atitudes da UDN, a nível nacional, defendeu com veemência alguns candidatos e fez campanhas por meio das páginas do jornal. Ainda assim, vemos que houve pouca influência, de fato, em Alegrete. Por exemplo, em 1950, Getúlio voltou à Presidência da República com larga vantagem, na votação alegretense, mesmo com a campanha da *Gazeta* a favor do candidato da oposição. Além do mais, Heitor Galant não foi o deputado mais votado em sua própria cidade, mesmo que houvesse monopólio da *Gazeta* nela. Acreditamos que isso tenha ocorrido, pois o jornal era

lido pela elite alegretense – fazendeiros, pecuaristas e empresários. O restante da população, que constituía a maioria, não tinha acesso ao veículo.

Em relação aos enquadramentos, havia predominância do teor favorável aos candidatos apoiados pelo PL. Quando a notícia era local, o tom assumido pelo jornal era bem mais informativo. Não havia tentativa de favorecimento de candidatos, a não ser que houvesse algum interesse político para a cidade. Quando algum acontecimento sobre Alegrete era noticiado, predominava o gênero informativo, com notícias exaltando o progresso, destacando os benefícios de determinado evento ou abordando algum assunto nacional, de maneira a aproximá-lo da realidade alegretense – como no caso da Copa do Mundo de 1954, quando foi ouvido um morador da cidade que assistiu aos jogos, no Paraguai.

A categoria de enquadramento, que resolvemos incluir após a banca de qualificação deste trabalho, que ocorreu em agosto de 2017, contribuiu na análise mais profunda que realizamos. A categoria engloba a apresentação final da notícia, juntamente com a de técnicas de redação e com o auxílio da análise da procedência e das fontes ouvidas e citadas nas matérias.

O valor-notícia de proximidade predominou, com 25 ocorrências, em 36 manchetes, seguido pelo de política, com 18. Embora, ainda sob o comando da família Prunes, tenha predominado o valor-notícia de política, o enquadramento era sempre favorável a Getúlio. Na época de Galant, sobretudo antes da ditadura militar, houve maior combate e conflito ou exaltação de certos posicionamentos.

Houve predominância de um jornalismo ainda não declaratório e 10 notícias foram oriundas de jornais cariocas, porto-alegrenses ou de agências de notícias. Nem sempre pudemos verificar a exata procedência, mas apenas fazer inferências. Sabemos que os jornalistas da *Gazeta* liam os demais veículos do país, sobretudo os jornais de Assis Chateaubriand, o *Correio do Povo*, *Tribuna da Imprensa* (do político da UDN Carlos Lacerda) e *Estado de São Paulo*. Galant também era proprietário de *O Estado do Rio Grande*, o que pode explicar sua influência junto à imprensa nacional.

Na análise dos valores-notícia, que guiavam, portanto, a seleção dos acontecimentos, houve dificuldade de estabelecer o próprio valor-notícia de relevância. A atribuição, até pelo nosso olhar como pesquisadoras, não deixa de ser subjetiva. Porém, assumir isso não é depreciar o valor desta pesquisa, mas entender que, mesmo aqui, há sentidos e olhares oriundos de experiências pessoais. Por

mais que tentemos deixar de fora essa subjetividade, nem sempre conseguimos atingir o intento com sucesso.

Em 1964 e 1968, houve declínio do valor-notícia de política, com apenas três ocorrências. Também se focou em noticiar o que ocorria de bom, no período, o que podemos explicar por meio da própria característica da ditadura militar, que censurou os veículos de comunicação – e porque a *Gazeta* buscava obter vantagens, ao longo desse governo.

Em relação à análise da introdução do *lide* e da *pirâmide invertida*, representadas por meio da categoria de técnicas de redação, pudemos compreender que a *Gazeta de Alegrete* sempre esteve a par da modernização da imprensa brasileira, porque lia os outros jornais do país. A *pirâmide invertida* como modo de construir a notícia, de modo a ordenar as informações da mais importante a menos importante, podemos inferir que sempre esteve presente – às vezes, com maior ou menor evidência. Porém, não era necessário ler a notícia inteira para saber do que ela tratava – não havia a presença de um chamado *nariz de cera*.

O *lide*, por sua vez, também foi introduzido a partir de 1950, como nos moldes brasileiros. Ainda assim, é arriscado designarmos um ano como o marco para a *Gazeta*, uma vez que as seis perguntas (O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?) nunca são, de fato, respondidas no primeiro parágrafo. O correto é deixar as duas últimas – o como e o por que – para os parágrafos seguintes. Contudo, o tom era informativo – embora, ao longo do texto, ainda houvesse a presença de adjetivos e de linguagem opinativa. Portanto, a introdução de um primeiro parágrafo mais informativo, que sanasse as dúvidas do leitor, não era sinônimo de objetividade – conceito que defendemos, neste trabalho, como um mito, o que pudemos demonstrar por meio da análise do enquadramento das notícias.

Outro aspecto associado ao período de modernização foi a introdução de melhorias gráficas – o que ocorreu, na *Gazeta*, de acordo com nossa análise, a partir de 1960. Ainda assim, o jornal sempre foi veiculado, no período que analisamos, com quatro páginas, o que demonstra que não houve investimento em ampliação do número de informações, o que também pode ser explicado pelo maquinário que o jornal utilizava ser ainda uma máquina tipográfica, que não imprimia tão rápido e com tanta qualidade. Além do mais, a periodicidade era irregular. Em certos momentos, o jornal era bissemanal; noutros, trissemanal. Apenas em 1938, verificamos a ocorrência de distribuição diária, logo sendo

interrompida. A própria característica de Alegrete ser uma cidade mais rural do que urbana pode explicar a lentidão no avanço gráfico e de circulação da *Gazeta* – se considerarmos que todas essas questões influenciam no jornal.

O que mostramos, nesta dissertação, é que os jornais do interior, aqui representados pela *Gazeta de Alegrete*, por mais que estabeleçam relações externas político-partidárias, priorizam a proximidade e prestam, portanto, um serviço à população local. Ao analisarmos a notícia, não podemos deixar de considerar todo o contexto no qual o veículo em questão está inserido, porque há uma clara influência, tanto nos processos de seleção, quanto de apresentação. Adotamos, assim, uma perspectiva *construcionista*, lendo as notícias como uma construção operada pelos jornalistas, dentro de um contexto específico, que sofre diversas influências internas e externas.

Reduzir um jornal a um caráter meramente doutrinário é sempre redutor. Bem ou mal, os jornais interioranos contam a história de uma cidade e de uma população. Além do mais, embora estudemos a *Gazeta de Alegrete*, é equivocado fazermos generalizações. Cada veículo de comunicação está inserido em um contexto social, econômico, político e histórico específico, e tais informações devem ser levadas em conta ao estudá-los – o que fizemos, aqui, considerando as contribuições históricas, que deram aporte à nossa análise e às interpretações.

Acreditamos ser importante, ainda, destacar que, em quase todos os períodos analisados (exceto no dos anos de 1938 e 1942), o valor-notícia de proximidade foi o mais utilizado na *Gazeta*, o que demonstra a importância de um jornal interiorano, em sua tarefa de registro da história de um município. Certamente, esta sempre será uma das maiores contribuições de qualquer jornal de abrangência local ou regional.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la notícia**. Barcelona: Paidós, 1989.

ALVES, Francisco das Neves. **O partidarismo por opção discursiva**: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário. Rio Grande: Furg, 2001a.

_____. **O primado da notícia como estratégia discursiva**: uma história do Diário do Rio Grande. Rio Grande: Furg, 2001b.

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O município de Alegrete**. Porto Alegre: Corag, 1985.

ASSIS, Francisco de. Imprensa do interior: conceitos a entender, contextos a desvendar. In: _____ (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo**, Niterói, n. 12, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/558>. Acesso em: 26 abr. 2017.

BELLOMO, Harry Rodrigues. A revolução de 1930: eclosão. In: FLORES, Hilda A. Hübner. **Correio do Povo** – 100 anos. Porto Alegre: Nova Dimensão/Círculo de Pesquisas Literárias, 1994.

BELTRÃO, Luiz. O jornalismo interiorano a serviço das comunidades. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 23-43.

_____. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI; São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.

_____. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: USP; Com-Arte, 1992.

_____. **A imprensa informativa**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. v. 1. Florianópolis: Insular, 2010.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Mito, registo e “estórias“: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 263-277.

BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BREED, Warren. Controlo social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 152-166.

BUENO, Wilson da Costa. Jornal do interior: conceitos e preconceitos. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

_____. **Caracterizações de um objeto-modelo conceitual para análise da dicotomia imprensa artesanal x imprensa industrial no Brasil**. 1977. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de São Paulo, 1977.

CHALABY, Jean. O Jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). **Media & Jornalismo**, Coimbra, v. 3, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewArticle/6120>. Acesso em: 4 maio 2017.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

COSTA, Lailton Alves da. Gêneros jornalísticos. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. (Org.) **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2010. p. 43-83.

DORNELLES, Beatriz. A influência da variável familiar na ampliação da imprensa interiorana no Rio Grande do Sul: o caso Prunes. **Comunicação e inovação**, São Caetano do Sul, v. 18, n. 36, jan./mar. 2017, p. 95-133. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/viewFile/4203/2092>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. O localismo nos jornais do interior. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 237-243, set./dez. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/8191/5880>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. **Jornalismo “comunitário” em cidades do interior**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, Tânia Regina de Luca; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, Washington, v. 43, n. 2, 1993. Disponível em: <https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/articles/J-Communication-1993-Entman.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.

FACCIN, Milton Julio. Jornalismo regional: em busca de leituras possíveis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., Curitiba, 2009. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2320-1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

FERNANDES, Mario Luiz. A proximidade como valor-notícia na imprensa do interior. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLAGEUL, A. Anatomie de l'événement. In: **Dossiers de l'Audiovisuel**, Paris, n. 91, p. 6, mai./jun. 2000.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo:** questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 61-73.

GALVANI, Walter. **Um século de poder:** os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

GERTZ, René. Imprensa e imigração alemã. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). **Imigração & imprensa**. São Leopoldo: EST, 2004. p. 100-122.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis:** an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart e outros. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **E-compós**, v. 7, dez. 2006. p. 1-12. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/118/117>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. Hipóteses contemporâneas na pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 187-240.

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 1992.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: norte a sul. São Paulo: Edusp, 1997.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves e outros (Org.). **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do século XX**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: _____; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003a.

_____. **História social da imprensa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003b. 186 p.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 79, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2017.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso**: análise das características substantivas das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MOREIRA, Sonia Virginia. Análise documental como método e como técnica. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tânia Regina de Luca; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Prefácio. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

_____. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP12_peruzzo.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

PEUCER, Tobias. Os Relatos Jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-29, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070/1812>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: ALBINO, Antonio; RUBIM, Canelas. **Comunicação e política:** conceitos e abordagens. São Paulo: Unesp, 2004. p. 74-104.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional**: 1897 – 1997. Caxias do Sul: Educs, 2004.

RIBEIRO, Ana Paulo Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, 2003, p. 147-160. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186>. Acesso em: 1 maio 2017.

_____. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? **Ciberlegenda**, Niterói, n. 8, 2002, p. 1-15. Disponível em: <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/336/217>. Acesso em: 1 maio 2017.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público**: a institucionalização do Jornalismo no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 27-33.

ROSSETTO, Graça Peçanha Nascimento; SILVA, Alberto Marques. Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria? **Intexto**, Porto Alegre, n. 26, p. 98-114, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/22933/18921>. Acesso em: 28 out. 2017.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

SALGADO, Plínio. **O integralismo brasileiro perante a nação.** Lisboa: Oficina Gráfica, 1946.

SANTANA, Adriana. Jornalismo de release na imprensa do interior: flertes com o “homem cordial”. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **The sociology of news**. New York: W. W. & Norton Company, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2005, p. 95-107. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>. Acesso em: 27 dez. 2016.

SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 31-56, jul./dez. 2004. Disponível

em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2071/1813>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002a.

_____. Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, Portugal, 2002b. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. v. 1. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. **Teorias do Jornalismo**. v. 2. Florianópolis: Insular, 2005b.

_____. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 167-176.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como um ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

_____. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 258-262.

VIZEU JR., Alfredo. **Decidindo o que é notícia**: bastidores do telejornalismo. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Martins Fontes: São Paulo, 2003.